

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIZANDRA FERREIRA DIAS

**O ESTUDO DA INTERFACE RURAL/URBANA
E O NOVO RURALISMO NO BRASIL:
DO VALE DO PARAIBUNA AO BAIRRO JOAZAL**

JUIZ DE FORA

2013

ELIZANDRA FERREIRA DIAS

**O ESTUDO DA INTERFACE RURAL/URBANA
E O NOVO RURALISMO NO BRASIL:
DO VALE DO PARAIBUNA AO BAIRRO JOAZAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração em Dinâmicas Sócio-Espaciais.

Linha de Pesquisa: Espaço e Ambiente

Orientador: Francisco de Assis Penteado Mazetto.

JUIZ DE FORA

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dias, Elizandra Ferreira.

O Estudo da Interface Rural/Urbana e o Novo Ruralismo no Brasil: : Do Vale do Paraibuna ao Bairro Joazal / Elizandra Ferreira Dias. -- 2013.
156 f. : il.

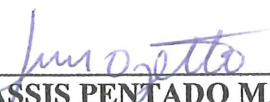
Orientador: Francisco de Assis Penteado Mazetto
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

1. Paisagem Urbana. 2. Paisagem Rural. 3. Geografia Humana. 4. Vale do Paraibuna. 5. Lugar. I. Mazetto, Francisco de Assis Penteado, orient. II. Título.

**O ESTUDO DA INTERFACE RURAL/URBANA
E O NOVO RURALISMO NO BRASIL:
DO VALE DO PARAIBUNA AO BAIRRO JOAZAL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora



PROF.DR. FRANCISCO DE ASSIS PENTADO MAZETTO (ORIENTADOR)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



PROFA. DRA. SUSANA MARA MIRANDA PACHECO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO



PROF. DR. LUIS ANGELO DOS SANTOS ARACRI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Juiz de Fora, 29 de Outubro de 2013

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que fizeram parte de minha caminhada acadêmica, em especial, ao Prof. Francisco Mazetto por seu acompanhamento e paciência ao longo desse percurso.

À minha família pelos momentos de compreensão.

E ao infindável mistério da vida, que nos permite persistir na busca pelo conhecimento científico capazes de nos tornar seres mais cientes de nossa existência e de nosso mundo.

Sentido dos sentidos,
paisagens surgem de uma única paisagem.
Sonhos ecoam num só espaço;
acordam realidades: complexas, ambivalentes, ambíguas.
Realidades que desvelam não só as inúmeras faces da paisagem,
mas a busca do "olho" por um significado, por uma leitura,
por um lugar onde a atenção despendida traduza
ordem, sentido, valor, identidade.
Paisagens são perspectivas!
são espelhos que refletem nossos sentimentos e pensamentos,
anseios e medos.
Nossa individualidade na individualidade do entorno.
Armazenadas na memória e na alma .
antes de serem efêmeras, paisagens são duradouras .
antes de comporem apenas quadros e cartões postais,
são "substâncias" que integram e animam nossas vidas.

RESUMO

O Estudo da Interface Rural-Urbana e o Novo Ruralismo no Brasil: do Vale do Paraibuna ao Bairro do Joazal

Este trabalho procurou primeiro realizar um estudo conceitual sobre o conceito de paisagem, uma das mais tradicionais categorias de análise da geografia. Para isso, recorreu a uma análise epistemológica de como este conceito foi utilizado ao longo da história da ciência geográfica, desde o período clássico, até a atualidade. Um destaque especial é dado para a abordagem da escola humanista da geografia, aquela que mais se aprofundou nos estudos geográficos empregando a paisagem como forma de compreender a sociedade constrói, percebe e considera os elementos que compõem o espaço geográfico. Também não foi esquecida a contribuição da escola crítica, pois toda a paisagem natural vai ser transformada pela ação humana, produzindo e reproduzindo novas paisagens. Através do conceito paisagem, foi selecionado um fenômeno de análise bastante tradicional nos estudos geográficos, a transição e inter-relação entre o espaço rural e o espaço urbano, uma das mais perceptíveis transformações paisagísticas da superfície terrestre. Dentro da questão rural/urbana é focado o fenômeno do novo ruralismo, ainda pouco estudado no meio geográfico, que analisa o movimento de volta aos valores da sociedade rural pelos habitantes da cidade. Um estudo de caso foi realizado na Zona da Mata Mineira, com destaque para o Vale do Paraibuna e para a localidade rural/urbana do Joazal, onde se procurou identificar as características da região e do lugar nessa interface.

Palavras Chaves: paisagem rural, paisagem urbana, novo ruralismo, geografia humanista, geografia crítica.

ABSTRACT

The Study of Rural/Urban Interface and the New Rurality in Brazil: From the Paraibuna Valley to the Joazal District

This study sought to first conduct a study on the conceptual landscape concept, one of the traditional categories of analysis of geography. For this, resorted to epistemological analysis of how the concept was used throughout the history of geographical science, from the classical period to the present. A special emphasis is given to addressing the humanistic school of geography, one that deepened in most geographical studies employing the landscape as a way of understanding society constructs, perceives and considers the elements that make up the geographical space. It was also not forgotten the contribution of the critical school, because all the natural landscape will be transformed by human action, producing and reproducing new landscapes. Through the concept landscape, was selected for analysis a phenomenon quite traditional in geographical studies, transition and interrelation between the rural and the urban space, one of the most noticeable changes landscape of the land surface. Issue within the rural / urban is focused on the phenomenon of the new rurality, yet little studied in the geographical environment, analyzing move back to the values of rural society by the inhabitants of the city. A case study was conducted in the Zona da Mata Mining, highlighting the Valley Paraibuna and the location rural / urban Joazal, which sought to identify the characteristics of the region and place this interface.

Key words: rural landscape, urban landscape, new rurality, humanistic geography, critical geography.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Pintura Rupestre da Caverna de Lascaux na França 15.000 AC (considerada a Capela Sistina da Pré-História) mostra uma paisagem composta por animais de caça em movimento na campina _____ 25
- FIGURA 2** - “A Carroça de Feno” de John Constable, 1821. Obra Clássica do Paisagismo Romântico Inglês que mostra elementos da natureza na área rural e a evidente intervenção humana. _____ 27
- FIGURA 3** - Local retratado por John Constable em 1821 no quadro “A Carroça de Feno”. O vale do rio *Stour* em 2011, quase do mesmo ângulo de visão. Fonte GoogleEarth _____ 28
- FIGURA 4** - Favela de Kibera em Nairobi no Quênia, considerada a maior do mundo com mais de 1 milhão de habitantes.(Fonte: UOL Notícias, 2012) _____ 53
- FIGURA 5** - Mesorregião da Zona da Mata Mineira e suas microrregiões _____ 56
- FIGURA 6** - Microrregião de Juiz de Fora com seus limites municipais _____ 60
- FIGURA 7** - Contraste social da paisagem urbana _____ 65
- FIGURA 8** - Gravura do italiano Giulio Ferrario¹ com o título: “Puris na sua floresta” em 1820. _____ 73
- FIGURA 9** - O Caminho Novo (pontilhado mais forte) no trecho entre a Encruzilhada do Campo e a Fazenda do Córrego Seco. _____ 74
- FIGURA 10** - Gravura da Ponte na altura do Registro Régio do Paraibuna, pintada por Rugendas² em 1825 _____ 77
- FIGURA 11** - Capela do Rosário, antiga Capela de N. S. da Conceição do Caminho Novo em Matias Barbosa de 1709 _____ 80
- FIGURA 12** - Gravura mostrando o traçado da estrada nova, construída por halfeld. _____ 83
- FIGURA 13** - Passaporte expedido pelo império brasileiro em 1850, válido por apenas dois meses _____ 86
- FIGURA 14** - A Ponte do Zamba numa gravura de 1872, com a Rodovia União e Indústria passando em seu leito. _____ 89
- FIGURA 15** – Vista da ponte do Zamba, provavelmente década de 1930 _____ 89
- FIGURA 16** - Aspecto de uma mata residual secundária, com a emergência de uma embaúba branca. _____ 91
- FIGURA 17** - Famosa diligência mazeppa, que percorria a velha estrada União Industria _____ 94
-

FIGURA 18 - Estação Ferroviária de Cedofeita de 1875.	96
FIGURA 19 - Um dos raros cafezais remanescentes na Fazenda Belmonte em Matias Barbosa.	98
FIGURA 20 - Foto da placa colocada na entrada da estrada do Joazal	99
FIGURA 21 - Imagem de satélite mostrando o bairro do Joazal	100
FIGURA 22 - Residência dos descendentes de Pedro Policarpo, o último proprietário da fazenda do Joazal	113
FIGURA 23 - No Joazal, modernos e antigos meios de transporte convivem em um mesmo lugar, onde a relação espaço-temporal parece suspensa. Em um espaço que apresenta tanto características urbanas, quanto rurais	122
FIGURA 24 - Ponte do Zamba vista da margem direita do Paraibuna com a entrada do Joazal a Esquerda após a ponte.	142
FIGURA 25 - Vista do rio Paraibuna e da ponte do Zamba	142
FIGURA 26 - Águas poluídas do rio Paraibuna	143
FIGURA 27 - A ponte do Zamba vista da margem direita	143
FIGURA 28 - Granja Antiga típica da região	144
FIGURA 29 - Entrada de uma moderna Granja, na estrada do Joazal	144
FIGURA 30 - Plantio de Eucaliptos ao lado da Ferrovia e Estrada do Joazal	145
FIGURA 31 - Cesta para coleta de lixo na beira da Estrada do Joazal.	145
FIGURA 32 - Água de mina abastecendo um tambor na Estrada do Joazal	146
FIGURA 33 - Vestígios de Queimada de lixo (folhas) na Estrada do Joazal.	146
FIGURA 34 - Capa do Guia de Viagem de Revert H. Klumb, 1872	147
FIGURA 35 - Lote de ações da Cia União Indústria	154
FIGURA 36 - Ponte do registro do Paraibuna	154
FIGURA 37 - Ponte Americana, Na União Indústria	155
FIGURA 38 - A União Indústria atravessando o Vale do Paraibuna	155
FIGURA 39 - A União Indústria as margens do Paraibuna, 1861	156
FIGURA 40 - Ponte das Garças sobre o rio Paraíba, onde passava a União Indústria em 1910	156
FIGURA 41 - Diligência utilizada na estrada União e Indústria	157
FIGURA 42 - União Indústria próximo do registro do Paraibuna, 1861	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Estimativa da evolução da porcentagem da população mundial rural e urbana total e nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos _____ 42

QUADRO 2 - População urbana e rural no brasil – censo 2010 _____ 47

QUADRO 3 - Área, densidade demográfica e grau de urbanização de algumas regiões de planejamento do estado de minas gerais – 1980-2000. _____ 56

QUADRO 4 - População, densidade demográfica, grau de urbanização e proporção de participação no total da população de sua microrregião dos municípios sedes da zona da mata _____ 59

QUADRO 5 - Pequenos municípios da microrregião de juiz de fora com população rural acima de 40% _____ 61

QUADRO 6 - Produção de café em minas gerais no período 1829-1851 _____ 85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crescimento da população mundial total, urbana e rural (em bilhões de habitantes)_____ 43

GRÁFICO 2 - Porcentagem de população urbana vivendo em favelas em alguns países_____ 53

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1 - A paisagem no bairro joazal, um panorama fotográfico _____ 142
- ANEXO 2 - Guia de Viagem de Revert Klumb _____ 147
- ANEXO 3 – As Paisagens percorridas pela Estrada União Industria _____ 154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – O Problema e Justificativa	16
1. O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA	
1.1. Paisagem – Evolução e Transformação	23
1.2. Da paisagem do visível à paisagem como dimensão de percepção	35
1.3. A ação humana na transformação da paisagem no meio rural e urbano	38
2. A URBANIZAÇÃO DA PAISAGEM RURAL	
2.1. O debate sobre o rural e o urbano: a contribuição de alguns autores	42
2.2. A urbanização da Zona da Mata mineira: com destaque para a microrregião de Juiz de Fora	55
2.3. O Neo-ruralismo no Brasil – à procura da paisagem rural	66
3. O ESTUDO DA INTERFACE RURAL/URBANA DO VALE DO PARAIBUNA AO BAIRRO JOAZAL	
3.1 Um pequeno histórico da região do Vale do Paraibuna: do caminho novo às sesmarias	72
3.1.1 O Registro Régio de Matias Barbosa e a Fazenda do Joazal	79
3.2. A CULTURA CAFEIEIRA, A ESTRADA UNIÃO INDÚSTRIA E A FERROVIA REMODELANDO A PAISAGEM NATURAL DA REGIÃO	

3.2.1 A Implantação da Cultura Cafeeira e seu Impacto sobre a Paisagem do Vale do Rio Paraibuna	82
3.2.2 A Estrada União Indústria e a Ferrovia D. Pedro II Intensificando as Mudanças no Meio Rural e Urbano	87
4.0 O BAIRRO DO JOAZAL E SUAS CARACTERÍSTICAS	
4.1 Características do bairro Joazal	96
4.2 O Neo-ruralismo no bairro do Joazal	101
4.3 A paisagem e seus personagens – o Joazal na voz dos seus moradores	114
4.4 Os problemas e conflitos no bairro Joazal	121
4.5 A paisagem rural como atrativo para os neo-ruralistas	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXO 1	142
ANEXO 2	147
ANEXO 3	154

INTRODUÇÃO

O Problema e Justificativa

A proposta de análise que aqui se estrutura nasce a partir de questionamentos expostos e evidenciados nos espaços formais do saber, aqueles produzidos pela escola e pela academia. Esses questionamentos, originados ao longo da minha trajetória como educadora e, também, como geógrafa, dizem respeito primordialmente à construção de um fundamento muito caro à Geografia: o conceito de Paisagem. Um princípio chave que se constituiu em meio às demais categorias de análise da ciência geográfica como o espaço, o território, a região e o lugar, fornecendo assim, uma compreensão mais totalizante do meio ambiente que nos circunda:

A Geografia tem como objetivo compreender a vida de cada um de nós desvendando os sentidos, os porquês das paisagens em que vivemos e vemos serem como são, (...) como ela foi construída? Por que ela é assim? É preciso romper com a simples visualização/descrição conformista da paisagem (KAERCHER, 1999, p. 13)¹.

Neste trabalho, buscam-se caminhos e diálogos que descortinem o discurso da Geografia sobre a paisagem, uma vez que “... o mundo é revestido em nossos sistemas de representação” (DUNCAN, 2004:100)² e a paisagem, nada mais é do que um, dentre tantos outros sistemas de representação que possuímos do mundo. Porém, analisá-la a luz da Geografia, embora possa parecer um esforço intelectual considerável, não é a finalidade aqui proposta, pois tal intento, já bem desempenhado e elucidado por importantes autores (SAUER, 1925; TROLL, 1939; CORREA, 2004; TUAN, 2005)³ não necessita ser novamente empreendido. Nossa intenção é compreender a real natureza da paisagem sob a perspectiva do espaço vivido, sua inserção no mundo atual, especialmente com relação ao meio rural e urbano, na tênue linha que separa esses dois mundos na atualidade contemporânea.

¹KAERCHER, Nestor A. IN: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (org.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

² DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. IN: CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl (Org.) **Paisagem, Tempo e cultura**. (Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004) p. 91 – 132.

³ Para ver mais sobre a historiografia do conceito ver SAUER, O. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, bem como o próprio CORREA. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.7-11

Compreender como a paisagem elaborada e discutida nos meios científicos pode contribuir para a análise das transformações do meio rural e urbano é refletir sobre o grande desafio colocado pela Teoria da Geografia ao conhecimento científico, qual seja: o de identificar e entender o processo da produção do espaço. Como os aspectos exteriores da paisagem, percebida pelos sentidos humanos, ou melhor dizendo, pela sensibilidade do olhar podem indicar a incessante mutação do lugar? E o que isso significa? A interpretação da paisagem enquanto uma unidade básica de análise pode auxiliar no reconhecimento da complexidade socioambiental atual e no entendimento de como a sociedade vem se relacionando com o ambiente construído seja ele rural ou urbano.

Veremos ao longo desse trabalho a comprovação das palavras de Jean-Marc Besse, ao afirmar que “a paisagem envolve uma infinidade de traços, que se fundem como numa face” (BESSE, 2006:48)⁴. Revelar *a face* de uma paisagem, nesse caso, especificamente, a de uma paisagem situada na interior da zona da Mata Mineira é um dos objetivos aqui perseguidos. Trazer a tona *traços* dessa paisagem que possam nos dizer não apenas sobre seu passado, mas nos dizer também, especialmente, sobre seu presente é buscar sua essência para além de sua estética, pois: “...o visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos que se trata então de aprender a decifrar, a decifrar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento...a ideia é então que há de se *ler* a paisagem.”(BESSE,2006:63)⁵ E *ler* a paisagem segundo esse mesmo autor é “... extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias”.

Apesar de banalizada a paisagem é complexificada. Ela vai além de seu caráter puramente estético ou fisionômico, ela é uma construção, sobretudo cultural, estudá-la não significa somente enumerar ou quantificar os elementos nela presentes, é necessário buscá-la para além do senso comum, do que ela aparenta ou de sua pictorialização, para além do que a vista alcança, pois a paisagem, sendo primordialmente uma construção cultural, da ordem da imagem, do imagético, possui também uma dimensão que não é visível, no qual estão inseridos aspectos importantes para sua leitura. Essa dimensão visível/invisível da paisagem a torna forma e a complexifica dando-lhe um caráter de experiência sensível, que evidencia toda a dialética nela envolvida. Portanto:

⁴ Ver BESSE, Jean-Marc. Vapores no céu. A Paisagem italiana na Viagem de Goethe *IN: Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*; Trad. Vladimir Bartalini. – São Paulo: Perspectiva, 2006.

⁵ Idem

As contribuições para sua compreensão não virão, portanto, nunca de um único campo disciplinar, mas de vários, desafiando a um entendimento que mesmo dentro da especificidade de uma disciplina, por exemplo, a arquitetura, a geografia, a ecologia etc., aponta para a construção de um campo *transdisciplinar* para inscrição e validação desse conhecimento.⁶ (SANDEVILLE, 2004)

Para conhecer a paisagem escolhida necessitaremos, primeiramente, adotar um método de análise, pois não podemos nem devemos prescindir de seu uso, de seu acompanhamento, para não incorrerem em perspectivas reducionistas como, por exemplo, conceber a paisagem somente como tudo aquilo que a vista consegue abarcar, alcançar. Ou em visões totalizantes que afirmam que toda paisagem é subjetivação. “Estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método” (BERTRAND apud CABRAL)⁷ então, diante de tais considerações qual método elencar? Qual método ou métodos científicos melhor serviriam ao estudo de um conceito tão abrangente e difuso?

A escolha de um “caminho” é necessária, não apenas porque a Teoria do Conhecimento assim o exija, mas por ser esse o modo como ela se faz entender e se perpetua. Nenhum conhecimento nasce do nada, a observação, a análise e a atuação diante de qualquer objeto de estudo obedecem a um método de análise para poder adquirir coerência e confiabilidade. O método fenomenológico, muito utilizado na Geografia Humanista e nos estudos sobre a paisagem - com seus postulados acerca do objeto e seus sentidos - vem auxiliar a conectividade interdisciplinar aqui pretendida.

A paisagem, assim como o lugar e a região, é um desses termos que permitem à geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia. (HOLZER, 1997, p.81)⁸

E quais são os moldes da Fenomenologia? Este método se fundamenta na intencionalidade da atribuição de sentidos e valores aos fenômenos e a seus objetos e, na intuição, ou seja, na consciência dos sujeitos, captando desse modo, a imanência desses

⁶Sandeville Junior ao discorrer sobre as propriedades, escalas e processos naturais ou socioeconômicos presentes em uma paisagem ressalta a importância de uma visão transdisciplinar para uma compreensão maior de tais termos *In Paisagem em debate- revista da área de Paisagem e Ambiente. In EULER SANDEVILLE JUNIOR. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana.* (FAU-USP, 2004).

⁷ BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Cadernos de Ciências da Terra*, n. 13, Instituto de Geografia da USP, 1971, 27p.

⁸ HOLZER, Werther. “Uma Discussão Fenomenológica Sobre os Conceitos de Paisagem, Lugar, Território e Meio Ambiente”, *Revista Território*, ano 2 n.3, jul/dez, 1997. p.77-85.

mesmos fenômenos e seus objetos segundo a vivência desses mesmos atores e na interpretação do pesquisador. Para Husserl⁹, a realidade concreta do objeto deve ser colocada entre “parênteses”, pois o modo fenomenológico de avaliar a realidade emana não só das características físicas dos objetos, mas de como o observador as percebe e as considera. O modo como percebemos e concebemos os objetos constituem o interesse central do método fenomenológico.

A paisagem, por sua vez, é uma realidade concreta, mas de todas as categorias de análise da Geografia, ela é a que está mais ligada, em primeira análise, ao modo como percebemos e concebemos o mundo, a superfície da Terra e seus elementos distribuídos. A própria constituição da paisagem em si, levaria em conta esses preceitos, porque a sociedade humana não edificaria os aspectos da paisagem construída por mero acaso, mas sim dentro de uma determinada concepção estética, baseada em valores sociais e culturais.

Discorrer sobre como a paisagem surge, sua trajetória e evolução, principalmente, dentro da Geografia “ciência objetiva da paisagem” (EINAUDI, 1986:141)¹⁰ mas, não somente aí, também na filosofia, nas artes e até mesmo no paisagismo. Essa abordagem histórica e transdisciplinar em um trabalho de cunho geográfico são necessárias, pois “A paisagem já não é apenas a expressão das relações entre a sociedade e o ambiente natural, mas também dos laços que ligam o presente à herança do passado.” (Ibidem, 1986:157) E, para compreendê-la dessa maneira nos valeremos do método fenomenológico.

Em princípio alguns objetivos foram propostos neste trabalho para nortear a pesquisa e elucidar algumas questões concernentes ao tema abordado.

I - Entender como o conceito de paisagem foi utilizado na ciência geográfica e se estruturou como uma de suas categorias espaciais de análise;

II - Compreender como a paisagem elaborada e discutida nos meios científicos pode contribuir para a análise do ambiente rural em questão;

III - Refletir sobre o grande desafio colocado à Geografia através da análise da transição rural/urbana: a transformação da paisagem ao longo do tempo pela ação humana;

⁹ Edmund Husserl (1859-1938) foi um filósofo alemão de ascendência judaica, elaborou as bases teóricas da fenomenologia.

¹⁰ Enciclopédia EINAUDI. Tomo REGIÃO, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.p.138-160.

IV – Estudar o fenômeno do neo-ruralismo no Brasil e, em especial, no Vale do Paraíba e um estudo de caso no bairro do Joazal:

- Avaliar como os moradores da área de estudo percebem, consideram e valorizam a paisagem e o ambiente no qual estão inseridos;

- Identificar as ações dos moradores com elementos naturais da paisagem e do ambiente local: o aproveitamento dos recursos hídricos, do solo, vegetação e **manejo dos resíduos produzidos**.

No primeiro capítulo, não prescindiremos de uma leitura histórica onde, brevemente, consideraremos diferentes concepções sobre o conceito de paisagem, revisitando sua origem e seus antecedentes antes mesmo da sistematização efetiva da Geografia no século XIX. Por fim, analisaremos brevemente, a trajetória que o conceito adquire no decurso do século XX até os dias atuais, cujos desdobramentos serão discutidos e analisados sob diferentes concepções teóricas.

A Geografia Humanista e a Geografia Cultural são aquelas que mais estudos vêm apresentando sobre a paisagem sendo, portanto, as escolas que mais contribuíram para esse trabalho. Nas palavras de Correa¹¹ podemos compreender melhor qual a natureza dessa contribuição:

“A geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal.” (CORREA, 2009:30)

Uma concepção crítica da paisagem também será abordada, o modo como a paisagem natural é produzida e modificada segundo os interesses econômicos da sociedade humana, e a forma como a produção capitalista do espaço modificou a paisagem urbana e rural da contemporaneidade. Sobre a produção da paisagem Milton Santos destaca:

Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende

¹¹ CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl (Org.) **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

aos fins de quando foi construída. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo, e veio para ficar, devendo os planejadores do futuro levar em conta essa realidade. (SANTOS, 1991: 66)¹²

No momento seguinte analisaremos o tema central desta dissertação, a ponte de ligação entre o conceito de paisagem e o ambiente natural e construído pelo homem. A partir dos trabalhos clássicos de Sauer e Troll, abordaremos como o sentido de paisagem tão intrínseco à natureza perceptiva humana, contribuiu para o despertar da consciência ecológica e o movimento ambientalista.

No Capítulo 2, esse estudo se deterá na emergência de um fenômeno propriamente dito, de como as drásticas transformações paisagísticas da Terra causadas pela ocupação predatória da sociedade urbano-industrial humana obrigou o mundo acadêmico a adotar uma postura mais radical em defesa dos ecossistemas ameaçados e as repercussões desse fenômeno no centro do poder políticos das nações. O fenômeno da urbanização e o novo meio rural são analisados a luz dos trabalhos de autores que estudam a transição do espaço rural para o urbano e os impactos decorrentes dessa transição, visto que o processo de urbanização, seja através da urbanização ou na adoção do modo de vida urbano no campo, são poderosos fenômenos transformadores do espaço. Nesta análise utilizaremos não só o conceito de paisagem como também o de espaço na compreensão melhor dessas transformações.

No Capítulo 3 é elaborado um estudo de caso tendo o Vale do Paraibuna e o bairro do Joazal e sua paisagem – uma região e uma comunidade entre o rural e o urbano formada por pequenas propriedades e uma fazenda remanescente ao longo das margens do rio Paraibuna – como espaço de análise. Essa paisagem muito se modificou desde a chegada do Caminho Novo no século XVIII, da Estrada União Indústria, da Ferrovia e da cultura do café no século XIX. O modo de vida urbano dessa comunidade em área rural é destacado pela quase inexistência de atividades agrícolas e pastoris com exceção daquela que ainda ocorre na fazenda. Uma avaliação da situação da região revelada pelos impactos ambientais e paisagísticos ao longo do tempo, com destaque para os mais recentes ocorridos nas últimas décadas foi realizada, utilizando-se como indicadores o uso da água e do solo, o manejo do lixo, bem como o desmatamento e preservação da mata ciliar.

¹² Ver SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 61-74.

Para realizar tal trabalho lançamos mão da leitura das obras geográficas que estudaram o conceito de paisagem como também, aquelas que estabeleceram o eixo de ligação entre este conceito e as condições ambientais nas quais vive a sociedade humana neste planeta. Em um primeiro momento este trabalho disserta sobre a paisagem e o ambiente que ela revela como salienta Holzer: *Podemos ver que o termo "ambiente", em sua origem, tinha um sentido bem mais amplo. Possuía uma relação dialética com a palavra "mundo" assim como com o termo "paisagem".* (HOLZER, 1997, p.81)

Para, em um segundo momento, utilizar este conceito para identificar na paisagem escolhida e suas conformações e transformações ao longo do tempo. Nas próximas páginas passaremos à paisagem enquanto uma idéia, uma gênese ainda em evolução, assim como os capítulos que apresento a seguir.

1. O CONCEITO DE PAISAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA

1.1. PAISAGEM: EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Paisagem, palavra de uso cotidiano, que cada pessoa utiliza a seu modo; o que não a impediu de se tornar um vocábulo da moda. Paisagem, uma destas noções utilizadas por um número sempre crescente de disciplinas, que por muitas vezes ainda se ignoram. Paisagem, enfim, um dos temas clássicos da investigação geográfica. (BLANC-PAMARD & RAISON, 1986:138)¹³

A paisagem constitui uma das categorias espaciais de análise mais recorrentes nos estudos geográficos desde a escola clássica até as abordagens teóricas mais contemporâneas, como atesta a citação acima, um conceito primordial na compreensão do espaço - onde o homem imprime marcas ao longo de sua existência - a paisagem é o visível, mas também é o culturalmente construído. O acúmulo dessas diferentes marcas - visíveis/invisíveis, materiais/imateriais, fixas/fluidas - e de diferentes escalas no estudo da paisagem levam à ambiguidades e incertezas em sua definição:

No seu sentido mais corrente o termo 'paisagem' designa a parte de um território que a natureza apresenta ao observador; mas esta acepção banal é hoje considerada insuficiente, porque nunca como hoje este termo da linguagem corrente foi carregado de tão grande número de ambiguidades e incertezas. (Enciclopédia EUNADI 1986:138)¹⁴

Muitos teóricos que trabalharam com a Geografia Crítica e Humanista-Cultural (Santos, 1997; Cosgrove, 1998; Rosendhal, 2004; Tuan, 2006) embasam a discussão contemporânea a respeito do termo que é de certa forma tão afeito a Geografia como também, a inúmeras outras ciências sociais.

A noção de paisagem tem sido amplamente discutida em todos os ramos da ciência, principalmente entre geógrafos, arquitetos, urbanistas que tem contribuído com estudos e pesquisa dessa natureza procurando melhor entender as relações que se estabelecem entre o homem e seu entorno. (VIEIRA, 1998:87)¹⁵

¹³ *In* Enciclopédia EUNADI, VOL.8, Região. Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ Vieira, M.L. Paisagem Urbana e Rural In Oliveira,

José Bueno Conti¹⁶ em um pequeno artigo sobre paisagem e Geografia ressalta a inigualável natureza interdisciplinar do conceito e sintetiza a importância da perspectiva e da experiência do geógrafo na análise da paisagem, de forma muito esclarecedora, nos diz ele:

Embora os estudos da paisagem sejam essencialmente interdisciplinares nenhum outro cientista está tão apto a realizá-los quanto o geógrafo porque este têm, mais que qualquer outro, a noção de lugar, posição, orientação e comparação e ao, mesmo tempo, analisa, amplamente as influências recíprocas entre natureza e sociedade. É capaz de realizar sínteses regionais e de decodificar cada uma das infinitas unidades paisagísticas que compõem a superfície do planeta. (CONTI, 1998:153)

Para os geógrafos que se importam com o espaço vivido, que assumem a Geografia em toda a sua *geograficidade*¹⁷ e que analisam a atividade antrópica que aí acontece, a paisagem possui uma historiografia, uma espacialidade, uma escala, uma fisiologia, uma atemporalidade permanente, sua importância é imensa e ao mesmo tempo mascarada por sua cotidianidade, pela sua sempre presença que a torna muitas das vezes imperceptível, sem relevância imediata. Seu nascimento enquanto dado objetivo da realidade geográfica também é tema de controvérsias, para Erwin Straus a paisagem subsiste antes mesmo do homem:

“A paisagem não é uma categoria – e menos ainda uma experiência – antropológica. Ela é pré-cultural, pré-antropológica. Na paisagem, estamos no quadro de uma experiência muda, “selvagem”, numa primitividade que precede toda instituição e toda a significação.” (STRAUS apud BESSE).

¹⁶ Geografia, Zonalidade e Paisagem *In* OLIVEIRA, L. 3 Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. Rio Claro, 1998. 147-154

¹⁷ No sentido explicitado por Dardel, a Geografia deveria ser tomada por uma geograficidade inerente a toda vida humana, posto que ela é uma dimensão da existência humana, ou seja, a existência humana é por natureza geográfica. Essa é uma das contundentes contribuições do aporte fenomenológico adotado por Dardel ao pensamento geográfico. Besse magistralmente exprime o que seria geograficidade quando coloca: “A geografia entendida fenomenologicamente, não está à procura de significações ocultas por detrás dos fenômenos terrestres, ela não é tão pouco o simples levantamento de significações que o sujeito projeta sobre a Terra, mas ela é uma experiência de vida vivida pelo homem comum no encontro consigo mesmo, no contato com o mundo terrestre na orla, por assim dizer, das formas e dos símbolos que nascem, e este esboço de sentido ressoa em nós como um acontecimento, que é o da nossa presença no mundo. A geografia não nos ensina nada do mundo terrestre se nós não percebermos antes que ele é o meio do sentido.” Para mais definições sobre o termo ver também Holzer. Em seu artigo intitulado: A Geografia Fenomenológica de Eric Dardel. *In* DARDEL, Eric - O homem e a Terra.

Já para MENDONÇA e VENTURI (1998)¹⁸ a paisagem nasce antes mesmo da sistematização da Geografia como ciência, segundo eles:

“[...] as premissas históricas do conceito de paisagem, para a Geografia, surgem por volta do século XV no renascimento, momento em que o homem, ao mesmo tempo em que começa a distanciar-se da natureza, adquire técnica suficiente para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado.” (MENDONÇA e VENTURI 1998:65)

Mas a paisagem existe muito antes desse momento no século XV, ela é encontrada nas representações rupestres deixadas por nossos ancestrais, há mais de 10 mil anos onde, a eternização de um modo de vida primitivo expressa: “[...] níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais” (SANTOS, 1996:64). Inicialmente, a concepção de paisagem que construíamos e representávamos estava diretamente ligada ao modo como lidávamos com a natureza, com as técnicas e com trabalho que conseguíamos empregar em sua transformação. Os objetos e elementos essenciais à sobrevivência dos homens primitivos eram sempre reproduzidos nas paisagens retratadas nas pinturas rupestres.



FIGURA 1 - PINTURA RUPESTRE DA CAVERNA DE LASCAUX NA FRANÇA 15.000 AC (CONSIDERADA A CAPELA SISTINA DA PRÉ-HISTÓRIA) MOSTRA UMA PAISAGEM COMPOSTA POR ANIMAIS DE CAÇA EM MOVIMENTO NA CAMPINA

Fonte: www.portaldoprofessor.mec.gov.br

¹⁸MENDONÇA, F. de A.; VENTURI, Luis Antônio Bittar. **Geografia e metodologia científica: da problemática geral às especificidades da Geografia Física.** (Revista Geosul Ed. da UFSC, 1998)

Até hoje, ao representarmos uma paisagem, também retratamos os nossos objetos e técnicas dessa mesma forma: a partir da sociedade e do tempo no qual vivemos, ou seja, a partir da contemporaneidade por nós vivenciada.

Desta feita, a paisagem representada numa pintura expressa as formas de se olhar o mundo a partir das condições históricas, culturais, políticas, estéticas, técnicas e tecnológicas que o pintor e o público estavam inseridos. Tal fato nos permite colher noções que, mesmo que a pintura não expresse a realidade em sua inteireza, auxilia a uma melhor compreensão da visão que os indivíduos e a sociedade possuíam em determinada época e lugar. (FERRAZ, 2001:154 In MYANAKY, 2003:10)¹⁹.

Essa historicidade quase sempre presente na paisagem nos dá a impressão de que ela encerra em si, determinada época, de que ela é sempre uma paisagem datável, mas a paisagem como poeticamente nos diz o filósofo: “não é um lugar fechado em si mesmo, mas é o que abre o olhar para um além, para uma inconclusão que é propriamente abertura do sentido e da história, e não fechamento sobre o gênio de um lugar.” (BESSE, 2006:93) No mundo antigo, diversas civilizações – sumérias, mongóis, pré-colombianas e gregas – desenvolveram relações com seu meio ambiente próximo e o retrataram, em uma tentativa de torná-lo menos inóspito uma vez que:

Os campos significavam apenas trabalho duro; a costa marítima significava perigo de tempestades e pirataria. E, para além dessas partes mais ou menos aproveitáveis da superfície da Terra, estendia-se uma área interminável de florestas e pântanos. A natureza, no seu conjunto, era perturbadora, vasta e atemorizante e as vastidões abriam no espírito muitos pensamentos perigosos. (LEITE, 1994:34)²⁰

As grandes descobertas, a modificação dessa relação homem-natureza, o novo modo de ver e perceber as forças naturais, a apropriação e desenvolvimento de novas técnicas trazem outras representações de paisagem. Um novo imaginário coletivo acerca da natureza e, conseqüentemente, da paisagem que a representa começa a ser forjado quando:

“[...] por volta de 1700, a igreja perdeu o apoio das classes influentes, educadas, que passavam a defender a ideia de que a nação deveria ser o principal objeto de preocupação da sociedade. Essa proposição era apoiada pelo sonho do ‘paraíso terrestre’, onde a harmonia entre o homem e a natureza, dentro dos limites da nação, traria como resultado uma vida terrena espiritual e materialmente gratificante. A discussão dessas questões filosóficas, os estímulos das grandes viagens, a moda de colecionar trabalhos

¹⁹ MYANAKI, Jacqueline. A paisagem no ensino de geografia: uma estratégia didática a partir da arte. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p.155.

²⁰ LEITE, Maria Farjim Pereira. **Destruição ou desconstrução? Questões da Paisagem tendência de regionalização.** São Paulo: Hucitec, 1994.

de pintores italianos do século XVII, tudo contribuiu para o surgimento de novas ideias sobre a paisagem, que eram asserções não somente sobre filosofia da estética, mas sobre a paisagem real, visível.” (LEITE,1994:37)

O Renascimento, que traz essa paisagem do real e do visível, encontra na arte uma representação única, retratando os jardins burgueses e um novo modo de vida, baseado não mais, em uma visão teocêntrica da existência, mas em um antropocentrismo que elevava o homem à categoria de senhor da natureza. A paisagem adquire, assim, outro caráter, a disposição de seus objetos agora não mais obedece somente a critérios religiosos, morais ou de segurança mas também, a critérios estéticos, econômicos e de classe.



FIGURA 2 - “A CARROÇA DE FENO” DE JOHN CONSTABLE, 1821. OBRA CLÁSSICA DO PAISAGISMO ROMÂNTICO INGLÊS QUE MOSTRA ELEMENTOS DA NATUREZA NA ÁREA RURAL E A EVIDENTE INTERVENÇÃO HUMANA.

Fonte: www.abstracaocoletiva.com.br/2012/12/20/john-constable-biografia/

Entre os paisagistas românticos ingleses, um dos mais destacados foi John Constable que, conseguiu abstrair dos campos ingleses o modo de vida rural reinante no início do século XIX, em uma Inglaterra ainda não transformada pela mecanização e êxodo rural provocado por sua Revolução Industrial, fato que seria constatado poucas décadas depois.

A Figura 3 apresenta o mesmo local da famosa tela “A Carroça de Feno” agora já em pleno início do século XXI, quase duzentos anos depois que o pintor retratou o lugar. Nota-se que o Chalé ainda está lá, assim como as mansas águas do rio *Stour*. A região permanece rural e vive de atividades rurais, como era no início do século XIX, cultivando feno, trigo e milho. Mas, não se observa mais a carroça de feno, todo o trabalho de aragem,

semeadura e colheita é feito há muito tempo por máquinas. Parece também que a paisagem natural foi modificada, embora haja mais árvores e vegetação do que aquela retratada no quadro de 1821, o terreno está mais elevado, o alicerce do Chalé exposto no quadro está quase totalmente encoberto na foto recente. Tal fato pode ser atribuído ao intenso processo de sedimentação de um rio de planície próximo a sua foz (apenas 5 km), processo este acelerado pela ação humana com a introdução da agricultura mecanizada que provocou maior erosão do solo. Porém, aquela rusticidade, a submissão do homem aos ditames da natureza e a sua proximidade com os elementos naturais do campo, que tanto inspirou o artista, não se observa mais.



FIGURA 3 - LOCAL RETRATADO POR JOHN CONSTABLE EM 1821 NO QUADRO “A CARROÇA DE FENO”. O VALE DO RIO *STOUR* EM 2011, QUASE DO MESMO ÂNGULO DE VISÃO. (Fonte: GoogleEarth, 2013)

O campo da “era da urbanização” está mais despovoado do que nunca, pelo menos nas regiões onde esse processo foi mais intenso. O novo modelo rural se mostra mais humanizado, afastado da natureza, menos dependente das condições naturais do clima, do relevo, dos cursos fluviais. Para GRAZIANO ²¹, o “novo rural” e o urbano hoje se confundem, não podendo se definir claramente a característica particular de cada paisagem:

²¹ GRAZIANO DA SILVA, José. “O Novo Rural Brasileiro”, Revista Nova Economia, vol. 7, n.1, 43-81, maio 1997.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO, 1997, p.43)

Os pintores franceses e italianos como Nicolas Poussin, Claude Lorrain e Salvatore Rosa trazem então o naturalismo como forma de expressão da paisagem, inspirando posteriormente urbanistas e paisagistas como Lord Burlington e Chambers - os pais do parque inglês - ao reproduzirem a vida das classes abastadas, retratando a natureza em detrimento das cidades industriais, abarrotadas e artificializadas, popularizando uma paisagem-arte exposta através dos jardins que, segundo Claval: “[...] não expressam somente as aspirações profundas das pessoas, seu gosto pela harmonia, seu sentido de beleza. O jardim está carregado de ideologia.” (CLAVAL, 2004:58)

A construção de um conceito não se dá de um momento para o outro, “[...] é necessário que ele seja contextualizado, que haja espaço para a história do fenômeno estudado [...]” (CASTELLAR, 2010:102)²². Compreender a paisagem enquanto fenômeno histórico, que carrega uma série de tempos historicamente diferentes e sobrepostos, é importante, para que seu estudo possa parecer significativo aos olhos do observador e que essa historicidade seja valorizada. Pois, uma paisagem segundo SANTOS: “.... tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais, etc” (SANTOS, 1991:69)²³ Sua interpretação só adquire sentido como produção social na interseção da história da sociedade e da natureza. Por esse motivo uma interrelação entre paisagem e meio ambiente adquire relevância.

Para a Geografia, nascida conjuntamente com o ideal de Estado-nação alemão nos fins do século XIX, o conceito de paisagem foi trabalhado a partir de seus atributos físicos. Os pais da Geografia Tradicional – Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter – um naturalista e o outro filósofo – em suas principais obras *Cosmos* e *Geografia Comparada*, tratam da

²² CASTELLAR, Sônia. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, Coleção ideias em ação. 2010.161p.

²³ SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, 61-74.

mensuração das variadas características terrestres, buscando contemplar a paisagem de forma estética, regionalizando-a. Isso era realizado concebendo a Geografia como uma ciência descritiva.

Na compreensão de Moraes (1993)²⁴, Humboldt entendia a Geografia como parte da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Humboldt entendia que o geógrafo deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética, a paisagem causaria no observador uma “impressão” que, combinada com a observação sistemática dos seus objetos e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à causalidade das conexões nela contidas. Para ele:

A pintura de paisagem não é apenas pura imitação; ela tem um fundamento mais material e há nela qualquer coisa de telúrico. Ela exige da parte dos sentidos uma variedade infinita de observações imediatas, observações que o espírito deve assimilar, para fecundá-las através de sua capacidade e devolve-las novamente aos sentidos, sob a forma de uma obra de arte. O grande estilo da pintura da paisagem é fruto de uma contemplação profunda da natureza e da transformação que se opera no interior do pensamento. (1993:26)

Para Christofolletti (1997)²⁵, o naturalista alemão estabeleceu a concepção que propiciou perceber e compreender as paisagens diferenciadas dos lugares e dos povos como fenômenos específicos, merecedoras de descrição, análise e explicação. Assim:

A geografia firma-se como ciência organizada principalmente a partir dos trabalhos de intelectuais alemães, como Ritter e Humboldt. E é do alemão que vem o termo *landschaft*, um vocábulo medieval, mais antigo que *paysage* e que significa natureza como evento visual, total e unido, uma associação entre sítio e habitantes. Portanto um termo mais abrangente e complexo e a partir do qual a ciência acadêmica formulou o conceito de paisagem geográfica, que até o início do século XX esteve no centro das investigações geográficas e chegou a ser considerado o objeto da geografia. (MYANAKI, 2003)

A Geografia Tradicional e, com ela, o conceito de paisagem encontram um forte impulso nos naturalistas e viajantes do século XIX, nas sociedades geográficas européias, nas explorações militares e nas necessidades de colonização do expansionismo europeu.

Não podemos esquecer, também, a necessidade de classificar e criar uma taxonomia própria, relativa à descrição das paisagens; o mundo de então estava começando a

²⁴ MORAES, Antônio C. Robert. *Geografia – Pequena história crítica*. 7ªed. SP: Hucitec, 1987.

²⁵CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geografia: Da antiguidade à Pós-modernidade**. In: *GeoNotas*, v.1, n.2. UNESP, out/Nov/Dez, 1997.

ser totalmente conhecido em sua forma, a descrição e a enumeração de seus atributos físicos era necessária. Portanto, os grandes naturalistas como Humboldt, Martius, Saint Hilaire, Darwin e outros cumpriram este papel, descobrindo e classificando a flora e fauna dos trópicos, informações de grande interesse para as potências colonizadoras da época. Assim, a Ciência da Paisagem dá origem a uma série de outras ciências parcelares como a Geologia com Eduard Suess, a Pedologia com Dokutchaiev, a Climatologia com Max Sorre e tantas outras.

Além deste aspecto prático, a Geografia Tradicional teve seu desenvolvimento relacionado ao seu surgimento como uma disciplina universitária. A primeira cátedra universitária surge em 1812, na Universidade de Königsberg com o então filósofo Immanuel Kant, em uma linha bastante descritiva do meio ambiente, exprimindo assim, os ideais empiristas de Hume e Leibniz. Este período se caracteriza pela metodologia de cunho positivista, influenciada diretamente pelo uniformitarismo, por uma teoria evolucionista em voga e por métodos descritivos.

Em 1870, a Geografia alemã consolidava-se, juntamente com o ideal de Estado alemão que, enfim, tomava forma com a unificação política e territorial. Após a vitória da Alemanha sobre a França na Guerra Franco-prussiana, a Geografia já figura como disciplina universitária em todas as instituições de ensino superior desse país. Um revigoramento em suas bases então ocorre, o que, certamente, modificaria mais uma vez, o modo como a paisagem seria vista.

Friedrich Ratzel, o geógrafo prussiano funda as bases do determinismo quando lança sua obra máxima intitulada *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História (1882)* e, com ela, o conceito de espaço vital (*lebensraum*), diretamente ligado a ideia de paisagem. Uma nova forma de conceber a natureza então surge.

Profundamente influenciado pelas teorias Darwinistas e Comteanas, Ratzel não via uma uniformidade nas leis naturais; para ele, a natureza determinava o homem, suas condições sociais e até mesmo políticas. Em um quadro natural estável um país alcançaria níveis seguros de progresso, do contrário, certamente, ruiria. Daí, a constante necessidade de expandir as fronteiras dos países europeus, principalmente do Estado alemão, que se unificava, de modo a garantir sua perpetuação, não correndo desse modo, os riscos assinalados por Malthus. Pois, para Ratzel, o Estado dependeria sempre do seu quadro natural

(*rahmen*), uma vez que o mesmo determinaria a produção de alimentos e, conseqüentemente, de riquezas.

A teoria Determinista fundamentada por Ratzel e, posteriormente desenvolvida por seus discípulos – Hellen Semple, Huintigton, Griffith Taylor entre outros – serve aos interesses expansionistas do Estado alemão, conjugando natureza e ação antrópica em favor do ideal de nação. Essa visão mecanicista, onde o homem deveria utilizar os recursos da natureza gerando desse modo o progresso, estabelecendo assim, seu espaço vital, perdura de certa forma até os dias atuais.

A escola francesa vem como uma resposta a essa doutrina. Uma resposta engendrada em um quadro histórico político bem contextualizado, por uma França derrotada da guerra Franco-prussiana, que precisava criar as bases epistemológicas de sua própria Geografia.

Em um livro básico muito utilizado nos atuais cursos universitários de Geografia aqui no Brasil – principalmente em seus primeiros semestres – podemos compreender melhor esse contexto histórico vivenciado pela França:

Na segunda metade; do século XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda a Prússia, disputam a hegemonia, no controle continental da Europa. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana em 1870, na qual a Prússia saiu vencedora. A França perde os territórios da Alsácia e Lorena, vitais para sua industrialização, pois neles se localizavam suas principais reservas de carvão. A guerra havia colocado, para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma Geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês. (MORAES, 1987:64)²⁶

Vidal de La Blache (1845 –1918) – historiador de formação – contrapôs as ideias ratzelianas defendendo uma suposta neutralidade científica, onde a natureza era vista como um campo de possibilidades à ação humana e, onde as diversidades dos meios naturais, explicaria também, as diversidades de gêneros de vida. O ‘*espaço vital*’ defendido por Ratzel foi duramente rechaçado com a ideia de ‘*gênero de vida*’ formulada por Vidal, sua visão buscava ir além das enumerações exaustivas e dos relatos de viagem.

La Blache colocou o homem como um ser ativo, que tem com a natureza uma relação dialética, ao sofrer a influência do meio ao mesmo tempo em que age sobre ele.

²⁶ MORAES, Antônio C. Robert. Geografia – Pequena história crítica. 7ªed. SP: Hucitec, 1987.

Definindo o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem, sua obra foi claramente antideterminista. Para alguns:

A principal contribuição da escola francesa para a ciência geográfica foi o possibilismo, doutrina que considera o homem como um agente que atua no meio, cria formas sobre a superfície terrestre, e a natureza passa a ser vista como possibilidades para a ação humana. Com o possibilismo a Geografia ultrapassa o perigo de se dividir em geografia física e humana e passa a ser uma ponte entre as ciências naturais e humanas. (BEZZI & MARAFON, 2005:40)²⁷

De certa forma, La Blache acentuou o caráter humano da Geografia. Em seus estudos trata de questões como: população, estabelecimentos humanos, técnicas e instrumentos de trabalho, mas nunca, da sociedade, das relações sociais e dos processos de produção. No entanto, as relações entre os homens e os fenômenos econômicos e sociais ligados ao surgimento da revolução industrial, não figuram em seus estudos.

Falar da mudança promovida pela escola Possibilista na historiografia da paisagem que aqui pretendemos, requer sem sombra de dúvida, menção à figura de Vidal de La Blache. Sobre Vidal de La Blache, Béatrice Gibbin faz as seguintes considerações:

É uma nova geografia humana que surge: neutra, apolítica, objetiva, já que ela consiste em descrever a harmonia das **paisagens rurais** que só evoluem muito lentamente naquela época. A legitimidade política é adquirida mascarando a utilidade estratégica do saber geográfico. Temos a impressão que era necessário “limpar” a Geografia e “engomar” sua verdadeira origem por meio de outro nascimento. Eis porque, até seus últimos anos de vida, Vidal foi considerado o pai da Geografia francesa. É mais exato dizer da Geografia universitária francesa. (GIBBIN, 1989:146)²⁸

A partir de então, a França institui cátedras e institutos de Geografia, além de torná-la disciplina obrigatória em todas as séries do ensino básico, popularizando assim, o ensino desse saber e fornecendo à paisagem uma popularização.

Elissé Reclus foi outro pensador que contribuiu para a compreensão da relação natureza/sociedade, da paisagem natural e aquela produzida pelo homem ao ultrapassar a concepção ingênua de História, segundo a qual os acontecimentos se dão em uma sequência

²⁷ BEZZI, Meri Lourdes e MARAFON, Gláucio José. *Historiografia da ciência geográfica*. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2005. 111 p.

²⁸ GIBBIN, Béatrice. *A Geografia, disciplina subjugada*. IN: VESENTINI, José William (org.). *Geografia e Ensino – Textos Críticos*. Campinas, SP: Papirus, 1999.

simples. Foi muito além do posicionamento conservador-positivista quanto ao tempo e ao espaço, entendendo a natureza e a sociedade dentro de uma espiral contínua e nada homogênea onde, não mais se tratava de um movimento estável e unidirecional, muito menos de uma espiral geometricamente regular. Para ele a História não é homogênea e nem mesmo é homogêneo o espaço que ela movimenta. Sobre Reclus, Lacoste diria:

Sua concepção da geograficidade integra não somente os fenômenos econômicos, políticos e militares, mas também os diferentes fenômenos “físicos” e ecológicos, o conjunto tomado em função das transformações do mundo, as evoluções lentas e as mudanças rápidas. (LACOSTE, 1998: 204)

Sua chamada Geografia Crítica ou Radical encontra nos escritos de Marx e nas teorias críticas de Kropotkin e do jovem Wittfogel, bases para instituir-se. Posteriormente, as formulações teóricas de Jean Dresch, Jean Tricart e a contribuição da Geografia Ativa de Pierre George, Lacoste, Guglielmo e Kayser, também encontrarão na Geografia Crítica de Reclus uma fonte de inspiração.

Podemos perceber que a Geografia dos inícios do século XX ultrapassa, em muito, o expansionismo pangermânico e sua paisagem dicotomizada entre a Geografia Física e a Geografia Humana e sua subordinação forçada à História. Sua reflexão denota a urgência de se pensar o saber geográfico de forma mais abrangente e a criação de um novo paradigma que ultrapasse seu parcelamento positivista e de à paisagem uma nova leitura.

1.2. Da Paisagem Do Visível À Paisagem Como Dimensão De Percepção

É do outro lado do Atlântico que surge uma nova forma de conceber a paisagem dentro da Geografia. Trata-se de um geógrafo norte-americano que lança as bases de uma Geografia que se pretendia Cultural. Carl Ortwin Sauer (1889 – 1975) principal expoente da Escola de Berkeley, considerava que toda ciência só adquire uma identidade através da escolha de um objeto próprio e de um método de análise.

Para ele, a paisagem deveria ser o objeto fundamental da ciência geográfica. Sauer acreditava que, através do estudo da paisagem, resolveria a oposição entre a Geografia físico/humana, geral/regional, idiográfica/nomotética e a inexistência de um método próprio. Suas principais obras – *Morfologia da Paisagem* (1925), *Recent Developments in Cultural Geography* (1927), *Foreword to Historical Geography* (1941) – deixam claro sua tentativa de associar a paisagem a um *constructo* histórico que seria, simultaneamente, natural e cultural. Segundo ele:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. (SAUER, 1998, p.42).²⁹

A Geografia Cultural clássica passa a elucidar melhor o complexo campo da cultura e a responder com maior competência aos quesitos que dizem respeito às transformações ocorridas na paisagem embora tenha sofrido muitas críticas por parte de outras escolas, a ela posteriores. Mesmo assim, o conceito de paisagem adquire, à luz da Geografia Cultural, uma conotação diferenciada daquela que possuía dentro da Geografia tradicional e positivista, embora dela se aproxime. Nela, a paisagem dividia-se em paisagem cultural e paisagem natural. Nas palavras do próprio Sauer:

A paisagem geográfica vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural

²⁹ SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). Paisagem tempo e cultura, Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998

ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. (SAUER, *Apud*:CORRÊA & ZENY, 1998, p. 09).

Outro geógrafo que se dedicou ao estudo da paisagem foi David Lowenthal, um discípulo de Sauer que em muito contribuiu para a análise e estudo da paisagem. Por meio de seus escritos e reflexões começa a ganhar forma o conceito de “espaço vivido” que outros geógrafos advindos inclusive da escola de Chicago vão desenvolver, com notável destaque para Buttimer e Tuan.

Agora, o imaterial toma conta das conceituações da paisagem e do próprio espaço geográfico. Novas expressões e conceitos são utilizados: percepção do ambiente, espaço experiencial, cognição espacial, etc.

Nessa Escola da Percepção Ambiental, como ficou conhecida, se destaca também Edward Relph, que faz interessantes associações entre os conceitos de paisagem, espaço e lugar:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra, embora não haja limites precisos entre espaço, paisagem e lugar como fenômenos experienciados: lugares contêm paisagens, paisagens e espaço contêm lugares (RELPH *apud* MACHADO, 1996, p. 98)³⁰

O surgimento da Ecologia da Paisagem, fundamentada um pouco mais tarde por Carl Troll, traz novamente novas perspectivas sobre a paisagem, reagrupando seus elementos do ponto de vista da ecologia e da biologia, A paisagem adquire uma interface entre o cultural e o biológico assumindo, assim, um caráter mais abrangente.

O período entre guerras, a divisão política do mundo entre dois diferentes sistemas políticos, tensões sociais de toda ordem – trabalhistas, militares, raciais... – o avanço da técnica em diferentes campos – transporte, comunicação, comercialização... – configuram um novo mundo e com ele novas paisagens, pois: [...] as modificações na estrutura social criam sempre novas necessidades, sugerem novas formas e redefinem os valores da paisagem visível. (LEITE, 1994:51).

O mundo mudara, o *breve século XX* trazia consigo a urgência de se pensar o saber geográfico, uma nova Geografia passar a existir: a Geografia Crítica. Esta nasce em contraposição às bases teóricas da Geografia Tradicional e da Geografia Cultural Clássica,

³⁰ MACHADO, Lucy M. C. P. “Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar”

trazendo especialmente, uma leitura marxista da realidade. Esta, talvez, tenha sido a primeira escola que se tenha proposto e alcançado modificar o saber geográfico escolar e, com ele, a noção de paisagem.

Milton Santos e Yves Lacoste são dois de seus maiores expoentes. Neles, o conceito de paisagem adquire uma significância maior do que até então se defendia. Para Santos, a paisagem é [...] tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança. (SANTOS 1991: 61) ao mesmo tempo em que ela figura na [...] dimensão da percepção. (Ibidem: 62). Nesse ponto a paisagem se constitui uma convenção humana, como o homem percebe e concebe os elementos que o envolve.

A Geografia Crítica imprimiu intensas marcas no processo de ensino da paisagem, um forte movimento de renovação da escola e conseqüentemente de seu conteúdo sobre o território nacional ocorreu a partir de suas reinterpretações acerca da realidade social analisada.

A ideia acerca da paisagem, o que ela representava e como era elaborada modifica-se substancialmente a partir da Geografia Crítica. Uma renovação no modo como a Geografia deveria ser ensinada, quais os conteúdos que deveriam ser abordados em sala de aula e, mesmo, o viés analítico que deveria embasar e nortear esse ensino elementos esses que formam uma Geografia renovada que alcança na década de 70 seu auge.

O modo com a paisagem foi apreendida e é ensinada dentro da Geografia, principalmente no cenário nacional exerce uma forte influência no modo como lidamos com nosso meio ambiente e como enfrentamos nossos desafios ambientais. A construção de uma consciência ecológica está diretamente ligada à maneira como a paisagem foi e é ensinada.

O que aqui nos interessa, com toda essa retrospectiva a respeito do conceito de paisagem na historiografia da Geografia, é tentar fazer uma ponte entre seu sentido e a percepção do ambiente que nos cerca, compreendê-lo em sua evolução histórica.

1.3 A AÇÃO HUMANA NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RURAL E URBANA

... estéril uniformidade que caracteriza a modernidade e que conduz a um estilo de vida semelhante que se impõe de um extremo ao outro do planeta, divulgado pela mídia e prescrito pela intoxicação da cultura de massa: mesmos filmes, mesmas séries de televisão, mesmas informações, mesmas canções, slogans publicitários, roupas, carros, arquitetura e apartamentos decorados de maneira idêntica. Na história da humanidade, nunca práticas características de uma cultura tinham chegado a se impor, de uma forma tão rápida, como modelos universais, que são também políticos e econômicos. (RAMONET, 1998:47 Apud BRUGGER, 2005:143)³¹

A Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra trouxe em seu bojo não apenas o progresso material e tecnológico proporcionado pelo processo de acumulação capitalista, mas, também, a enorme agressão à natureza, em sua inesgotável demanda por recursos naturais para serem transformados em mercadorias e uma incrível homogeneidade cultural. Nesse processo, que vem se desenvolvendo até a atualidade, também se observou o fenômeno da urbanização acelerada, com as cidades constituindo-se numa grande intervenção humana na paisagem. Também no campo as transformações foram grandes, na medida em que o modo de vida tradicional de uma agricultura familiar e de subsistência foi substituído por uma cultura intensiva que atendesse as necessidades da produção industrial.

Porém, antes mesmo da Revolução Industrial, o impacto da civilização já se fazia sentir sobre as paisagens e ecossistemas do globo e, isto, desde a Antiguidade. Muitas espécies animais e vegetais foram extintas pela ação predatória do homem que, segundo algumas teorias, revelam que o impacto da presença de comunidades humanas no meio, mesmo na pré-história, era muito mais forte e efetiva do que a de qualquer outra espécie, causando fortes danos ambientais. O desaparecimento repentino de alguns predadores do topo da cadeia alimentar, como um indicador de desequilíbrio ecológico, foi em grande parte causado pela presença humana. O último leão europeu foi abatido ainda no Império Romano;

³¹ BRUGGER, P. **Os novos meios de Comunicação: uma antítese da educação Ambiental?** *IV LOUREIRO, C. F. B. LAYRARGUES, P.P & CASTRO, R.S (Orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.* São Paulo: Cortez, 2005.

muitas espécies endêmicas das Américas e da Oceania não resistiram à chegada do colonialismo europeu.

A expansão colonial a partir do século XVI representou uma ruptura no *modus vivendi* dos ameríndios que durante mais de 10 mil anos conviveram com seu meio causando poucos impactos com sua presença, apesar de apresentarem uma considerável população, estimada entre 15 a 20 milhões de habitantes. Com a chegada dos europeus esse continente quase intacto foi incorporado ao mercantilismo e bastaram algumas décadas para seus ecossistemas sofrerem degradações não alcançadas por milênios de ocupação pelos povos nativos. Nas áreas de *plantation* como no Brasil, formações vegetais inteiras foram extintas para darem lugar à cana-de-açúcar. Isso para não citar a dizimação mais grave e dramática causada pelo europeu às populações indígenas que foram reduzidas a um percentual ínfimo do original, sujeitas à “guerra bacteriológica”, escravização e desterro de seu território.

Em um capítulo intitulado “A sociedade industrial e o Ambiente” Jurandir Ross sintetiza bem o ocorrido nos últimos três séculos de apropriação da natureza sob a égide do capitalismo:

O acréscimo do conhecimento técnico-científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro. Até praticamente a década de 70 deste século, não havia no mundo a menor preocupação com as questões ambientais ou ecológicas, a não ser nas universidades, onde o assunto era tratado cientificamente. (ROSS, 2001:213)³²

A complexidade da atual relação homem-natureza modifica-se continuamente. A relação dialética - entendida aqui enquanto uma correspondência mútua e permanente entre a sociedade e seu meio ambiente – nem sempre é percebida em sua totalidade. O homem é moldado por seu espaço, por sua sociedade, por sua época histórica, pelos meios materiais e imateriais de que dispõe para viver, ao mesmo tempo em que molda, cria e modifica tudo o que interage com ele. Enquanto um, o homem guia-se nessa relação partindo de uma premissa individualista, enquanto parte da coletividade é forçada a guiar-se pela vontade comum ou pelo contrato social em questão.

As questões ambientais colocam-se de modo mais contundente hoje, em uma sociedade técnico-científica, do que na sociedade pré-industrial do século XVII. Na sociedade

³² ROSS, J.L. S. Geografia do Brasil. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

capitalista moderna, a crise civilizacional traveste-se, na maioria das vezes, de crise ambiental, como que para confundir os humanos destes novos tempos de globalização econômica e cultural que se assumem - grande parte das vezes - apenas como indivíduos, principalmente quando a temática que os desafia ou, a necessária tomada de decisões, envolve questões ambientais. Assim, as atitudes pessoais tornam-se respostas únicas e, muita das vezes, ineficientes, pois não abarcam a complexidade dos desafios com os quais o sujeito lida diariamente na construção contínua de suas relações sociais. Daí a importância de se pensar o ser humano enquanto um ser relacional que precisa tornar-se ecologicamente consciente.

O meio ambiente é tudo que envolve o homem e sua interação com os elementos naturais ou mesmo o ambiente construído pelo próprio homem. Segundo Magnoli:

Daí poderá sintetizar-se a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada “natural” quer construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conformações, configurações, carregadas da interação social como suporte temos denominado PAISAGENS. (MAGNOLI, 2006, p.241)³³

O Brasil em especial é um país que ilustra bem o processo de destruição, ou transformação, do ambiente natural ao longo dos últimos séculos com maior intensidade. Os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do café reduziram a Mata Atlântica a apenas 7% de sua área original. O ecossistema do cerrado vem enfrentando o mesmo destino com o avanço da fronteira agrícola e do agronegócio. O último grande ecossistema, o amazônico, vem reduzindo ano a ano sua área pelos mesmos imperativos econômicos que movem o capitalismo brasileiro há cinco séculos. Aqui, como no restante do globo, as cidades emergem como um fenômeno intrinsecamente ligado a temática ambiental, fazendo com que os problemas ambientais tornem-se problemas sócio-ambientais de difícil resolução. O anormal crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas do século XX inchou os centros urbanos, acarretando problemas sócio-ambientais de diversas ordens – falta de infraestrutura, saneamento, moradia, resíduos, saúde, dentre muitos outros - e levando o país a uma complexa crise socioeconômica, política e cultural de grandes proporções que pedem

³³ MAGNOLI, Miranda M. “Ambiente, Espaço, Paisagem”, *Paisagem e Ambiente*, Ensaios, n.21, São Paulo FAU-USP, p. 237 – 244, 2006.

soluções urgentes de difíceis encaminhamentos. Onde a paisagem torna-se, a cada dia, mais destituída de interpretação ou significado, onde a natureza dessa mesma paisagem muitas vezes não pode nem sequer ser precisada, ela é urbana ou é rural? Em meio a mudanças rápidas que perpassam o espaço, o homem contemporâneo perde a capacidade de analisar a paisagem no qual está inserido, sendo levado a uma *cegueira* ele comporta-se do mesmo modo em qualquer lugar, busca consumir os mesmos produtos e a se relacionar do mesmo modo, indiferente as mudanças em curso. Mudanças essas que compreenderemos melhor no capítulo que se segue.

2. A URBANIZAÇÃO DA PAISAGEM RURAL

2.1 O DEBATE SOBRE O RURAL E O URBANO: A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS AUTORES

O processo de urbanização se intensificou muito no mundo a partir da Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra. Porém, esse processo não se propagou ao mesmo tempo e uniformemente no espaço terrestre. Enquanto alguns países da Europa e os EUA já apresentavam maioria de população urbana entre o final do século XIX e início do século XX, boa parte do planeta permanece rural contando essa parcela com quase a metade da população mundial na atualidade. Segundo a ONU, em 2008, pela primeira vez na história, a maior parte da população mundial passou a ser urbana e existem projeções de que em 2050 essa proporção alcance um nível próximo de 67%, ou seja, mais de 2/3 da população mundial, significando uma inversão nessa razão em um período de 100 anos.

QUADRO 1

ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL RURAL E URBANA TOTAL E NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS

Categoria	ANOS (%)				
	1950	1970	2011	2030	2050
URBANA TOTAL	29,64	36,48	52,08	59,85	67,13
Países desenvolvidos	58,66	49,62	26,44	21,28	18,08
Países subdesenvolvidos	41,34	50,38	73,56	78,72	81,92
RURAL TOTAL	70,36	63,52	47,92	40,15	32,87
Países desenvolvidos	20,67	14,53	8,38	6,88	5,90
Países subdesenvolvidos	79,33	85,47	91,62	93,12	94,10

Fonte de dados: ONU, 2010. Elaboração: Elizandra Ferreira Dias.

O Quadro 1 também destaca que a maioria da população urbana estará no chamado mundo subdesenvolvido, aliás, o mais populoso, cujo processo de urbanização também vem se acelerando. Por outro lado, a população rural do mundo desenvolvido, que já era reduzida em 1950, passará a representar apenas 5,9% do total mundial em 2050. No Gráfico 1 pode-se observar a linha de crescimento em números absolutos da população

mundial total, urbana e rural, cujo período mais intenso, das duas primeiras parcelas, ocorreu nas três últimas décadas do século XX e primeira do século XXI. Já a linha correspondente a população rural deixa de crescer e se estabiliza entre 2011 e 2030 e, a partir dessa data, passa a apresentar tendência de declínio pelas projeções atuais.

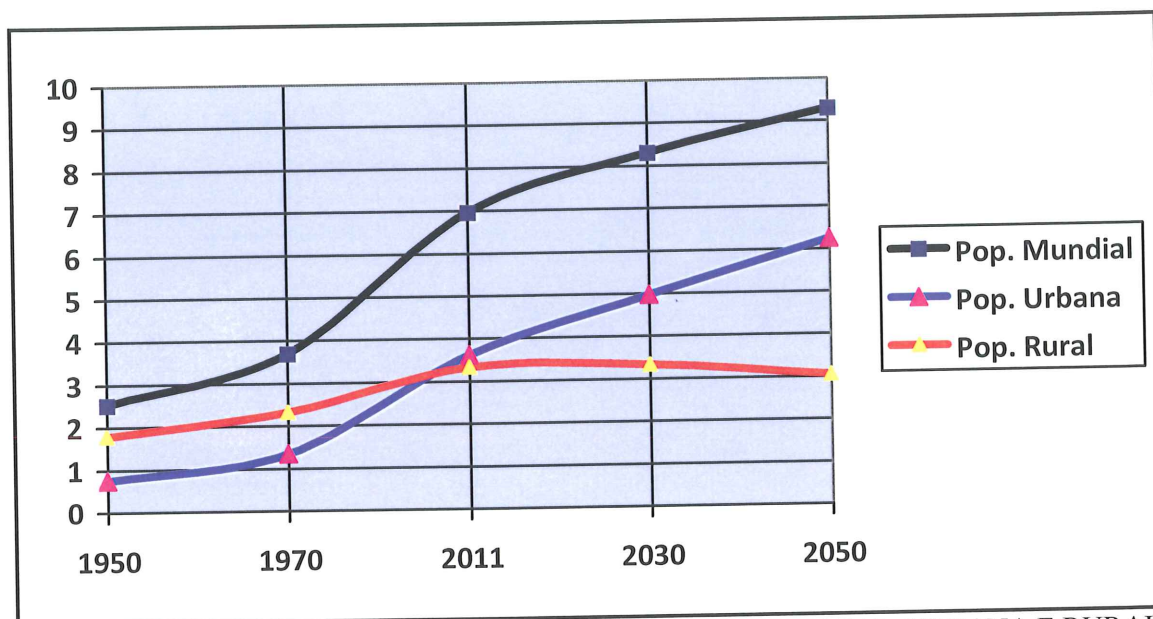


GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL TOTAL, URBANA E RURAL (EM BILHÕES DE HABITANTES)

Fonte de dados: ONU, 2010 (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias).

Embora a população mundial possa ultrapassar 9 bilhões de habitantes em 2050, as projeções de várias instituições (ONU, Banco Mundial, FMI) é que ela atinja seu máximo antes do final do século e comece a declinar a partir de então. Contudo, esse crescimento nos próximos 50 anos se deverá ao elevado índice dos países subdesenvolvidos, pois os desenvolvidos já apresentam um índice muito baixo e, por vezes, até negativo.

As paisagens rurais, do modo tradicional e pré-industrial, como a conceberam no senso comum, passarão por grandes transformações em escala planetária, podendo-se prever que a “urbanização do campo” será cada vez mais intensa no futuro. Segundo projeções de urbanização da ONU (2010), a área de solo urbano no mundo será de 1.200.000 km² em 2030, área equivalente ao território do Peru, sendo quase o triplo do registrado em 2000. Essa ampliação das áreas urbanas vai exercer grande influência nas áreas rurais adjacentes e até mesmo nas mais distantes. Como se observa no gráfico 1 e na tabela 1 a tendência é de queda no percentual da população rural para as próximas décadas em todo o mundo. Dentro desta perspectiva, discute-se o surgimento do “novo rural” que já estaria em pleno desenvolvimento, inclusive no Brasil, país que sofreu um dos maiores processos de êxodo rural e modernização do campo:

Um conjunto de atividade diferentes das tradicionais passou a ser desenvolvido no campo. Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizadas pela busca por espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Essas atividades, emergentes em vários pontos do globo, entusiasmaram grupos de estudiosos brasileiros que passaram a falar de um novo rural no Brasil. Mas será que o novo rural é realmente rural? A resposta a essa pergunta depende da acepção de rural e urbano que se adota. (ENDLICH³⁴, 2006:12)

Segundo MARQUES³⁵ (2002:5) para se definir oficialmente as áreas urbanas no Brasil se adota o critério político-administrativo, sendo que toda sede de município e de distrito são assim considerados. A autora ressalta que o IBGE atribui como área urbanizada toda área de vila (distrito) ou cidade (sede de município) que é “legalmente definida” como urbana, sendo esta ocupada por construções, arruamentos e grande concentração de população. O espaço rural seria tudo o que não entra nesta classificação de espaço urbano. Trata-se de uma definição muito incompleta que não leva em consideração as funções urbanas e o próprio modo de vida urbano, atualmente, cada vez mais presente no mundo rural. Por essas definições pequenas sedes municipais, por vezes com menos de 2000 habitantes e distritos com algumas centenas de habitantes seriam consideradas efetivamente urbanas, sendo que poucas funções urbanas nelas são desenvolvidas, quase inexistindo um setor secundário e terciário, principalmente área de serviços.

Algumas características deveriam ser levadas em conta segundo VEIGA (citado por MARQUES, 2002: 6) quando se quer diferenciar o urbano do rural. Uma das mais importantes seria a **densidade populacional**, pois não há dúvida que ela é mais alta na área urbana, sendo um fator ainda mais pronunciado diante do progressivo esvaziamento populacional do campo. Mas, qual seria o nível dessa densidade? O autor propõe uma classificação quantitativa que reuniria também o tamanho do aglomerado urbano: os núcleos urbanos de menor porte seriam aqueles com menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km². Sendo assim, o autor conclui que 90% do território, 80% dos municípios e 30% da população brasileira é “essencialmente rural”. Haveria outra categoria superior a 10% da população que estaria entre o rural e o urbano, a qual o autor denomina “rurbana”. O autor ainda defende que o espaço urbano é mais artificializado, ao passo que o espaço rural os ecossistemas são menos artificializados. Todavia, fica difícil considerar um espaço rural

³⁴ ENDLICH, Ângela Maria. “Perspectivas Sobre o Rural e o Urbano” IN SPOSITO, Maria E. B. *Cidade e Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

³⁵ MARQUES, Maria Inez M. “O Conceito de Espaço Rural em Questão”, *Revista Terra Livre*, Ano 18, n. 19, São Paulo, 2002.

moderno, de agricultura intensiva, como o da soja ou da cana-de-açúcar, menos artificializado do que as cidades. E, ainda mais difícil, é conceber que algum ecossistema natural possa sobreviver num espaço tão alterado em suas condições, como acontece nessas culturas agrícolas.

Outro fator que MARQUES³⁶ salienta é que o desenvolvimento da economia das áreas rurais é dependente das cidades, principalmente daquelas de sua região. Tal situação teria levado a OCDE a considerar como área de base rural toda unidade administrativa ou estatística com densidade menor que 150 hab./km² em sua média. Por este critério foram definidas as seguintes categorias de áreas rurais: a) essencialmente rurais; onde mais de 50% da população habita em unidades de base rural. b) relativamente rurais; nas quais 15 a 50% da população habitam unidades de base rural. c) essencialmente urbanizadas; seriam aquelas onde menos de 15% da população habita unidades de base rural. O critério da OCDE parece dar também um excessivo peso para a questão da densidade populacional, talvez apropriado para os países desenvolvidos ocidentais, mas inadequado para áreas rurais ainda densamente povoadas no interior da Índia, China e Indochina, por exemplo.

O urbano e o rural podem se distinguir por duas grandes abordagens segundo MARQUES³⁷: **Dicotômica** – se refere ao campo separado da cidade “...é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade.” E a de **Continuum** – quando o processo de urbanização impõe fortes transformações na sociedade em geral, inclusive no espaço rural, tornando-o muito próximo da natureza urbana.

Na primeira fase do processo de urbanização mundial que compreende a Primeira Revolução Industrial até meados do século XX, parece que a abordagem dicotômica foi mais utilizada nos meios acadêmicos, como fica evidente nas obras de Sorokin³⁸ e Zimmerman (REIS³⁹, 2006). Mas, esses autores, em trabalhos pioneiros da década de 1930 são também os primeiros a introduzirem a abordagem do “continuum”, embora esse princípio demorasse um

³⁶ Ibid, p. 7.

³⁷ Ibid, p. 10.

³⁸ Pitirim Alexandrovich Sorokin (1889-1968) foi um sociólogo russo que emigrou para os EUA em 1923 e desenvolveu estudos em Harvard sobre as características do espaço rural e urbano e suas transformações na sociedade capitalista.

³⁹ REIS, Douglas S. “O Rural e o Urbano no Brasil”, XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

tempo para de firmar nos estudos que se dedicavam a interface rural/urbana. A abordagem dicotômica nos estudos do rural e do urbano já vinha sendo sedimentada desde os trabalhos de Marx, Engels e Weber no século XIX, quando consideravam que as relações sociais no campo estavam cristalizadas, com as velhas relações de capital (terra) e trabalho reproduzindo a antiga ordem do capitalismo mercantil e até mesmo do feudalismo.

Com a Revolução Industrial, as cidades foram o foco dos investimentos e empreendimentos, provocando profunda transformação na estrutura social, no sentido em que a classe proletária urbana possuía uma consciência de classe mais forte do que o campesinato rural. Deste modo, o meio urbano foi considerado como mais dinâmico e moderno em relação ao campo antiquado e atrasado, tanto nos fatores econômicos quanto nos de organização social. Havia então uma dicotomia entre campo e cidade, ambos com características bem definidas e divergentes.

Segundo REIS⁴⁰, Sorokin e Zimmerman, definiram claramente as características do rural e do urbano através, principalmente, das condições econômicas. O meio rural estaria ligado à agropecuária e tudo que dela emana ou requer, sendo que as atividades não agrícolas são apenas acessórias, não representando uma base econômica de sustento dos habitantes do campo. Essa visão estaria hoje ultrapassada nas sociedades modernas em vista das novas tecnologias introduzidas no meio rural, das atividades agro-industriais e da própria interação campo-cidade. Já o meio urbano seria caracterizado, por essa definição original, como avançado, tecnológico e diversificado em suas atividades econômicas.

Para Blume (citado por REIS, 2006:4), Sorokin e Zimmerman identificaram as características mais acentuadas entre o meio rural e urbano que incluem principalmente condições econômicas, mas também demográficas e naturais: A) Diferenças ocupacionais – no campo os habitantes se dedicam a um só tipo de atividade no trabalho agropastoril. B) Ambientais – as atividades do campo sofrem influência das condições naturais, principalmente climáticas. C) Porte – correlação negativa entre o tamanho da comunidade e pessoal ocupado na agricultura. D) Densidade populacional – sempre maior no urbano do que no rural. E) Similaridade da população – o rural tende a ser mais homogêneo por se dedicar ao trabalho agrícola e o urbano mais heterogêneo pela complexa divisão de trabalho nas cidades. Com essas características tão bem definidas, era difícil conceber uma interação da paisagem

⁴⁰ Ibid. p. 4

campo/cidade, a visão dicotômica vai se firmando ao longo da primeira metade do século XX nos estudos geográficos e sociológicos.

As características estáticas e congeladas que definiam o rural e o urbano começam perder sua nitidez com o desenrolar do século XX, quando atividades não-agrícolas passam a ocupar espaço da paisagem rural. A indústria, por exemplo, e não apenas a agroindústria, passa por um processo de desconcentração espacial, saindo das grandes cidades e metrópoles para se estabelecer em cidades médias e pequenas ou em áreas não efetivamente urbanizadas como às margens das rodovias. Essa *urbanização extensiva*⁴¹ avança em direção aos espaços rurais urbanizando-os em grande medida em um verdadeiro transbordamento do urbano em áreas rurais. Porém, torna-se interessante salientar que a passagem do estado dicotômico para o continuum não ocorre uniformemente no mundo. Em muitas áreas do globo, o estado dicotômico ainda é o presente e predominante.

O Quadro 2 apresenta um quadro ilustrativo da urbanização brasileira, onde o destaque fica por conta da elevada taxa de urbanização do sudeste e centro-oeste. No caso deste último é de se estranhar que na região com maior extensão de terras agrícolas do país é a segunda mais urbanizada. Os tipos de culturas agrícolas predominantes do centro-oeste, a soja e a cana-de-açúcar, são extremamente mecanizados e utilizam pouca mão-de-obra.

QUADRO 2
POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO BRASIL – CENSO 2010

REGIÕES	POPULAÇÃO	
	RURAL (%)	URBANA (%)
BRASIL	29.830.007 (18,53)	160.925.792 (81,47)
NORTE	4.199.945 (36,00)	11.664.509 (64,00)
NORDESTE	14.260.704 (36,73)	38.821.246 (63,27)
CENTRO-OESTE	1.575.131 (12,61)	12.482.963 (87,39)
SUDESTE	5.668.232 (7,58)	74.696.178 (92,42)
SUL	4.125.995 (17,73)	23.260.896 (82,27)

Fonte: IBGE, 2010. (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

⁴¹ Expressão utilizada pelo urbanista Roberto Luís de Melo Monte-Mór quando se refere à expansão das atividades urbanas para além daquela área que Henry Lefebvre chamou de *zona urbana*.

Não é para menos que o centro-oeste brasileiro foi ocupado pelas culturas do agronegócio, principalmente pela soja. As enormes extensões de terras férteis, antes ocupadas pelo ecossistema do cerrado, foram anexadas na expansão da fronteira agrícola que, agora, chega ao limite sul da Amazônia, representando uma grande ameaça à sobrevivência da maior floresta tropical do planeta.

Para ENDLICH⁴², a falta de critérios mais rígidos e oficiais na definição do que é cidade no Brasil, suscita discussões sobre a natureza e os limites do rural e do urbano. Segundo a autora esses limites e características são mais importantes quando se estuda as pequenas cidades. Nos pequenos aglomerados urbanos, cercados pelo espaço tipicamente rural, quais seriam os limites de um do outro? Seriam suas características econômicas, de modo de produção, especificamente urbano ou rural? Ou seria território administrativo, relativo ao poder governamental? Ou será pela densidade demográfica, quase sempre menor no campo?

O debate sobre o rural e o urbano é relevante para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nessas localidades. Dessa forma, são comuns indagações da seguinte natureza: Serão as pequenas cidades realmente cidades? São urbanas? Ou são pólos rurais? São cidades imaginárias (VEIGA, 2002)? Pseudocidades (SANTOS, 1979, P.70)? (ENDLICH, 2006, p.13)

Mudando-se de escala, quando se fala de cidades médias, capitais regionais, polarizadoras de sua região e adjacências, também se encontra dificuldades para se definir claramente o rural e o urbano. Essas cidades, por vezes estão localizadas em eixos de desenvolvimento econômico, servidas por estradas importantes e uma rede vias expressas que viabilizam um transporte rápido. A acessibilidade ao transporte moderno e rápido é uma das causas do esvaziamento populacional das áreas rurais próximas aos grandes eixos econômicos que adentram o interior. De certo que a densidade populacional da zona rural do interior paulista é das menores do país por esse motivo e também pela extrema modernização das atividades agro-pastoris que dispensa mão-de-obra. Mas, também em áreas afastadas como no Mato Grosso, a cultura da soja é quase toda mecanizada e se observa um vazio demográfico na área rural. Então, o quesito densidade demográfica, embora tradicional e característico, não pode ser o único para se definir áreas rurais ou urbanas. É importante sempre fazer a ressalva de que nossa análise sempre está enviesada na conjuntura ocidental, mas como foi assinalado anteriormente, no hemisfério oriental, os padrões e grandezas são muito particulares, com

⁴² Op. Cit., p. 12.

amplas áreas rurais com agricultura tradicional e ainda apresentando elevada densidade demográfica.

Nas áreas metropolitanas contando com milhões de habitantes ainda podem existir bairros na periferia, que guardam muito do modo de vida no campo. As casas que possuem quintal, cujo pequeno espaço é aproveitado para criação de animais de abate, porcos e galinhas, testemunham indícios de resistência da vida campestre em plena área metropolitana.

Entrementes, outra característica típica, além da densidade populacional, que define o rural do urbano são as atividades produtivas desenvolvidas. Essas atividades são intrinsecamente ligadas ao campo porque só podem ser desenvolvidas no solo fértil com grande extensão. Mas, o trabalho tradicional do trabalhador rural está longe das modernas fazendas de produção intensiva.

Lefebvre entende a comunidade rural como homens débeis ante a natureza. Esses homens, cuja disposição técnica é precária, são obrigados a dispor de muito tempo na produção de sua sobrevivência. Eles constituem-se em grupos sociais coesos para realizar o árduo trabalho agrícola. Esse trabalho agrícola a que se refere Lefebvre não tem nada a ver com a operação de tratores agrícolas com cabines de ar condicionado dos tempos atuais. (ENDLICH, 2006: 23)

Fica claro que Lefebvre estava se referindo à agricultura familiar, ainda presente mesmo nas sociedades modernizadas e, na maioria das vezes, a responsável pela produção da maior parte dos alimentos básicos em países tão dispares como o Brasil e a França. Uma potência agrícola como a França não pode dispensar o trabalho manual em sua tradicional cultura vinícola, cuja exportação representou nada menos que 11 bilhões de euros em 2012 (Vinexpo⁴³, 2013). A maior parte da mão-de-obra utilizada na colheita das vinhas de propriedade familiar é de imigrantes, temporários e permanentes. No Brasil, a agricultura familiar tradicional também sobrevive à modernização do campo, e várias culturas importantes ainda dependem do trabalho manual, como os hortifrutigranjeiros, o café, a laranja, só para citar alguns.

O trabalho agrícola tradicional está longe de desaparecer em muitas culturas nas quais as máquinas não substituem a destreza das mãos humanas. Citando Antônio Cândido⁴⁴,

⁴³ Vinexpo – Le Salon International du vine, 16-20 juin, Bordeaux, 2013.

⁴⁴ Antônio Cândido é sociólogo e professor emérito da USP, autor de várias obras que descrevem a cultura e o povo brasileiro, como: “Os Parceiros do Rio Bonito”, publicada em 1964.

ENDLICH⁴⁵ reporta ao tradicional homem do campo da região sudeste do Brasil, o **caipira**, que não se encaixa no exemplo de agricultura familiar, mas sim de uma agricultura de subsistência e anticapitalista, carente de recursos e com uma organização e técnica precária. Como resultado, o campo brasileiro, durante séculos foi sinônimo de trabalho escravo ou um trabalho de subsistência que reproduzia uma condição miserável de sobrevivência. Sobre este ambiente reinava um Estado autoritário e distante da realidade do campo no país.

De certo modo o novo e velho no campo é uma divisão atemporal, sempre houve aquilo que se considerava novo no meio rural, desde os tempos coloniais. A agro exportação colonial da cana-de-açúcar e do café era, em sua época, o que havia de mais moderno e avançado. Em contrapartida os cultivos e pecuária de subsistência, praticados pelos sertanejos nordestinos e pelos caipiras do sudeste eram encarados como algo arcaico e inútil numa conjuntura de capitalismo mercantilista. Desse modo, os “brasis” dos sertanejos e caipiras, segundo Darcy Ribeiro, funcionavam como refúgio a população do campo, quando nenhum ciclo econômico impulsionava a economia da região.

Confinado nas terras mais sáfaras, enterrado na sua pobreza, o caipira vê, impassível, chegarem e se instalarem, como colonos das fazendas, multidões de italianos, de espanhóis, alemães ou poloneses para substituírem o negro no eito, aceitando uma condição que ele rejeitara. (...) O caipira, despreparado para o trabalho dirigido, culturalmente predisposto contra ele, desenganado, desde há muito, de tornar-se proprietário, resiste no seu reduto de parceiro, que é para ele a condição mais próxima do ideal inatingível de granjeiro em terra própria. (RIBEIRO⁴⁶, 2000:390)

O conceito de novo rural deve ser analisado criticamente quando, por trás dele, se concebe um princípio de que toda modernidade é benéfica, produtiva e justa socialmente. Quando ele é associado ao agronegócio que de novo só tem o nome, pois padece dos mesmos males da economia agroexportadora que, durante séculos, dinamizou o latifúndio monocultor e a expropriação dos pequenos agricultores.

Quando se considera o conceito geográfico de espaço temos que pensar de como ele é produzido no rural e no urbano, guardando suas peculiaridades e a natureza de seu modo de produção.

Ao falarmos de espaço, seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar que este apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e

⁴⁵ ENDLICH, Ângela, M. (Op. Cit. p. 25)

⁴⁶ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

daí ainda que se possa falar de mudanças, diversificação e modernização (de múltiplas ordens, na introdução de inovações tecnológicas, nas formas e relações de produção, nas relações de trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas etc.), em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. Portanto, o que temos são novos elementos que resultam de transformações históricas no processo de produção do espaço. (BERNARDELLI⁴⁷, 2006:46-47)

O modo de produção da cidade capitalista é mais complexo do que no campo, as relações de trabalho e as classes sociais são mais diversificadas. O ritmo de acumulação de capitais é sempre mais acelerado na cidade, impulsionado pelas atividades do setor secundário e terciário, mais dinâmicas do que as atividades agrícolas.

Ao diferenciar a natureza do campo e da cidade Lefebvre não utiliza informações meramente quantitativas, a essência da cidade e do campo deve ser considerada em seu horizonte sociológico e filosófico. Nem sempre a cidade moderna é classificada como avançada e sinônimo de bem estar e acesso aos serviços e consumo.

Las grandes ciudades modernas tienen mala prensa. Rara vez son mencionadas sin un epíteto peyorativo o infamante: ciudades monstruosas, tentaculares, ciudades-moloc, etc. Em este punto, muchos sociólogos y urbanistas coinciden con técnicos de la circulación, o con quienes estudian la polución en las ciudades. Nosotros nos limitaremos a designar-las. más prudentemente, con el nombre de «ciudades históricas», o bien con el de “ciudades espontáneas”. dejando de momento el sentido de estas apelaciones y las relaciones implicadas..no olvidar que estas grandes ciudades tienen una nuiante individualidad colectiva, una originalidade histórica (¡Paris!). Guardan, para los individuos y grupos parciales, el máximo de informaciones de posibilidades (prácticas o “espirituales” y culturales), de imprevisto y sorpresas. ¡No permitiremos. al funcionalismo de las ciudades neua vas eludir la confrontación con la amplitud y la vida pujantes de las ciudades espontáneas! (LEFEBVRE⁴⁸, 1975:101)

Já na década de 1970, Lefebvre já apontava para a perda da qualidade de vida das grandes cidades do mundo. No entanto, ressaltava que as cidades históricas ainda reservavam aos seus habitantes, oportunidades para desenvolverem práticas benéficas à formação cultural.

⁴⁷ BERNARDELLI, Maria Lúcia F. da H. “Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural” IN: SPOSITO, Maria E B. **Cidade e Campo, relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁴⁸ LEFEBVRE, Henry. **Do lo Rural a lo Urbano**. (3ª ed.) Barcelona: Ediciones Península, 1975.

Desse modo, não se deve procurar em Lefebvre uma descrição precisa e cartesiana do que é o espaço urbano e o espaço rural. Segundo SOBARZO, a visão de Lefebvre para a sociedade urbana aparece com a industrialização, sendo este o principal motor de sua expansão. Com a expansão da cidade, ocorre um grande aumento na extensão do tecido urbano, invadindo o espaço agrário que se torna subordinado a ela.

Para Lefebvre, a diferença entre cidade e campo (que alguns equivocadamente igualam aos termos urbano e rural) tem experimentado alterações no tempo. Num primeiro momento, observa-se uma clara diferenciação em função da divisão do trabalho. Na era industrial, verifica-se a “absorção” do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a “explosão” da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria). A construção do “urbano” supõe a superação dessa divisão, a sociedade urbana se estende planetariamente, mas sem supor o desaparecimento das atividades agrícolas; cidade e campo permanecem, as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos. (SOBARZO⁴⁹, 2006:61)

No capitalismo tardio com domínio do setor financeiro que, ora atravessamos, as regiões e os países se urbanizam sem que passem pelo estágio industrializante de que propunha Lefebvre. Segundo relatório da ONU 2012, os países subdesenvolvidos, muitos deles que sequer desenvolveram uma economia industrial, vêm apresentando um acelerado processo de urbanização. A América Latina já apresenta 80% de população urbana. A África, ainda predominante rural, marcha rapidamente rumo à urbanização, sendo que 18 países já apresentam maioria urbana. Mas, será que a figura 5 retrata na verdade uma área urbanizada?

Muitas cidades e metrópoles do mundo não podem ser consideradas plenamente e convencionalmente urbanas. Uma favela ou cortiço, com total precariedade na moradia e na infra-estrutura dita urbana, é um bairro urbano? Por esse viés, as estatísticas estariam totalmente equivocadas quando quantificam o que é urbano e o que é rural. Mas, se as áreas ocupadas por habitações subnormais quase desprovidas de infra-estrutura, bens e serviços públicos não são urbanas também não seriam rurais! Em qual categoria essas áreas estariam incluídas?

⁴⁹SOBARZO, Oscar. “O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre” IN: SPOSITO, Maria E. B. (org.) **Cidade e Campo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

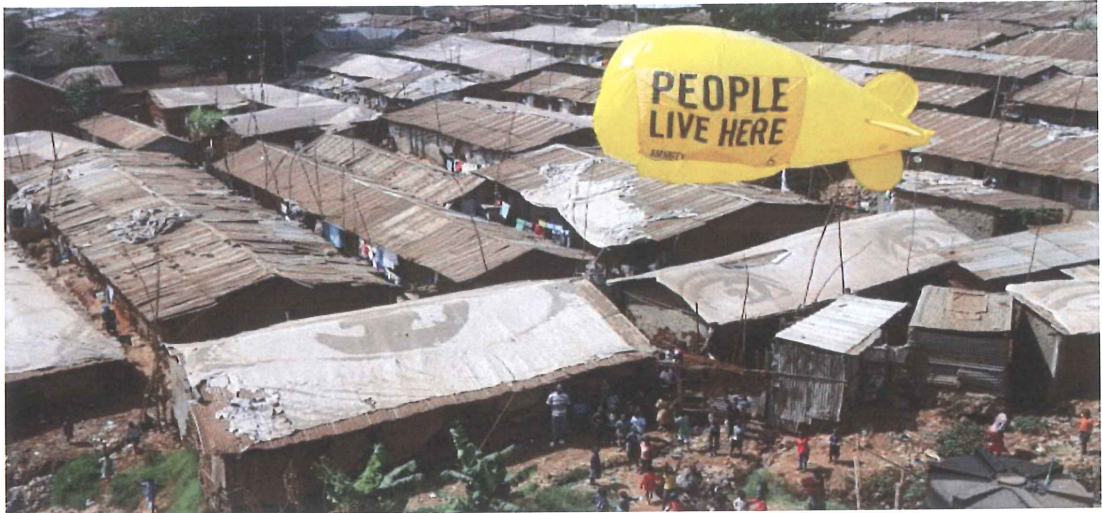


FIGURA 4 - FAVELA DE KIBERA EM NAIROBE NO QUÊNIA, CONSIDERADA A MAIOR DO MUNDO COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES.
 Fonte: UOL Notícias, 2012.

De acordo com o Gráfico 2, um percentual surpreendentemente elevado de favelados compõe a população de muitos países do mundo. O gráfico apresenta apenas 10 exemplos e se observa que países populosos como o Brasil e super populosos como a Índia atingem cifras de 28,9% e 34,8% de sua população urbana, respectivamente. Uma significativa parte da população urbana desses países, cerca de 121 milhões na Índia e 46 milhões no Brasil, vive em favelas, segundo a classificação da fonte citada.

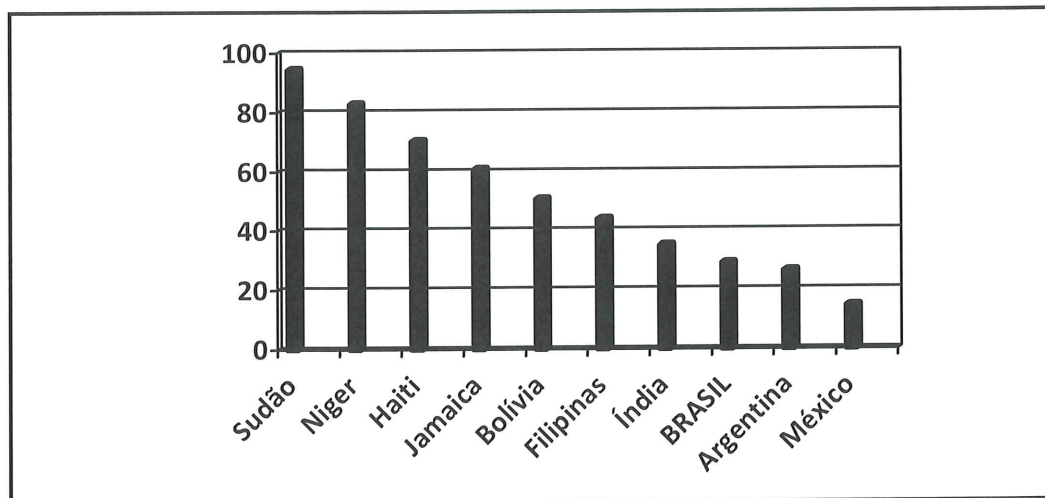


GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA VIVENDO EM FAVELAS EM ALGUNS PAÍSES
 Fonte: UN-HABITAT, 2005 – Elaboração: Elizandra Ferreira Dias.

Segundo o IBGE, o Brasil possui 16.433 favelas e ocupações irregulares com alto risco aos seus moradores. O próprio termo “favela” carrega tal carga de pré-conceito quanto aos seus moradores, que tem sido abolido da nomenclatura oficial e substituído por “comunidade”. Infelizmente, ao mesmo tempo em que novo nome alivia estigma dos

moradores, diminui a pressão sobre o poder público para uma melhoria efetiva na precária condição de moradias dessas áreas.

No caso da Zona da Mata e, especificamente, nas cidades do entorno da área estudada no estudo de caso, verifica-se que é grande a parcela da população que vive em comunidades carentes ou “áreas de especial interesse social” (AEIS) como prefere definir o poder público municipal de muitas cidades. O critério de definir as AEIS tem sido adotado oficialmente por muitos municípios brasileiros, principalmente naqueles com cidades acima de 100 mil habitantes, sendo que muitos deles já prevêm em seus Planos Diretores a urbanização dessas áreas. A urbanização da área em questão merece melhor análise no próximo capítulo.

2.2 A URBANIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: COM DESTAQUE PARA A MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA

O Estado de Minas Gerais, segundo dados do IBGE, apresenta uma proporção de população rural e urbana muito próxima do Brasil em geral para o censo 2010, com a área rural representando 14,7% (Brasil = 15,6%) e a urbana 85,3% (Brasil = 84,4%). É um dos Estados mais urbanizados do Brasil, ocupando a 7ª colocação, empatado com o Paraná. Somente os Estados do Rio de Janeiro (96,7%), o Distrito Federal (96,6%), de São Paulo (95,9%), de Goiás (90,3%), do Amapá (89,8%) e do Mato Grosso do Sul (85,6%) são mais urbanizados do que Minas Gerais. É de se surpreender que um Estado com mais de 800 municípios, maioria deles de pequeno porte, seja classificado com tão elevada taxa de urbanização. Seriam os pequenos municípios com menos de 5 mil habitantes realmente urbanos como já se discutiu em capítulo anterior?

Também surpreende a posição de Goiás e Mato Grosso do Sul, ambos considerados como de economia agro pastoril e com tão alta taxa de urbanização. Não podemos esquecer que esses dois últimos são os Estados do Agronegócio da soja, da cana-de-açúcar, do algodão, etc. Enfim, são os Estados do latifúndio monocultor, agora convertidos em grandes empresas agrícolas com forte influência no poder federal com sua bancada ruralista.

Na Figura 5 é mostrada a Mesorregião da Zona da Mata Mineira e suas 7 microrregiões e 143 municípios com uma população estimada em 2.145.945 habitantes segundo censo 2010. A microrregião de Juiz de Fora é a mais populosa, com 715.134 habitantes, cerca de 1/3 do total da mesorregião.

Ao consultarmos uma série histórica, veremos que o Estado de Minas Gerais inverteu sua condição de rural para urbana entre as décadas de 60 e 70, respectivamente de 39,8% para 53,0% de população urbana. Também neste caso coincidindo com a inversão do Brasil, que ocorreu no mesmo período. Em 1960, apenas o Estado do Rio de Janeiro, de São Paulo, o Território do Amapá e o Distrito Federal tinham maioria de população urbana.



FIGURA 5 - MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA E SUAS MICRORREGIÕES
Fonte: Minas-Gerais.net, 2013.

Para a Zona da Mata Mineira os dados do IBGE, trabalhados pela Fundação João Pinheiro⁵⁰, mostram que em 2000, a região apresentava um grau de urbanização de 76,7%, ou seja, um grau mediano se comparado às demais 10 regiões de planejamento do Estado, ocupando a 6ª posição.

QUADRO 3

ÁREA, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E GRAU DE URBANIZAÇÃO DE ALGUMAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 1980-2000.

Região de Planejamento	Municípios Componentes	Área Km2	Densidade demográfica (hab./km2)		Grau de Urbanização (%)	
			1980	2000	1980	2000
Central	158	80.203,1	52,0	78,3	84,3	92,4
MATA	142	35.723,3	45,9	56,9	60,8	76,7
Sul de Minas	155	53.012,7	33,4	45,0	63,1	77,8
Triângulo	35	53.754,4	16,7	23,8	80,8	91,5
Jequitinhonha / Mucuri	66	62.920,8	14,7	15,5	42,2	58,5

Fonte: Adaptado do Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, 2003.
(Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

⁵⁰ A Fundação João Pinheiro é uma entidade do governo do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de elaborar e pesquisar estatísticas e informações sobre o Estado para fins de planejamento e administração.

O Quadro 3 apresenta 5 das 10 regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais. Alguns dados merecem destaque, a região do Triângulo Mineiro tem uma economia ligada principalmente às atividades agro-pastoris, atividades rurais por excelência, mas sua taxa de urbanização é a segunda maior do Estado. Em contraste temos a região do Jequitinhonha / Mucuri que, também economia predominante do setor primário, mas nesse caso a taxa de urbanização parece mais coerente, a região ainda tinha maioria rural em 1980 e permanece como a menos urbanizada em 2000. Nesses dois casos há que se diferenciar o tipo de agricultura e pecuária que se pratica no Triângulo e no Vale do Jequitinhonha.

No Triângulo, assim como o centro-oeste brasileiro, se pratica uma agricultura e pecuária com elevado índice de mecanização em grandes propriedades e empresas rurais que praticam o agronegócio. Portanto, sem necessidade de grande fluxo de mão de obra. Para ARACRI e al. o Triângulo Mineiro, Alto Parnaíba e Noroeste de Minas foram incluídos, a partir dos anos 70, no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, que teve no cultivo da soja sua maior expressão tornando este produto a principal *commodity* da exportação do país. Os autores destacam que essas mesorregiões do oeste de Minas se tornaram grandes produtoras de soja, sendo que apenas a região do Triângulo responde por 59% da produção do Estado em 2009.

O cultivo de gêneros para a agricultura se desenvolveu de forma mais intensiva nas regiões sul e sudeste do país inicialmente. Mas a partir da década de 1970, com o “esgotamento” dessas terras para a agropecuária, além da necessidade de maiores áreas para aumentar a produtividade, novas regiões passaram a atrair a atenção do governo e do capital agroindustrial. É nesse contexto que a região dos Cerrados ganha destaque. (ARACRI et al., 2011:2)⁵¹

A situação agrária é exatamente o contrário do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, aonde predominam uma agricultura e pecuária com baixo índice de tecnologia empregada e mesmo contando com a existência significativa de subsistência.

A Zona da Mata, por sua vez, parece reunir características de quase todas as regiões mineiras. Seus pequenos municípios, principalmente da parte norte (microrregiões de Manhuaçu e Ponte Nova) se aproximam das características do Jequitinhonha, com atividades rurais tradicionais e de subsistência. Já os municípios maiores ao sul, centros de suas microrregiões, têm elevado índice de urbanização e pouca atividade rural. De modo geral, na

⁵¹ ARACRI, Luis Ângelo dos S., AMARAL, Gabriela M de O. e LOURENÇO, Taiana C. M. “A Expansão do Cultivo da Soja e as Transformações do Espaço Agrário no Cerrado Mineiro”, **Revista de Geografia**, PPGEU-UFJF, v.2, n.1, 2011.

Zona da Mata, não se pratica o chamado agronegócio, pois este ramo de atividades rurais está mais interessado nos solos mais férteis do oeste do Estado e com relevo menos acidentado, propício a utilização de grandes máquinas agrícolas.

Em termos demográficos a Zona da Mata apresenta algumas peculiaridades, a maioria absoluta de seus municípios tem uma população pequena. Segundo CASTRO⁵², de seus 142 municípios, apenas 9 possuíam uma população superior a 45.000 habitantes em 2000: Cataguazes, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont, Ubá e Viçosa. Esses 9 municípios totalizavam, pelo Censo 2000, quase metade da população da região, com 48,6% do total, sendo que em 1950 representavam 31,16% do total. Da outra parte, 54 municípios, 38% do total, apresentavam em 2000, menos de 5.000 habitantes. Para o autor, isso significa uma forte mobilidade interna com grande deslocamento demográfico dos pequenos municípios, que vêm perdendo habitantes, para os centros microrregionais. As pequenas cidades dependem mais do setor primário da economia, e este setor é decadente na Zona da Mata, em um processo histórico que vem desde o declínio do café na região até a introdução de uma pecuária extensiva de leite com baixa produtividade. Portanto esse grande número de pequenos municípios tem suas economias atrofiadas, já que não tem densidade para desenvolverem o setor terciário, principal empregador da população. Esse quadro resulta em um baixo crescimento demográfico, quando não negativo. CASTRO⁵³ apresenta os seguintes dados elucidativos para a taxa geométrica de crescimento anual de 1991 a 2000: 30% dos municípios apresentaram crescimento negativo; 52% com um crescimento médio anual baixo de 1,5%; e apenas 8% dos municípios tiveram crescimento acima de 2%. Como resultado geral, a Zona da Mata tem um crescimento demográfico inferior à média nacional que estava em 1,6% em 2000.

Como resultado dessa conjuntura, a Zona da Mata Mineira tem um padrão de urbanização que privilegia as cidades maiores, nas quais, os respectivos municípios têm uma população rural bem reduzida como demonstra o Quadro 4.

⁵² CASTRO, Luiz Fernando Soares de. “Dinâmica Demográfica da Zona da Mata Mineira e a Microrregião Geográfica de Juiz de Fora”, *Revista Virtú*, 3ª edição, primeiro semestre de 2006. p. 1-10.

⁵³ Ibid.

QUADRO 4
POPULAÇÃO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA, GRAU DE URBANIZAÇÃO E PROPORÇÃO
DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DE SUA MICRORREGIÃO
DOS MUNICÍPIOS SEDES DA ZONA DA MATA

Município Sede de Microrregião	População em 2010	Densidade Demográfica Hab./km ² 2010	Grau de Urbanização 2010 (%)	Proporção no total da população de sua Microrregião em 2000 (%)
Juiz de Fora	510.378	359,59	98,86	68,76
Ubá	101.519	249,16	96,18	35,19
Muriaé	100.765	119,72	92,52	35,21
Manhuaçu	79.574	126,65	81,48	26,80
Viçosa	72.220	241,20	93,19	30,11
Cataguazes	69.757	141,65	95,73	30,85
Ponte Nova	57.390	121,94	89,19	29,06

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

Outro fato revelador do Quadro 4, é que o município de Juiz de Fora concentra quase 69% da população de sua microrregião (2000), enquanto todos os outros municípios sedes oscilam em torno de 30%, um pouco mais ou um pouco menos. Quanto ao grau de urbanização, todos são elevados, acima de 80%, mas o município de Juiz de Fora se destaca dos demais, chegando a quase 99% de urbanização em sua área municipal.

com população rural acima de 40%, dentre os quais 4 com mais de 50% nessa categoria, como apresenta a Quadro 5 abaixo. São municípios com população muito reduzida, sendo que o maior deles não chega a 4 mil habitantes. Um fato interessante de se notar, conferindo a localização desses municípios no mapa da Figura 6, é que a maioria deles estão próximos, quando não até vizinhos do município sede Juiz de Fora, o que leva a inferir que sua condição rural não vem de seu isolamento geográfico da área econômica mais densa da microrregião.

QUADRO 5
PEQUENOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE JUIZ DE FORA
COM POPULAÇÃO RURAL ACIMA DE 40%

Município	População Total	Rural (%)
Belmiro Braga	3.403	67,70
Santana do Deserto	3.860	63,63
Bias Fortes	3.793	60,48
Olaria	1.976	53,59
Chiador	2.785	46,64
Pedro Teixeira	1.785	45,94
Oliveira Fortes	2.123	44,56
Sta. Bárbara do M. Verde	2.788	42,25
Piau	2.841	41,22
Simão Pereira	2.537	41,03

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010. (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

Como já foi abordado anteriormente, tanto a Zona da Mata Mineira quanto a microrregião de Juiz de Fora, são áreas que não podem ser incluídas como típicas do chamado “novo rural” brasileiro. Pelo contrário, a maior parte das áreas rurais da Zona da Mata sofre com a precariedade das condições de trabalho e de produção de gêneros agro pastoris. Inclusive, uma das características da “modernidade” no campo, além dos hábitos urbanos, seria a empresa agropastoril, que utiliza tecnologia de ponta nas atividades produtivas que, por sua vez, só seriam viáveis em grandes propriedades rurais, os chamados latifúndios.

Segundo SILVA e VIVEIROS⁵⁵, na microrregião de Juiz de Fora não existem latifúndios, e sua estrutura fundiária se caracteriza por propriedades entre 10 a 200 hectares. A

⁵⁵ SILVA, Hélio B. I. da. VIVEIROS, Ana Carla B. “Características do Espaço Rural nas Microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena”, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 20 a 26 de março de 2005.

agricultura da microrregião de Juiz de Fora como aconteceu em quase toda a Zona da Mata, sofreu com o declínio do café ao longo do século XX e sua substituição pela pecuária de gado leiteiro. Os autores ressaltam que nesta última atividade, a pecuária leiteira, há o emprego técnicas com um nível considerável de modernização, o que já não acontece com os outros tipos de pecuária, e as atividades agrícolas desenvolvidas na região. Ordenha mecânica, inseminações artificiais e forrageiras elaboradas são comuns na região. Por ser a maior fonte de renda, a pecuária leiteira recebe a maior parte dos investimentos. A pecuária leiteira ocupa mais da metade dos estabelecimentos rurais da microrregião, mas também crescem outras atividades como silvicultura de eucaliptos, horticultura, suinocultura, avicultura, produção de milho e feijão. Mesmo as atividades ligadas à pecuária leiteira, são direcionadas ao mercado local, sendo industrializada basicamente somente a produção do leite.

Em relação ao escoamento da produção, a produção de leite é vendida localmente, pelos próprios produtores, ou vendidas a indústrias de laticínios da região, para, após o processamento industrial, alcançar mercados mais distantes como o de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Há também produtores que optam por produzir laticínios por conta própria, em processos, na maioria dos casos, artesanais. Mas, esses também atingem apenas o mercado local. Já a produção das outras atividades agropecuárias, é utilizada para a subsistência, vendida localmente, ou serve como matéria prima para atividades artesanais, como a produção de doces. Pouco dessa produção é vendida para fora dos distritos, ou municípios das propriedades. (SILVA e VIVEIROS, 2005:8)

Contudo, a economia da microrregião de Juiz de Fora, gira em torno hoje, não do setor primário, mas sim do terciário. A cidade polo Juiz de Fora representa a maior concentração de comércio e serviços de toda a Zona da Mata. Há muito tempo, desde os tempos da “Manchester Mineira” do século XIX, Juiz de Fora apresenta uma tendência de concentrar sua economia nas atividades do setor terciário. Numa visão mais tradicional, o terciário era considerado como uma evolução do processo econômico, quando uma economia se tornava madura e desenvolvida, mais ele se expandia. Mas, essa característica ficou ultrapassada quando hoje se constata a hipertrofia do setor em países subdesenvolvidos, ocupando o espaço vago pela precariedade dos outros setores da economia.

PACHECO destaca o setor terciário e o processo de terceirização com peculiaridades distintas para países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

As estatísticas são incompletas sobre a evolução dos serviços, suas especificidades e natureza das mudanças ocorridas internamente ao setor. Porém, tem-se informação sobre os índices majoritários que os serviços apresentam sobre a indústria, envolvendo população ocupada e participação

no PIB. Só que este desenvolvimento não corresponde ao fenômeno tal como este ocorre nos países cêntricos; isto é, em casos como o brasileiro a concentração do trabalho no setor terciário não significa que estamos atingindo um estágio de evolução das forças produtivas e caminhando para a sociedade pós-industrial no sentido stricto do conceito. Afinal a participação dos serviços nas taxas de desenvolvimento da economia urbana indicam uma forte presença do setor chamado informal, voltado para os serviços ao consumidor, serviços pessoais, sem revelar, portanto, um avanço em direção à generalização dos serviços mais avançados. (PACHECO, 2003:3)⁵⁶

Uma constatação se faz quando se estuda a urbanização da Zona da Mata e microrregião de Juiz de Fora. Ela tem características singulares das demais regiões mineiras, pela própria antiguidade da ocupação da região, que só não precedeu a histórica região aurífera, e passou por uma periodização mais complexa. Pela precocidade de sua industrialização, por exemplo, o município de Juiz de Fora já tinha 43,4% de população urbana em 1920⁵⁷, um índice incomum para a época no Brasil. Com a decadência do café e depois de sua indústria, como também ocorreu em outras cidades importantes da região, os setores primários e secundários retraíram e nunca mais será o cargo chefe da economia regional. O êxodo rural acontece antes das demais regiões mineiras, sendo revigorado nos anos 70 e 80 do século passado, quando o próprio crescimento demográfico brasileiro era muito acentuado. Com uma economia empobrecida, essa população vinda do campo, das pequenas cidades e de outras regiões vão se acomodar nas periferias de Juiz de Fora e outras cidades médias da região, gerando problemas sociais que até hoje não foram resolvidos.

Para quem se desloca nas áreas urbanas da Zona da Mata Mineira, um aspecto que chama atenção na paisagem, e que a própria topografia acidentada revela, é grande presença de bairros carentes em áreas até consideradas de risco. Juiz de Fora é um exemplo típico desse panorama e, embora a propaganda oficial da prefeitura municipal divulgue que a cidade apresenta boa qualidade de vida, basta uma visita à periferia para se constatar que a realidade não condiz com imagem divulgada.

As habitações precárias chamadas atualmente de subnormais começaram a aparecer em Juiz de Fora e outras cidades da região, na forma de cortiços, após a abolição da escravatura com o deslocamento dos negros para as cidades a procura de um emprego, vindos das fazendas do café. Como só conseguiam ocupações temporárias e muito mal remuneradas, os ex-escravos só podiam viver em moradias baratas e deterioradas da cidade.

⁵⁶ PACHECO, Susana M. M. “Dinâmica da Terceirização e Reestruturação Urbana no Rio de Janeiro. In: **9 Encontro Internacional de Geógrafos**, Mérida, 2003.

⁵⁷ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1988, p. 103.

Quando se fez a reforma urbana em Juiz de Fora nos anos 20, inspirada na de Pereira Passos do Rio de Janeiro, com enfoque no sanitarismo, para desinfecção de áreas insalubres da cidade, muitos cortiços da parte baixa, próximos da estação ferroviária e da várzea do Paraibuna, foram eliminados e essa população se deslocou para localidades mais distantes do centro se juntando a retirantes das áreas rurais empobrecidas pelo declínio da cultura do café, dando origem a bairros de população carente como ao Dom Bosco, que hoje se localiza próximo do campus da Universidade.

Segundo ABREU⁵⁸, o termo favela sempre foi rejeitado em Juiz de Fora, bem antes de também ser substituído em grandes centros como o Rio de Janeiro. A administração municipal sempre procurou termos para substituir essa expressão carregada de pré-conceitos e estigma social. Para tanto essas áreas foram denominadas de “áreas de ocupação subnormal” no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 2004, e de “micro-áreas de exclusão social” no Atlas Social de 2006.

Observamos que o período de *desconstrução* das favelas e da conseqüente expulsão dos pobres urbanos dos seus lugares de moradia ocorreu em Juiz de Fora com mais frequência na administração do Prefeito Francisco Antônio de Mello Reis (1977-1982). As análises demonstraram que, para promover a renovação urbana, o Prefeito realizou uma verdadeira operação de guerra contra os pobres, expulsando-os de toda área que fosse passível de valorização. (ABREU, 2010:149)

Esse processo de expulsão da população carente de áreas urbanas que recebem investimentos e equipamentos urbanos que valorizam o solo urbano, conhecido como “gentrificação”, estudado por geógrafos como Neil Smith, nem sempre é admitido para o caso brasileiro e dos países em desenvolvimento, pois não obedeceria a seqüência original do conceito – valorização, desvalorização e revalorização. Todavia, essa “renovação urbana” ocorrida próxima ao portão sul da Universidade Federal prejudicou em muito o bairro do Dom Bosco como veremos a seguir. A Figura 7 apresenta um aspecto da paisagem do local, onde se avista o bairro na encosta ao fundo e dois dos mais valorizados equipamentos urbanos da cidade, o Shopping Center Independência e o Hospital Monte Sinai.

Os moradores do Bairro Dom Bosco, que tiveram seus antepassados já deslocados de seus lugares de origem pelas mazelas do campo e da cidade capitalista agora, novamente, se deparam com os ditames do capital, que organiza e direciona o desenvolvimento urbano segundo os interesses da classe burguesa e da classe média, sua conivente.

⁵⁸ ABREU, Christiane S. de. “Favelas em Juiz de Fora: A ocultação do fenômeno”, *Libertas*, Revista da Faculdade de Serviço Social, vol.4, n.2, 2010.



FIGURA 7 - CONTRASTE SOCIAL DA PAISAGEM URBANA. O BAIRRO DOM BOSCO DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NA ENCOSTA AO FUNDO E O AVANÇO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS AO LADO DO SHOPPING CENTER E DO HOSPITAL MONTE SINAI (Foto de Elizandra Ferreira Dias, Set/2013)

Em contrapartida, muitos equipamentos sociais urbanos foram retirados da localidade do entorno do bairro Dom Bosco como o fechamento da Escola Estadual Dom Orione, única com ensino médio das proximidades e que atendia basicamente o bairro. Com a construção do Shopping Independência, a única área de lazer do bairro, também foi desativada. Estava localizada na rotatória da Avenida Independência (atual Presidente Itamar Franco), bem em frente ao atual shopping, e dispunha de quadra e mini campo de futebol.

O processo de urbanização da região da Zona da Mata Mineira e microrregião de Juiz de Fora, não foram diferentes do ocorreu no Brasil em geral. As injustiças sociais seculares que existiam no meio rural, nos 400 anos de latifúndios e extrema exploração da mão de obra cativa e camponesa, foram transferidas para as cidades, gerando a segregação social com “bolsões de pobreza” espalhados por quase todas as cidades brasileiras.

2.3 O NEO-RURALISMO NO BRASIL – À PROCURA DA PAISAGEM RURAL

Muitos autores, principalmente aqueles com tendência marxista, analisam o fenômeno rural-urbano através, principalmente, quando não exclusivamente, pelo prisma do modo de produção capitalista, desprezando os fatores sociológicos e culturais envolvidos nesse processo. Não duvidamos que o fator econômico tivesse sido o principal motor das intensas mudanças ocorridas no campo e na cidade, principalmente após a Revolução Industrial. Entretanto, existe na modernidade outro movimento, cujo imperativo não é essencialmente econômico, mas sim impulsionado também por outras causas de ordem social e cultural. Todavia, o viés econômico também está embutido de alguma forma no novo ruralismo, quando fica evidente que o neo-ruralista precisa ter um poder aquisitivo para comprar uma pequena propriedade rural, recurso este indisponível para a classe de baixa renda, que mal consegue adquirir sua casa própria na cidade.

Esse fenômeno não pode ser confundido com o Novo Rural, aquele originário das próprias transformações endógenas do campo como foi o da modernização das atividades agrícolas e pastoris que ocasionaram um forte êxodo rural. Também não se traduz como “urbanização do campo”, este um fator característico também do novo rural.

Na verdade, esse fenômeno de busca do ambiente campestre, de um maior contato com a natureza pelos citadinos é relativamente antigo, pois a pressão e o estresse que a vida urbana causa em seus habitantes são comuns desde o surgimento da civilização. Evidente que isso tem se agravado ao longo do tempo e, no transcorrer dos últimos 100 anos as cidades, principalmente as grandes cidades, tem se tornado um ambiente extremamente insalubre aos seus habitantes. Então se procura um refúgio no campo, primeiro com visitas ocasionais, depois mais regulares até que, uma família decide ter uma residência no campo para passar o final de semana. Assim nasce o movimento conhecido como neo-ruralismo.

Um movimento populacional próximo ao neo-ruralismo foi aquele intensificado nos séculos XVIII e XIX na Europa, quando muitos citadinos procuravam as Estâncias Hidrominerais para utilizar as propriedades terapêuticas das águas para curar suas doenças ou mesmo pra recreação. Geralmente elas eram localizadas em pequenas cidades do interior, e esse fluxo de pessoas para cidades que ficaram famosas como Vichy na França e Bath na Inglaterra, deram também início ao turismo moderno. No Brasil, um país rico em águas subterrâneas, esse movimento começa no século XIX, quando o próprio imperador D. Pedro

II e a imperatriz Thereza Cristina, eram assíduos freqüentadores das fontes termais como a de Caxambu, por exemplo.

Já no início do século XX, essas cidades das águas atraíam inúmeros visitantes no Brasil, muito antes dos banhos de mar ficarem populares no país tropical. O circuito das águas se estabeleceu na Serra da Mantiqueira, entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais e na Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro. Cidades ficaram famosas por suas águas com propriedades terapêuticas como Serra Negra e Águas de Lindóia em São Paulo, Caxambu e São Lourenço em Minas Gerais, além de Petrópolis e Teresópolis no Rio de Janeiro. Outras localidades aparecem como estâncias das águas no interior do Brasil, como Araxá no oeste de Minas e Caldas Novas no sul de Goiás.

O geógrafo Pierre Deffontaines, em artigo na Revista Brasileira de Geografia, em 1939, chamava a atenção desses veranistas que se dirigiam às montanhas a procura de ar puro e águas medicinais. Destacando que as montanhas de Minas são apropriadas ao cultivo de frutas e hortaliças de clima temperado, o autor também salienta a atração que essas áreas exerciam sobre os homens da planície, que lá estabeleciam sua residência de verão na montanha.

Esta curiosa especialização da montanha na produção de frutas e legumes é estimulada por uma nova população, que invade de pouco tempo para cá as regiões altas, os veranistas, que vêm se abrigar do calor das planícies. As primeiras cidades de veraneio foram Petrópolis e Teresópolis, na Serra dos Órgãos, sobre a baía do Rio de Janeiro. Mas hoje as estações de veraneio se multiplicam associadas muitas vezes a fontes minerais. Graças a seu clima constantemente primaveril, elas atraem não só brasileiros, com também cada vez mais, estrangeiros: Poços de Caldas, Caxambu, Lambari, São Lourenço, Cambuquira... Fora das cidades, certos recantos de montanhas começam a ser invadidos por belíssimas vivendas: Itaipava, Campos do Jordão, Miguel Pereira... (DEFFONTAINES, 1939:286)⁵⁹

O chamado neo-ruralismo ou novo ruralismo constitui um fenômeno que procura resgatar os valores quase perdidos da vida no campo, mas não necessariamente ligados ao trabalho com atividades rurais. Um deles seria o maior contato com a natureza, já que a vida nas cidades cercou o ser humano de um mundo artificial, desprovido de vegetação e da sujeição aos fatores climáticos. Nesse bojo também se encontram, por vezes, mas nem sempre, as preocupações com as questões ecológicas. Outro valor procurado é a simplicidade

⁵⁹ DEFFONTAINES, Pierre. "Geografia Humana do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia*, n.1, ano I, janeiro/março de 1939, republicado no Número Especial, ano 50, tomo I, 1988.

material, de diminuir da dependência das comodidades da vida moderna, de uma série interminável de mercadorias que se impõem como o padrão do conforto urbano. Recuperar o ritmo do campo, onde a vida é menos agitada, onde há espaço para diálogo entre as pessoas, onde os moradores se apoderam novamente de seu tempo.

Para GIULIANI o fenômeno do novo ruralismo começou a se desenvolver na segunda metade do século XX, quando a opressão da vida nas cidades aumentou consideravelmente depois de dois séculos de vertiginoso crescimento urbano nos países que se industrializaram.

O que até o final da década de 60 parecia uma tendência inelutável, já na década seguinte revelou possibilidades de arresamento, produzindo o movimento em sentido contrário, o que os franceses passaram a chamar de "neo-ruralismo". É um conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicando fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual. Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI⁶⁰, 1990: 60)

Os "neo-ruralistas" procuram o campo não por uma necessidade econômica, de sobrevivência, mas por uma opção de vida. Nem sempre passam a morar no campo em tempo integral. No início, adquirem uma propriedade na zona rural para passar o final de semana, nas proximidades da cidade onde moram. Mais tarde, quando as obrigações trabalhistas que os prendem à cidade cessam, com a aposentadoria, podem fixar residência em definitivo nas áreas rurais. Outro diferencial do neo-rural com o camponês ou sitiante tradicional é que nem sempre eles estão interessados em desenvolver uma atividade rural, seja ela na agricultura ou na pecuária e, por vezes, sua propriedade é de tal modo reduzida, uma pequena chácara de menos de 1 ha, que essas atividades ficam inviabilizadas.

Portanto, os movimentos históricos que povoaram o campo brasileiro, como as migrações forçadas pelos ciclos econômicos ao longo de cinco séculos, pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico e o movimento de ocupação das fronteiras agrícolas ou até

⁶⁰ GIULIANI, Gian Mário. "Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.5, n.14, p. 59-67, 1990.

mesmo as migrações de retorno devido ao desemprego nas cidades, nada disso, ressalta GIULIANI, tem haver com a procura do campo pelos neo-ruralistas.

De certa forma, a ideia de *continuum* cidade-campo é contestada nessa leitura do novo ruralismo, pois a visão dicotômica é aquela que corresponde mais aos anseios daqueles que procuram o campo como um novo ideal de vida. São as diferenças entre cidade e campo e não sua integração que atraem os neo-ruralistas. Então esse movimento é inovador em seu direcionamento e motivações, mas também tradicional por que tem por objetivo o resgate de valores antigos da sociedade rural, de atributos que só a vida no campo pode oferecer.

A paisagem rural tem atributos que exercem atração a um número crescente de habitantes do meio urbano. No Brasil a urbanização é um fenômeno relativamente recente em termos históricos. Há apenas três gerações o país tinha maioria de população vivendo no campo. Isso quer dizer que a maior parcela dos adultos de hoje entre seus 30 a 50 anos tinham seus pais e avós com raízes profundas na ruralidade. Os valores dessas duas gerações anteriores eram eminentemente rurais, de uma sociedade quase pré-capitalista, a qual o consumo era diminuto se comparado com o padrão atual. Em nossa sociedade, do capitalismo do “hiper-consumo”, como preconiza Gilles Lipovetsky⁶¹, não deixa de ser paradoxal um cidadão que alcançou um status econômico e social, capaz de ter acesso a todos os bens e serviços que as cidades podem oferecer e preferir comprar uma pequena propriedade rural e almejar os valores e modo de vida que foram abandonados por seus antepassados.

Para Lefebvre, a sociedade humana apresenta três etapas fundamentais em seu desenvolvimento histórico: a era agrária, a era industrial e a era urbana. Seria inexorável uma urbanização em escala planetária. As projeções apresentadas pelo Gráfico 1 vêm comprovar a tese do filósofo, com o agravante de que não apenas as sociedades industrializadas se urbanizam, mas também vastas áreas do chamado Mundo Subdesenvolvido, que mal conheceram o processo industrializante. Então, cabe destacar, que o fenômeno do neo-ruralismo é mais comum nas sociedades mais maduras, que já alcançaram o status cidadão de consumo e posição social há algum tempo.

Depois de passado o primeiro encantamento com a posição social conquistada, alguns anseios e apreensões começam a surgir devido à própria ampliação intelectual dessas

⁶¹ Gilles Lipovetsky é um filósofo francês e teórico da Hipermodernidade, autor de obras como “Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo”.

classes sociais. E os valores urbanos começam a serem questionados, a memória coletiva dos antigos princípios e modo de vida do campo começa a ser valorizados novamente.

O rural é o espaço de produção e acumulação de excedentes, o mais antigo que se conhece, atividade que viabilizou a civilização. Os valores morais foram forjados ao longo dos seis mil anos de sua existência. Portanto, a vida no campo e seus valores ainda alimentam o imaginário do homem urbano moderno.

A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião. A vida urbana tem como característica agrupar mais as pessoas a partir de sua profissão, muito mais do que somente a partir da família ou da orientação religiosa. Obviamente, essa é uma consideração geral. Outra consideração a ser lembrada é a de que, quando pensamos em “modo de vida rural”, pensamos haver maior articulação entre o espaço do trabalho e o espaço de vida como, por exemplo, no caso de uma pequena propriedade. (BERNARDELLI⁶², 2006)

Além do valor representado pela família e pela religião, BERNARDELLE destaca que o uso do tempo que, no campo, está atrelado ao ritmo da natureza. No modo de vida urbano o tempo é regido pelo trabalho, existe uma maior separação entre espaço de vida privada e trabalho, onde a maior parte das relações sociais acontece.

A paisagem rural, com todos os seus elementos bucólicos que remete o cidadão a origem de seus antepassados, agora se apresenta como um objetivo de vida. O modo de vida campestre, mesmo que um fetiche nos tempos modernos satisfaz uma demanda de cidadãos oprimidos pela indiferença da paisagem urbana, pelo caos no qual estão mergulhadas as grandes metrópoles do mundo. Por ironia da história, o campo que sempre foi sinônimo de atraso e más condições de vida. Agora se mostra atrativo para uma classe média que almeja uma vida menos estressante do que aquela que levam na cidade.

A paisagem rural, no mundo contemporâneo, está também ligada ao bem-estar, agora não somente pela provisão de alimentos para os cidadãos, mas principalmente como forma de vivenciar situações de lazer, ocupando o tempo livre com recreação. A paisagem rural, bucólica, com seus encantos, despida das maldades das cidades, da violência, do apinhamento, aponta para uma vida saudável, mais próxima da natureza, enfim, propicia ao contato com o paraíso perdido. (VIEIRA⁶³, 1998:88)

⁶² BERNARDELLI, Maria Lúcia F da H. (Op. Cit. p. 48)

⁶³ VIEIRA, Mirna. L. “Paisagem Urbana e Rural”, 3º Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem, Rio Claro: UNESP, 1998, Cadernos Paisagem Paisagens 1.

A visão da paisagem rural como a busca do paraíso perdido parece mais um mito do que realidade, principalmente quando se procura um maior contato com a natureza. As áreas rurais do Brasil, por exemplo, apresentam muito pouco de natural, tanto naquela onde predomina agricultura intensiva ou mesmo no campo dominado pela pecuária. Ambos têm um grau elevado de devastação dos ecossistemas naturais originais da região. O campo cultivado só não é mais artificial do que a cidade, nele também há pouco espaço para a vegetação natural florescer e sustentar uma fauna há muito tempo já foi extinta.

Enfim, o movimento neo-ruralista tem sido muito pouco estudado no Brasil, talvez porque o avassalador processo de urbanização e “desruralização” de nossas paisagens, terem sido tão intensos e violentos que constituem o foco principal de atração para os trabalhos acadêmicos. Mas agora, muitas regiões urbanas passam por um processo de amadurecimento, como ocorreu na Europa e Estados Unidos, e é quando surge a necessidade da procura do elo perdido, das raízes de nossa formação social.

O neo-ruralismo não pode ser considerado um movimento antagônico às cidades ou por “topofobia” ao meio urbano. Antes de tudo, ele rejeita a cidade massificada da modernidade, o *placelessness* de Edward Relph⁶⁴. Quando a cidade perde sua identidade e sua história com a adoção dos lugares comuns, ou dos não lugares, uniformizados pelos interesses capitalistas monopólicos, o cidadão afrouxa os laços que o ligava a ela. Antigamente, as cidades exerciam grande fascínio sobre seus habitantes e os habitantes do meio rural. Ela representava oportunidades de vida, de emprego, de acesso aos bens e serviços que só a cidade podia oferecer. O campo, paisagem distante e abandonada, era sinônimo de atraso, de isolamento, de carência de todos os gêneros que tornam a vida melhor. Com a modernidade, essa realidade e concepção antiga da cidade e do campo vão se modificando, e o cidadão que não está mais satisfeito com o ambiente urbano procura no campo a paisagem pretérita, ancestral que, por vezes não está mais lá, mas esta procura preenche suas aspirações: fazer parte de um lugar.

⁶⁴ Edward Relph é um geógrafo canadense, autor de “Place and Placelessness” e de “A paisagem urbana moderna”.

3. A PAISAGEM NA INTERFACE RURAL/URBANA DO VALE DO PARAIBUNA AO BAIRRO JOAZAL

3.1 UM PEQUENO HISTÓRICO DA REGIÃO DO VALE DO PARAIBUNA: DO CAMINHO NOVO ÀS SESMARIAS

Foi, pois, o Caminho Novo o primeiro que ligou a Côrte ao extremo sertão mineiro passando por Mathias Barbosa, o berço, sem dúvida de Juiz de Fora, tamanha a sua importância nos tempos coloniais. (ESTEVES, 1915:16)⁶⁵

Muitas foram as incursões no território conhecido hoje como Zona da Mata Mineira nos dois primeiros séculos de colonização, mas nenhuma delas provocou a ocupação e integração desse território ao projeto colonial português. A região era povoada por índios do grupo *Puri* com os subgrupos: *sabonam*, *uambori* e *xamixuna*. E, pelo grupo *Botocudo* representados pelos subgrupos: *jê*, *maxacali*, *fulniô* e *bororo*. As incursões se intensificaram na época das entradas e bandeiras já no final do século XVII e, ao invés de povoarem, despovoaram a região, pois a procura de ouro e pedras preciosas também tinha como objetivo capturar e escravizar esses índios.

Eram constantes os atritos entre os *botocudos* e *puris*, sendo esses últimos expulsos da região da Mantiqueira para o Vale do Paraíba no século XVIII. No Vale, mais povoado por pequenas vilas de colonos os atritos agora eram como os civilizados, na qual os *puris* seriam quase extintos em menos de um século. São muitos os relatos (sem comprovação histórica) dos massacres a que foram submetidos os índios da região da Mantiqueira e do Vale do Paraíba. Um famoso relato de Joaquim Norberto de Souza e Silva, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1852 descreve esse contato. Segundo o mesmo, os antigos habitantes “brancos” do Sertão do Campo Alegre, atual cidade de Resende RJ, promoveram um verdadeiro massacre dos índios *puris*, principalmente espalhando a “bexiga” (varíola) nas aldeias habitadas pelos mesmos. Como se sabe, os índios tinham baixa imunidade contra as doenças do velho mundo devido ao isolamento geográfico em que se encontravam há mais de 12 mil anos. Na obra de Claudio Moreira BENTO⁶⁶, o

⁶⁵ LAGE, Oscar Vidal Barbosa e ESTEVES, Albino (Org.) *Album do Município de Juiz de Fora*. Imprensa Oficial do Estado de Minas. Belo Horizonte, 1915.

⁶⁶ BENTO, Claudio Moreira. “Puris: os primeiros habitantes” IN: *Resende 200 anos*. Resende: CAT Publicidade, 2001.

fato é contestado por não haver provas históricas de que os pioneiros da região de Resende tenham promovido deliberadamente tal chacina. De qualquer modo, a verdade é que os índios da região do “Sertão do Leste”, que mais tarde seria conhecido como “Sertão Proibido”, foram expulsos de suas terras ou simplesmente dizimados pelo contato conflituoso com os desbravadores e colonos assentados na região.

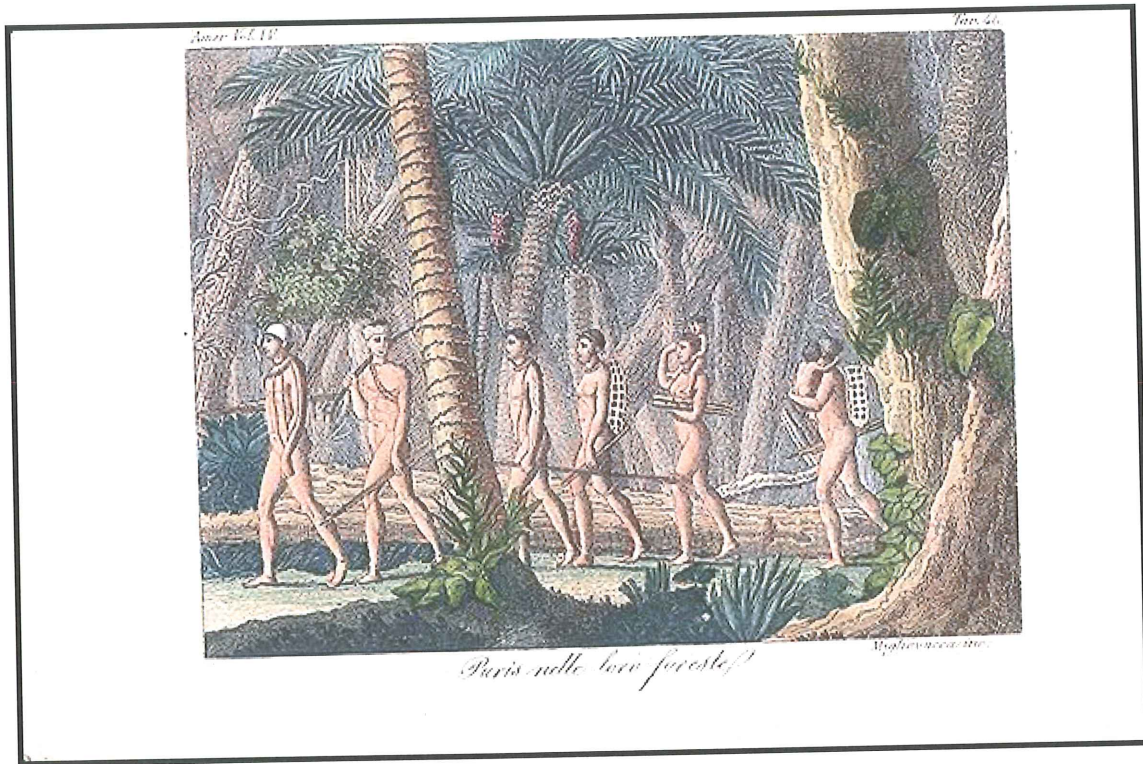


FIGURA 8- GRAVURA DO ITALIANO GIULIO FERRARIO⁶⁷ COM O TÍTULO: “PURIS NA SUA FLORESTA” EM 1820. O GRUPO *PURI* ERA UM DAQUELES QUE POVOAVAM A REGIÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA.

A abertura do Caminho Novo foi autorizada por Carta-Régia de 1699 e sua abertura ficou sobre a responsabilidade do bandeirante Garcia Rodrigues Paes, filho do famoso bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme, que tinha empreendido uma bandeira na região entre 1674 e 1681, a “bandeira das esmeraldas”. Garcia Rodrigues Paes já era morador da região, possuindo a concessão de Sesmaria em quatro paragens: as da Borda do Campo (Registro Velho), Matias Barbosa, Paraíba do Sul (onde se encontra a cidade) e a de Macacos ao sopé da serra, por onde desceu a estrada. Em 1700 ficou pronta a primeira picada para trânsito de pessoas. Mais tarde, em 1707 fica concluído o caminho para o trânsito de animais de carga. O sertanista visava obter lucros com a concessão de cobrar pedágios ao longo do

⁶⁷ Giulio Ferrario (1767-1847). Foi um pintor e gravador milanês, que empreendeu uma viagem pelo Brasil no início da década de 20 do século XIX, registrando várias paisagens e flagrantos dos povos que habitavam o interior do Brasil.

percurso.

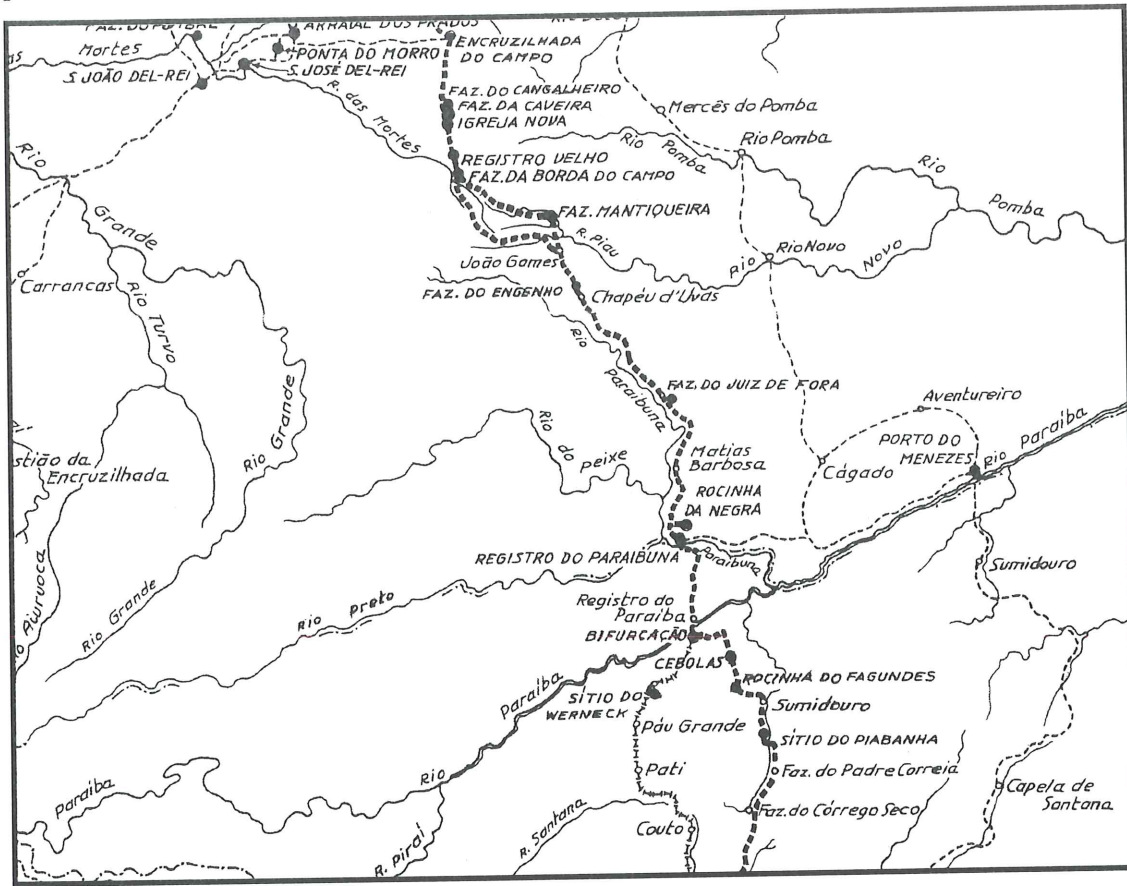


FIGURA 9- O CAMINHO NOVO (PONTILHADO MAIS FORTE) NO TRECHO ENTRE A ENCRUZILHADA DO CAMPO E A FAZENDA DO CÓRREGO SECO, ASSINALANDO A FAZENDA DO JOAZAL. (Fonte: RODRIGUES, 2003:261)

A Figura 9 assinala três importantes Registros na região, o Registro Velho próximo a Fazenda Borda do Campo (atual Barbacena) ao norte, e os Registros do Paraíba e do Paraíba ao sul na atual fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. A fixação de moradores só era permitida aos sesmeiros portadores de concessões da Coroa, pois eram necessários para darem suporte aos tropeiros que transportavam o ouro e mercadorias entre as minas e o porto do Rio de Janeiro, fornecendo pousada e alimentação.

O Caminho Novo era uma alternativa mais viável ao Caminho Velho, cujo percurso demorava cerca de 90 dias (Vila Rica a Paraty e daí por mar até o Rio de Janeiro), ao passo em que no novo caminho era possível se chegar da região das Minas de Vila Rica até o Rio de Janeiro em 1/3 desse tempo. Com a descoberta do ouro em 1692 no rio Casca, o processo de povoamento da Minas Gerais é intensificado com a “corrida do ouro” como

destaca RODRIGUES⁶⁸, com gente chegando de todas as partes da colônia, como também de Portugal. Os fluxos migratórios principais vinham da província de São Paulo de Piratininga, os bandeirantes desbravadores e depois da região nordeste que forneceu os maiores contingentes humanos, inclusive de mão de obra escrava. Pela primeira vez, a colônia portuguesa perde seu caráter de arquipélago, e a “ilha” nordeste começa a se comunicar por terra com a “ilha” sudeste. O sul do Brasil também vai entrar nesse jogo, no fornecimento de carne e animais de carga, de tal modo que as Minas Gerais, nas palavras de Darcy Ribeiro “foi o nó que atou o Brasil e fez dele um só”⁶⁹. Na região aurífera e diamantífera das minas ocorre o primeiro adensamento populacional do interior da colônia criando dezenas de cidades e vilas que resultaram numa população de mais de 300 mil pessoas em meados do século XVIII. (RIBEIRO, 2000:152).

Assim, nasce o “Sertão Proibido”, área de segurança ao longo do Caminho Novo, onde ficou proibida pela Coroa Portuguesa, a fundação de vilas e comarcas. Mesmo as Sesmarias necessárias para dar apoio aos tropeiros, eram concedidas e rigidamente controladas pelo governo Metropolitano. Toda a movimentação dos viajantes ocasionais ou rotineiros era monitorada e só permitida através de um passaporte que vigorou até o Império.

As áreas de floresta do sertão⁷⁰ mineiro eram proibidas a abertura de estradas ou mesmo de picadas, tudo para não contrabandear o precioso ouro. Essas áreas, segundo RODRIGUES, tinham uma imagem ambígua para os poucos colonos ali assentados e mesmos para os tropeiros e viajantes ocasionais.

Na literatura setecentista, o sertão é apresentado sob perspectiva romantizada, evocado ora como um paraíso em que tudo era belo, justo, perfeito e estava em harmonia, não obstante habitado por seres que devoravam “animais da mesma espécie” (os indígenas); ora como um lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um que se embrenhava a fim de decifrar aquele ambiente fantástico, povoado por animais e plantas de todos os tipos, tamanhos e nomes. (RODRIGUES, 2003:255)

Os viajantes do Sertão Proibido enfrentavam uma verdadeira epopéia na travessia daquelas paragens, habitadas por índios hostis a invasão de seu território e mesmo sujeitos a

⁶⁸ RODRIGUES, André F. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n.46, p. 253-270, 2003.

⁶⁹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**, Op. Cit.

⁷⁰ O significado geográfico da palavra sertão vem de sua origem lusa – desertão – ou seja, área afastada das cidades, erma e despovoada, rincões do interior do Brasil.

ação de salteadores que pilhavam os viajantes solitários e mesmo grupos maiores como os tropeiros. A região da Minas Gerais se tornou a mais importante economicamente para a Coroa Portuguesa durante o século XVIII, fato que elevou o Caminho Novo como a rota relevante da colônia requerendo um controle cada vez mais rígido. Para tanto foram criados os Registros, que regulavam as entradas e saídas daquela que seria conhecida como Estrada Real.

Apesar do rígido controle, as picadas eram abertas pelos próprios sesmeiros da região com o pretexto de manter a comunicação de suas roças e sedes das fazendas. Várias dessas picadas foram abertas na altura da fazenda Borda do Campo, muitas delas até incentivadas por autoridades locais, interessadas em expandir suas propriedades. Também, havia o interesse em fugir do pedágio e cobrança de impostos dos Registros. (RODRIGUES, 2003:257)

Os interesses sob aquele território dos Sertões Proibidos se avolumavam quanto mais importante se tornava a região das Minas Gerais, importância não só pela exportação do ouro e pela taxaço do quinto pela Coroa, mas também pelo próprio progresso econômico experimentado no interior da província que provocaram o desenvolvimento das cidades auríferas como Vila Rica, Mariana, Sabará, entre outras, na implantação de um fluxo comercial e de construção que deixaram um patrimônio arquitetônico e artístico inigualável no interior do Brasil.

A Figura 10 ilustra a paisagem que Rugendas constatou em 1825 no Registro Régio do Paraibuna, onde se percebe uma vegetação ainda esplendorosa cobrindo as margens do rio Paraibuna. Este era um Registro importante para o trânsito no Caminho Novo e juntamente com o Registro do Paraíba, constituíam a porta de entrada e saída entre a região do Vale do Paraíba e da Mantiqueira no trecho mineiro.

Os Registros tinham a função de fiscalizar as transações comerciais, verificar os documentos de seus agentes e de todas as pessoas que transitavam no Sertão Proibido, constituía a autoridade legal para cobrar os devidos tributos de transito e taxas para expedir passaportes e autorizações e emissão de certificados de porte de ouro, diamantes e outras pedras preciosas. Também cabiam aos Registros a cobrança de impostos sobre outras mercadorias comerciais e tinham poder de polícia, podendo deter viajantes que não estivessem em situação legal. Depois dos Registros do Paraíba e do Paraibuna, transpondo a Mantiqueira até Vila Rica vinham os Registros da Rocinha de Simão Pereira, de Matias Barbosa, a Rocinha do Juiz de Fora, da Mantiqueira, da Borda do Campo, de Barbacena, de Ouro Branco e, finalmente, Vila Rica.

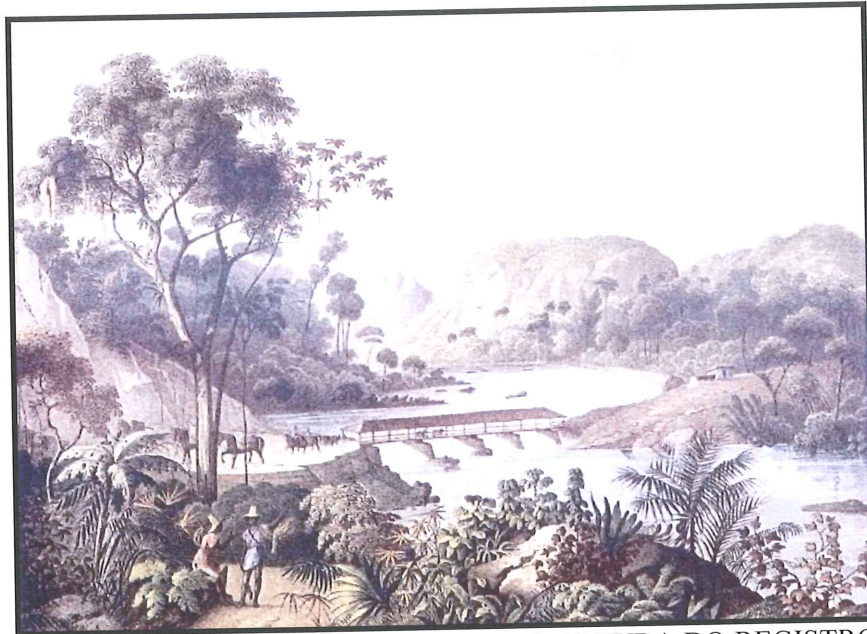


FIGURA 10 - GRAVURA DA PONTE NA ALTURA DO REGISTRO RÉGIO DO PARAIBUNA, PINTADA POR RUGENDAS⁷¹ EM 1825, ONDE SE AVISTA AO FUNDO A FAMOSA PEDRA DE PARAIBUNA.

Como destaca Almeida-Manso⁷², muitos naturalistas estrangeiros passaram pelo Registro do Paraibuna e deixaram suas impressões. Entre eles, o mais celebre foi Augustin de Saint-Hilaire, que empreendeu muitas viagens de estudos pelo território brasileiro entre 1816 e 1822. O naturalista francês era um renomado botânico e estudou as plantas medicinais do Brasil e sua utilização pelos nativos, publicando a famosa obra: "*Plantes usuelles des Brasiiliens*" em 1828.

Nesta época, no início do século XIX, a cultura do café começava a ser implantada ao sul da Zona da Mata, o antigo Sertão do Leste e Sertões Proibidos, vinda do Vale do Paraíba Fluminense. Daquela paisagem ainda dominada pelas florestas tropicais úmidas, registradas por Saint-Hilaire e Rugendas, pouco restou na zona da mata, depois do avanço da cultura do café no século XIX e de sua substituição pela pecuária leiteira no século XX. Mas, durante todo o século XVIII, quando transcorreu o Ciclo do Ouro, a região esteve quase fechada e impedida de desenvolver atividades econômicas que exigissem uma maior ocupação demográfica.

⁷¹ Johann Moritz **Rugendas** foi um pintor alemão que viajou pelo Brasil entre 1822 e 1825 e retratou inúmeras paisagens de cidades, vilas e dos sertões do interior do país, assim como sua população, costumes e tradições. Autor da obra: "Viagem Pitoresca Através do Brasil".

⁷² ALMEIDA-MANSO, Afonso José de. "O Registro Régio do Paraibuna" IN: Geleiras, Flores e Velhos Caminhos. Direitos Autorais: BN/EDA/DF 2011 n. 234.

Orlando VALVERDE⁷³, citando Saint-Hilaire, destaca a importância do povoado de Matias Barbosa até o início do século XIX devido ao Registro Régio:

Saint-Hilaire nos deixou uma descrição viva do que eram estas alfândegas internas cerca de um século mais tarde, isto é, por volta de 1820. No Registro do Paraibuna estava o fisco fluminense e em Matias Barbosa, o mineiro. Graças a essa importante função administrativa, Matias Barbosa era, nesse tempo, o maior aglomerado da Zona da Mata. Juiz de Fora era então um centro tão diminuto que apenas é citado de passagem, mais para explicar o seu curioso nome que por outro motivo. (VALVERDE, 1958:27)

Ainda hoje, os historiadores debatem os motivos que levaram Matias Barbosa a se estagnar economicamente na segunda metade do século XIX, e a então inexpressiva “roça do juiz de fora” se tornar o principal núcleo urbano da região, se tornando inclusive uma das poucas cidades industriais em pleno século XIX no Brasil.

Muitos desses historiadores apontam uma conjunção de fatores que determinaram a supremacia de Juiz de Fora na região tomando a vez de núcleos mais antigos como Matias Barbosa e até mesmo de Barbacena. Entre esses fatores estaria o empreendedorismo daqueles que se radicaram na localidade, dos quais se destacam figuras como Antônio Dias Tostes, Henrique Halfeld e Mariano Procópio.

No contexto do Caminho Novo e do Sertão Proibido, é que se insere o Registro de Matias Barbosa e a localidade vizinha do Joazal, a área de estudo deste trabalho e tema do próximo subcapítulo.

⁷³ VALVERDE, Orlando. “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais”, *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 20, n.1, 1958.

3.1.2 O Registro Régio de Matias Barbosa e a Fazenda do Joazal

A paisagem que se oferece aos olhos do viajante quando chega á entrada da comarca do Parahybuna tem qualquer coisa de surprehende por um mixto de desordem e de regularidade selvagem. Por toda a parte o rio é dominado por altas montanhas; como faz uma curva antes de chegar ao registro, não se avista desse lado senão uma pequena parte de seu curso e parece começar ao pé de uma montanha mais elevada que todas as outras e cujo cume completamente nu contrasta com a vegetação vigorosa dos cerros visinhos . (Saint-Hilaire *em Voyages dans les prouvinces de Riode Janeiro et Minas Geraes*, Tomo 1) ⁷⁴

Nos inícios de 1700 o Cel. Mathias Barbosa da Silva, homem de posses, português, que por serviços prestados na luta contra os castelhanos, recebe a concessão de uma grande extensão de terras ao longo do curso do rio Paraibuna e edifica, estrategicamente, em 1710, uma fazenda no trajeto do Caminho Novo - paisagem natural, ainda pouco tocada onde é, então, instalado, anos antes, o Cartório de Registro do Caminho Novo.

A Zona da Mata, nessa época, era uma área de acesso restrito, o chamado “Sertão Proibido”, pois a Coroa tinha que bloquear os acessos no caminho do ouro para evitar o seu extravio entre a região das minhas e o porto do Rio de Janeiro. O Cartório de Registro do Caminho Novo funcionava como um posto de controle de mercadorias, do ouro e das pessoas que entravam e saíam do território das Minas Gerais. O trânsito de pessoas e mercadorias era rigidamente controlado com emissão de autorizações e até passaporte. Como atestou Saint-Hilaire:

É preciso dar 640 reis para a verificação de cada passaporte; pagam-se, além disso, pela passagem dos rios, 460 réis por animal e 250 réis por indivíduo livre;;enfim, aquelles que conduzem a Minas negros recentemente comprados são obrigados a pagar um direito de 5\$400 por cabeça de negro. As pessoas que vão da província de Minas ao Rio de Janeiro com barras de ouro são também obrigadas a fazer declaração no registro de Parahybuna. (SAINT-HILAIRE)⁷⁵

Uma das únicas construções que ainda restam dessa época, na cidade de Matias Barbosa, é a Capela do Rosário, chamada na época de Capela N. S. da Conceição do Caminho

⁷⁴ Saint-Hilaire apud LAGE, Oscar Vidal Barbosa e ESTEVES, Albino.(op cit, p. 46)

⁷⁵ Ibidem.

Novo, agora situada no centro da cidade e sendo uma das construções mais antigas e históricas da região da Zona da Mata Mineira.



FIGURA 11 - CAPELA DO ROSÁRIO, ANTIGA CAPELA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DO CAMINHO NOVO EM MATIAS BARBOSA DE 1709 (Fonte: GoogleEarth, 2013)

Segundo registros históricos do município, com a morte de Mathias Barboza da Silva em 1742 em Vila Rica, sua sesmaria foi vendida por seus descendentes. Nos idos de 1766 o Ten. Cel. Manoel do Vale Amado⁷⁶ compra a sesmaria dos filhos de Matias Barbosa e um ano depois, edifica a Fazenda de Nossa Senhora da Conceição. Ao redor do pequeno arraial algumas outras fazendas produzem bens e víveres, suprimentos muito procurados pelos viajantes do Caminho Novo. (CASTRO, 1963)⁷⁷

O Cel. Manuel do Valle Amado era um homem de destaque na política regional, foi o comandante de patrulha do Caminho Novo da Estrada Real e, como tal, superior do alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes. Sob o comando de do Cel. Manuel do Valle

⁷⁶ Manoel do Vale Amado, proprietário do arraial de nossa Senhora da Conceição, que mais tarde viria a se chamar Matias Barbosa, era homem de expressiva importância política e militar não apenas em Minas Gerais, como também no cenário nacional, tendo sido comandante do Caminho das Minas e também do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o vulgo Tiradentes.

⁷⁷ CASTRO, Olívio de Albuquerque. **Apontamentos para a História de Matias Barbosa**. Matias Barbosa: Imprensa do Laboratório de Veterinária de Matias Barbosa, 1963.

Amado, o Registro Régio da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Caminho Novo, ficou ainda mais exigente, pois o Ciclo do Ouro estava, nesta época, entre 1750 e 1770 em seu apogeu, com as jazidas da região aurífera em seu período de maior produção. O Registro então, se transforma numa verdadeira alfândega, tentando controlar todo o movimento que circulava naquele trecho do Caminho Novo da Estrada Real.

Uma das fazendas que na época ofereciam pouso aos viajantes era a de José de Medeiros. Uma grande sesmaria que depois foi dividida em várias partes, sendo a parte relativa ao que hoje chamamos de Joazal comprada por José de Queiroz. Sua filha, D. Rosa Maria de Queiroz foi a primeira esposa do Cel. Manoel do Valle Amado – e com ele teve apenas um filho, chamado João José do Vale Amado. Com a morte de D. Rosa Maria, João José recebe sua herança, ou seja, o *Ribeirão Negro*, região hoje conhecida como Cedofeita⁷⁸.

Após a morte precoce de João José e de sua esposa Francisca Claudina de Abreu e Melo as terras do Joazal, foram vendidas para o fazendeiro José Damas da Costa. Sua viúva Maria da Silva Rezende casa-se anos depois com o conde de Cedofeita – Henrique Coelho de Souza. Sua falta de perspicácia administrativa leva-o à bancarrota e, em 10 de setembro de 1889, seus bens, constituídos pelo Palacete em Cedofeita, pelas Fazendas do Belo Monte e as do Joazal são arrematados em praça pública por Pedro Policarpo de Almeida, irmão do Barão de Guaraciaba, pelo valor de 463.722 \$ 000 (quatrocentos e sessenta e três contos e setecentos e vinte e dois mil réis)⁷⁹. Desde então, descendentes de Policarpo de Almeida possuem residências no Joazal.

Nas décadas finais do Império, as terras do Conde de Cedofeita ainda eram produtivas, embora a Fazenda dos Medeiros não mais recebesse tropas de garimpeiros, e a construção da Estrada União Indústria houvesse encurtado o caminho em algumas horas, possibilitando aos viajantes trânsito direto a Juiz de Fora, a Fazenda do Joazal ainda conservava algumas construções antigas que serão derrubadas na década de 40 do século passado. A chegada da ferrovia - como um novo meio de escoamento da produção e do café - como uma nova fonte de riqueza traz mudanças significativas à paisagem do vale do Paraibuna, como veremos a seguir.

⁷⁸ Nome este dado graças a Henrique Coelho de Souza, português que recebeu o título no dia da inauguração da Estrada de Ferro no ano de 1875 e recebeu em sua fazenda do Belo Monte, o imperador D. Pedro II. (Arquivo de Roney Fabiano).

⁷⁹ Arquivo pessoal de Roney Fabiano Alves. “D. Pedro I – Jornada nas Minas Gerais 1822” de Eduardo Canabrava de Barreiros

3.2. A CULTURA CAFEIRA, A ESTRADA UNIÃO INDÚSTRIA E A FERROVIA REMODELANDO A PAISAGEM NATURAL DA REGIÃO

3.2.1 A Implantação da Cultura Cafeeira e seu Impacto sobre a Paisagem do Vale do Rio Paraibuna

O avanço da cultura cafeeira pelo vale do rio Paraibuna é uma extensão de seu veio principal no Vale do rio Paraíba do Sul no seu trecho fluminense, chegando as primeiras plantações nessas paragens, nos povoados de Santana do Deserto, Mar de Espanha, Simão Pereira e Matias Barbosa, na década de 1830. O Ciclo do Café representou uma verdadeira revolução econômica para a região que, a partir de então, passaria a ter uma atividade produtiva própria, não dependendo apenas da passagem de mercadorias produzidas em outras regiões, como fora no Ciclo do Ouro.

Todavia, a paisagem natural da região nunca mais seria a mesma, preservada que foi por motivos estratégicos e econômicos da Coroa Portuguesa, agora com o Império Brasileiro dando todo incentivo a cultura do café, o desmatamento vai ocorrer de forma intensa para abrir espaço para o seu plantio. A Floresta Tropical Atlântica, uma das mais ricas em biodiversidade do Planeta vai sendo reduzida até chegar a menos de 10% de sua formação e área original em termos nacionais. A Zona da Mata Mineira, como o próprio nome indica, era quase toda coberta por esta magnífica formação vegetal.

Historicamente, não encontramos registros ou fatos que evidenciem qualquer preocupação ambiental com a zona da mata. As preocupações concernentes sobre o uso e ocupação do solo e sobre os recursos naturais, essas sim, encontram-se em certa quantidade, mas como já mencionado aqui, eram preocupações puramente econômicas e tarifárias, baseadas no controle e na cobrança de impostos por parte do Império Brasileiro. Nesse primeiro momento, quando a Roça do Queiroz serve de pouso e estalagem às caravanas, é sabido que lá, havia: estalagem, capela, empórios, enfermaria, ferraria, carpintaria e uma produção hortifrutigranjeira constante. (CASTRO, 1963)⁸⁰

Matias Barbosa que já era um ponto importante no tempo do Ciclo do Ouro e do Caminho Novo passará novamente por um surto de crescimento com a chegada do café a partir da terceira década do século XIX. Uma vez exaurida as jazidas da região aurífera uma

⁸⁰ CASTRO, Olívio de Albuquerque, Op. Cit.

nova era começa com a cultura do café, e o arraial de N. S. da Conceição do Registro do Caminho Novo será novamente um pólo importante para a introdução da cultura na região. O ciclo do café nessa região sudeste da Zona da Mata Mineira utilizou, principalmente, a mão-de-obra escrava, sendo que o grande contingente veio da já decadente região das minas.

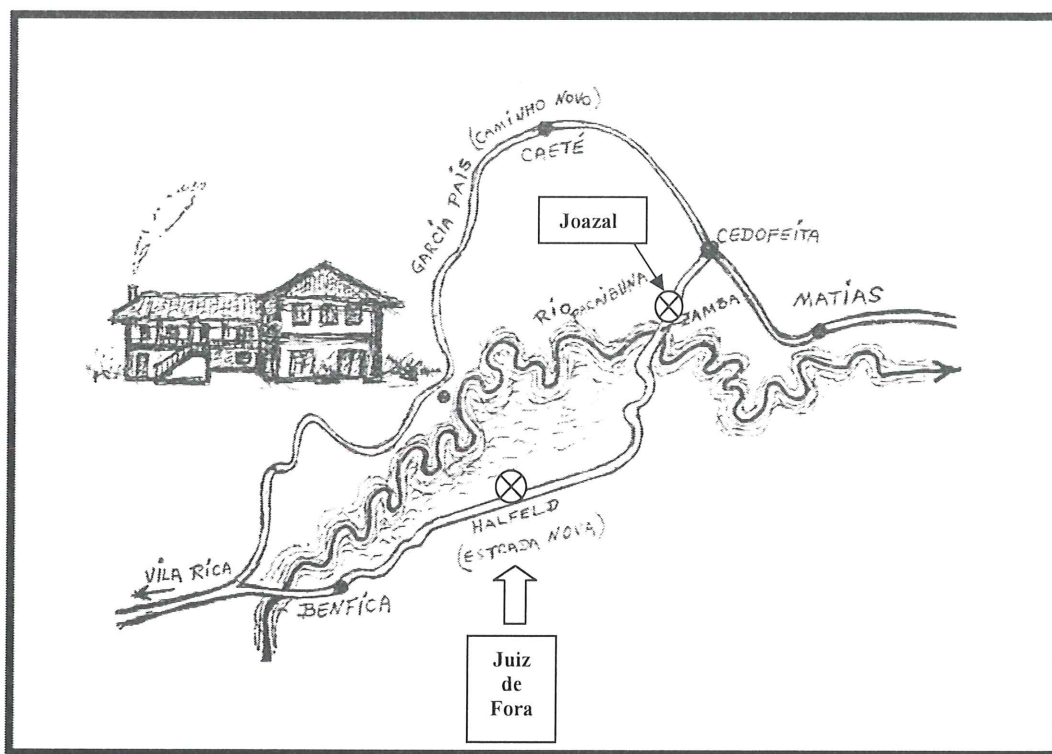


FIGURA 12 - GRAVURA MOSTRANDO O TRAÇADO DA ESTRADA NOVA, CONSTRUÍDA POR HALFELD. A CASA DO JUIZ DE FORA APARECE ILUSTRADA NA MARGEM ESQUERDA DO RIO.

(Fonte: LESSA⁸¹, 1985, p.40 – Adaptado)

A população aumenta juntamente com o avanço da área do café, pois se trata de uma cultura que demanda muita mão de obra. Nas décadas 1830-40 ocorre um grande fluxo migratório para essa frente pioneira do café na Zona da Mata como destaca VALVERDE⁸², apesar das fontes documentais não fornecerem dados precisos da movimentação dessa marcha de povoamento. Apesar da escassez bibliográfica, sobre o primeiro avanço do café em solo mineiro, o autor cita três fontes que ofereceram auxílio ao estudo deste povoamento no Vale do Paraíba: Afonso E. Taunay⁸³, Carlos Prates⁸⁴ e Edmundo Siqueira⁸⁵.

⁸¹ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: Editora UFJF/ FUNALFA, 1985.

⁸² VALVERDE, Orlando. Op. Cit.

⁸³ TAUNAY, Afonso, E. **Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Editora do Departamento Nacional do Café, 1945.

Da leitura desses textos e de outros de menor importância, pode-se inferir que, na década de 1830, a frente pioneira, partida das vizinhanças de Matias Barbosa, andaria pelos arredores de Mar de Espanha. No decênio de 1850, já fora ultrapassada a região de São João Nepomuceno, para leste, Leopoldina se arvora em capital de uma região cafeeira recém-aberta, e para oeste, a partir de Juiz de Fora e Matias Barbosa, a onda povoadora atinge Rio Preto, cuja ocupação fôra timidamente iniciada nos anos 30. (VALVERDE, 1958:29)

Um grande problema no início do desenvolvimento da cultura cafeeira na região era a precariedade de seus meios de transporte. Assim como já tinha servido durante mais de um século ao Ciclo do Ouro, o tortuoso e estreito Caminho Novo da Estrada Real ainda era o único meio de comunicação com a capital do Império, o Rio de Janeiro no início do século XIX. O Caminho Novo ficava ainda mais precário e perigoso por atravessar áreas íngremes e despovoadas das serras da Mantiqueira e do Mar, expondo sempre os viajantes aos assaltos de bandoleiros e ataques de índios remanescentes.

Algumas melhorias foram feitas no Caminho Novo, como a chamada Estrada Nova em Santo Antônio do Paraibuna (próximo da antiga fazenda do Juiz de Fora, cujo nome a localidade tomara), que na verdade foi uma retificação do traçado original mais tortuoso pelas encostas do morro da boiada na margem esquerda do rio. Essa nova estrada era apenas um atalho retilíneo no sentido norte-sul, na margem direita, construída pelo Engenheiro Halfeld em 1838, e daria origem a atual Avenida Rio Branco, a principal de Juiz de Fora como mostra a Figura 12.

No entanto, quando a produção de café de Minas Gerais e suas principais áreas produtoras como Matias Barbosa, Simão Pereira, Santana do Deserto, Juiz de Fora e outras localidades próximas apresentaram significativo aumento, se verificou que o Caminho Novo era demasiadamente acanhado para se transportar tal volume de produção, como se observa no Quadro 6. Transportar tamanha produção em lombo de mulas pelo Caminho Novo serra abaixo era um trabalho dispendioso e demorado que encarecia o produto para o mercado internacional frente à concorrência da região do Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, ambos mais próximos do porto (Rio de Janeiro e Parati).

⁸⁴ PRATES, Carlos. *A Lavoura e a Indústria na Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

⁸⁵ SIQUEIRA, Edmundo. *Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company Limited*. Rio de Janeiro: Gráfica Edit Carioca, 1948.

GIROLETTI⁸⁶ destaca que o fim do Ciclo do Ouro na região aurífera causou um grande êxodo de pessoas desempregadas e desocupadas tanto de “brancos” como de negros forros. Destarte, muitos negros cativos foram vendidos para outras regiões e províncias onde havia uma atividade econômica em atividade. Só para ilustrar a estagnação que tomou conta da região das minas, o autor destaca que Vila Rica que registrava 78.618 habitantes em 1778, contava em 1821, quarenta e cinco anos depois, com 75.753. Além de não crescer, a capital da província viu sua população diminuir e boa parte de sua população migrou para a Zona da Mata.

A Zona da Mata se colocou nas primeiras décadas do século XIX, como uma área de extensão da marcha do café que vinha do Vale do Paraíba Fluminense e que adentrou a região pelo Vale do Paraíba na década de 1830 que será a principal área produtora mineira até 1850. A partir da segunda metade do século XIX, a “mancha do café” se dirige para os Vales do Rio Pomba e Muriaé.

QUADRO 6
PRODUÇÃO DE CAFÉ EM MINAS GERAIS NO PERÍODO 1829-1851

ANOS	PRODUÇÃO		
	ARROBAS	% DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DA PROVÍNCIA	AUMENTO EM % AO DECÊNIO ANTERIOR
1819/20	11.020	-	-
1829/30	81.400	-	735
1839/40	243.473	28	300
1850/51	900.264	45	369

Fonte de dados: GIROLETTI, 1988, p.29-30 – (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

Um fato interessante de se registrar é que nesse início da introdução do café em Minas Gerais, Matias Barbosa foi um dos povoados mais importantes da província, importância essa que já vinha por sua função de Registro do Caminho Novo e depois por centralizar a produção de café na primeira fase de implantação na Zona da Mata.

⁸⁶ GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1988.

Para GIROLETTI⁸⁷, a introdução do café na província de Minas Gerais representou um alento a sua economia combatida pelo fim da mineração. Foi quanto a Zona da Mata representou o seu efetivo povoamento e desenvolvimento e uma economia própria.

O desenvolvimento da cafeicultura, não só será responsável pelo povoamento e ocupação da Zona da Mata, como dele dependerá a reorganização da economia de Minas Gerais, à medida que redinamizando o Setor de Mercado Externo, rearticulará novamente os demais setores, que absorvendo e, portanto, reduzindo o Setor de Subsistência, quer desenvolvendo e, portanto, ampliando o Setor de Mercado Interno. (GIROLETTI, 1988:29)

Outro fato importante de se destacar é que o controle governamental sobre os viajantes no Caminho Novo continuava mesmo com o fim do Ciclo do Ouro. Após a independência em 1822, o Registro Régio de Matias Barbosa passa a funcionar na condição de Alfândega Imperial. Essa alfândega ainda controlava principalmente a coleta fiscal do Império sobre o movimento comercial. Entretanto, o trânsito de pessoas, principalmente dos visitantes forasteiros e estrangeiros, também continuava a ser monitorado com a concessão de passaportes temporários como ilustra a Figura 13.



Figura 13 - PASSAPORTE EXPEDIDO PELO IMPÉRIO BRASILEIRO EM 1850, VÁLIDO POR APENAS DOIS MESES. Fonte: arquivo de Ronei Fabiano. (reprodução própria)

⁸⁷ Ibid.

3.2.2 A Estrada União Indústria e a Ferrovia D. Pedro II Intensificando as Mudanças no Meio Rural e Urbano

A Estrada de Rodagem União Indústria foi inaugurada em 1861, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, passando por Entre Rios (Três Rios RJ) aonde a Estrada de Ferro D. Pedro II chegou em 1867. Foi um empreendimento inovador para a época, uma estrada de rodagem macadamizada⁸⁸ numa época em que reinavam as ferrovias. Seu traçado seguiu muitos trechos do Caminho Novo, inclusive aquele que passava pela Fazenda do Joazal, de Cedofeita e de Matias Barbosa que era cortada ao meio pela estrada e, em cujo leito, está atualmente a Avenida Cardoso Saraiva, a principal da cidade.

Um empresário de Juiz de Fora, Mariano Procópio Ferreira Lage, foi o principal idealizador e acionista da Cia União e Indústria. Como a ferrovia chegaria a Entre Rios em 1867, a idéia de Mariano Procópio era construir uma rodovia que levasse as mercadorias e passageiros até lá e depois seguiriam por ferrovia até o Rio de Janeiro. E ainda haveria a ligação com Petrópolis, importante cidade fluminense. Como tinha boas relações com a corte imperial, conseguiu permissão para a construção e exploração da estrada. O início da construção foi em 1856, trabalho que se completa em 1861, o ano de sua inauguração. Foi uma obra monumental para a época, com 144 km de extensão toda calçada com macadames, formando um leito regular, que permitia o deslocamento de diligências e carruagens de maior porte com maior capacidade de carga e passageiros. O trabalho exigiu muita mão de obra, tanto escrava quanto de trabalhadores livres.

Para ajudar na construção da Estrada, Mariano Procópio contratou a vinda de imigrantes alemães, cerca de 300 famílias, que vieram constituir a Colônia Alemã D. Pedro II de Juiz de Fora, que também forneceram mão de obra para a nascente indústria da cidade. A carência de trabalhadores com experiência na construção de estradas foi principal fator que obrigou a importação dessa mão de obra no exterior.

A Companhia União e Indústria lutava, em 1855, com dificuldades para iniciar a construção da estrada de rodagem macadamizada, devido à grande falta de artífices especializados. Por isso, resolveu contratá-los na Alemanha, então um dos países mais industrializados, e nomeou como seu preposto o

⁸⁸ Processo criado pelo engenheiro escocês John MacAdam, que consiste em acomodar no leito da estrada três camadas de pedras, as maiores embaixo, as médias no meio e as menores em cima compactadas.

Sr. H. F. Eschels para contratá-los nas seguintes especialidades: Mecânicos, Fundidores, Ferreiros, Folheiros, Ferradores, Segeiros, Seleiros, Carpinteiros, Marceneiros, Pontoneiros, Pedreiros, Pintores e Oleiros. (STEHLING⁸⁹, 1979:149)

A Estrada União e Indústria vai representar um apoio logístico da maior importância para os produtores de café na região do Vale do Paraíba, possibilitando a ampliação da área plantada e um aumento significativo na produção, ultrapassando a marca de 2 milhões de arrobas apenas cinco anos após a inauguração da estrada. (GIROLETTI, 1988)

A expansão da área plantada pelo café vai significar uma transformação profunda na paisagem da Zona da Mata, e decretar a quase extinção da Floresta Tropical Atlântica que cobria a região. O crescimento populacional e das cidades também será pronunciado, fruto do dinamismo que a cultura cafeeira provocou em todo o Vale do Paraíba e, posteriormente, em toda a Zona da Mata. Apesar da mão de obra ser escrava, em sua maioria, a atividade cafeeira vai dotar a região com os capitais necessários para implantação da indústria e do desenvolvimento do setor terciário, principalmente o comércio, que empregará assalariados.

Ao longo do traçado da Estrada União e Indústria, vários povoados e fazendas foram beneficiadas com um meio de transporte ultra moderno para a época. Entre essas fazendas estava a do Joazal, bem como sua vizinha Cedofeita e Matias Barbosa. A ponte do Zamba foi sempre um ponto estratégico de travessia sobre o rio Paraíba, desde o tempo da construção da Estrada Real e da Estrada Nova que retificou o Caminho Novo. Algumas ilustrações históricas mostram as transformações da paisagem naquele ponto onde se localiza a entrada da Fazenda do Joazal e atual Bairro do Joazal.

⁸⁹ STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães.** Juiz de Fora: I. H. G. J. F., 1979.

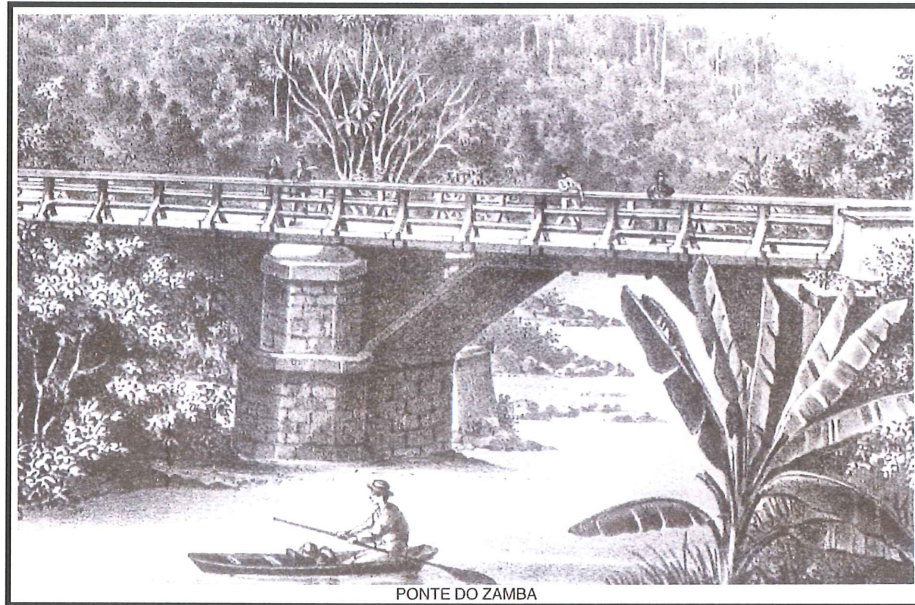


Figura 14 - A Ponte do Zamba numa gravura de 1872, com a Rodovia União e Indústria passando em seu leito. (Fonte: Maria do Resguardo⁹⁰, 2013)

A Figura 14 é uma gravura do guia “Doze Horas em Diligência” de Revert Henry Klumb, publicado em 1872 (Acervo do Museu Imperial de Petrópolis). Percebem-se as matas ciliares ainda bastante preservadas e o pescador de canoa, quando o rio Paraibuna ainda não era poluído como se encontra atualmente. O plantio de bananeira já aparece em suas margens, prática que permanece até atualmente. Na figura 15 a seguir uma comparação temporal.

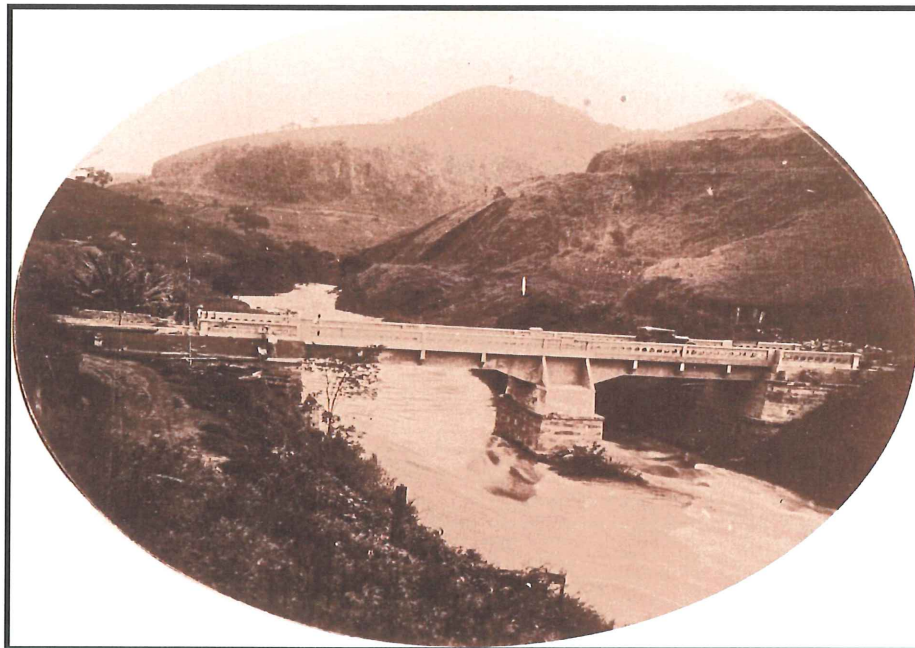


FIGURA 15 – VISTA DA PONTE DO ZAMBA, PROVAVELMENTE NA DÉCADA DE 1930 (Fonte: Maria do Resguardo)

⁹⁰ Maria do Resguardo é um portal eletrônico na internet que reúne imagens antigas de Juiz de Fora e região. Disponível em: WWW.mariadoresguardo.com.br

Na comparação das duas ilustrações anteriores, nota-se a grande transformação que a cultura do café trouxe na paisagem da região. A Figura 15 está sem data na fonte, e deve ser da década de 1930, pelas características do veículo que passa sobre a ponte. Segundo a fonte citada, essa fotografia pertence ao Arquivo Alberto Surerus Moutinho. Nela, não se observa mais nenhum resquício da floresta que antes dominava o local em 1872. Os morros estão nus, com um grande corte encosta a cima, por onde passa a ferrovia, quase em paralelo à rodovia na outra margem do rio. As margens do Paraibuna perderam sua mata ciliar e não se percebe mais a cultura do café que já era decadente no Vale do Paraibuna. O grau de devastação é grande demonstrado pela fotografia histórica e, ainda maior se comparado com imagem recente, como será ilustrado no ANEXO I à frente, quando se percebe que há mais verde e mata galeria atualmente do que aquela registrada na foto da década de 1930.

Para Orlando VALVERDE⁹¹, a região da Zona da Mata só conservou a mata em seu nome, pois já nas primeiras décadas do século XX, não se registrava mais quase nenhum resquício de mata nativa primária, sendo todas devastadas para o plantio do café ou depois quando essa cultura foi substituída pela pecuária leiteira.

A Zona da Mata foi, portanto, submetida a uma devastação generalizada, de tal modo que, segundo evidenciam as fotografias aéreas, só os cumes de algumas elevações possuem manchas acanhadas de matas. Nas partes norte e leste da região a devastação não foi tão drástica. Observadas do terreno, entretanto, estas manchas de florestas residuais são, tôdas elas, secundárias. Isto pode ser facilmente comprovado de longe, observando as numerosas copas de embaúbas (*Cecropia sp.*) brancas ou prateadas, que emergem do meio da abóbada foliar destas formações bem delimitadas. Ora, a embaúba é uma árvore ávida de luz que só se desenvolve onde a floresta foi derrubada. (VALVERDE, 1958:5)

Desta citação acima, pode-se constatar alguns fatos ocorridos na paisagem da região desde que o autor publicou este famoso artigo em 1958. O primeiro deles é que as partes norte e leste da região estão atualmente entre as mais devastadas, passados mais de 50 anos do estudo de Valverde. Este fato se deve à expansão do café e outras culturas e também da pecuária. Quanto às manchas residuais de mata, realmente a espécie arbórea embaúba está sempre presente, como mostra a foto da Figura 19, nas matas residuais secundárias da região, como a Mata do Krambeck e Poço d'Antas em Juiz de Fora e na Mata próxima ao Distrito Industrial de Matias Barbosa às margens da Rodovia BR-40. Em inúmeras outras manchas de matas residuais, este cenário se repete, ao longo da Estrada União e Indústria.

⁹¹ VALVERDE, Orlando. (Op. Cit.)

Com uma legislação ambiental mais ampla e o cumprimento mais rigoroso do Código Florestal, houve até a recuperação com replantio de matas secundárias e mesmo recuperação natural de terrenos que antes formavam pastagens. Mas, de modo geral, a mata nativa praticamente desapareceu, restando uma parcela mínima da área original, quase toda constituída por floresta secundária reconstituída.



Figura 16 - ASPECTO DE UMA MATA RESIDUAL SECUNDÁRIA NO MORRO DO IMPERADOR EM JUIZ DE FORA, COM A EMERGÊNCIA DE UMA EMBAÚBA PRATEADA (Foto de Elizandra Dias, 2013)

No aspecto paisagístico pode-se dizer que a bacia do Paraibuna ainda possui consideráveis manchas residuais de florestas se comparadas com outras regiões de topografia mais plana, nas quais se desenvolveram culturas agrícolas intensivas e mecanizadas, onde nenhuma área foi poupada, por vezes nem mesmo as nascentes e olhos d'água. Isso pode ser comprovado na maior cidade da região, Juiz de Fora, que conta em seu município, próximo da área urbana, com duas grandes reservas naturais: Mata do Krambeck, considerada a segunda maior em área urbana no Brasil, com 350 hectares e constitui uma APA – Área de Proteção Ambiental, recentemente incorporada em 80 hectares no patrimônio e administração da UFJF; e a Reserva Biológica Municipal de Poço d'Anta com 277 hectares. Além dessas grandes formações vegetais, existem outras de menor área, mas não menos importantes, como o Parque da Lajinha na zona sul da cidade e Mata Santa Cândida na zona oeste.

Os impactos provocados na paisagem rural e urbana provocados pela Estrada União e Indústria foram grandes nas quase duas décadas em que monopolizou o transporte na região, de 1861 até 1875 com a chegada da ferrovia. E foi propiciando a expansão da cafeicultura que a estrada colaborou para uma drástica mudança na paisagem rural e urbana da região. É consenso entre os estudiosos, que uma rodovia tem um impacto maior de transformação do espaço no qual percorre do que as ferrovias. Enquanto as ferrovias formam um sistema fechado, através do qual as locomotivas e comboios só podem parar nas estações, os veículos que transitam na rodovia têm acesso quase ininterrupto ao longo de seu trajeto no espaço circundante. Bem por este motivo, as rodovias construídas na Amazônia, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, foram as piores alternativas de meios de transporte em termos ecológicos, de preservação da floresta e fauna. Porém, não são os motivos de ordem ambiental que movem a mola do mundo capitalista. E a indústria automobilística se tornou um símbolo e a mais importante do sistema capitalista, produzindo a mercadoria mais emblemática, que representa uma série de valores sociais desse sistema.

Todavia, a Estrada União e Indústria ainda não se encaixava no moderno sistema rodoviário da Era do Petróleo, pois vinha de uma época anterior, nem a estrada de macadames tinha derivados de petróleo nem os veículos eram impulsionados por motores a explosão, mas sim por tração animal. Sendo assim, ela teria poucas chances de concorrer com a ferrovia, mais rápida e com maior capacidade de carga. Para se ter uma idéia dessa comparação, a velocidade média das diligências puxadas por mulas que percorriam a velha Estrada União e Indústria não ultrapassava 20 km/h, enquanto as locomotivas a vapor da época chegavam a 60 km/h, ou seja, três vezes mais rápidas.

O fotógrafo alemão Revert Henry Klumb⁹², foi um dos viajantes de diligência na Estrada União e Indústria, entre Juiz de Fora e Petrópolis. Em 1872 escreveu e publicou um guia de viagem sobre este trajeto denominado: “Doze Horas em Diligência: de Petrópolis a Juiz de Fora”, o primeiro do Brasil, sendo uma obra rara com poucos exemplares existentes, dois deles no Museu Imperial de Petrópolis. O explorador inglês Richard Burton⁹³ foi outro passageiro ilustre da Estrada União e Indústria, em sua viagem entre o Rio de Janeiro até

⁹² Revert Henry Klumb foi um pioneiro na técnica da fotografia estereoscópica, chegou ao Brasil em 1852 e foi professor de fotografia da princesa Isabel, tornando-se o fotógrafo da corte.

⁹³ Richard Francis Burton (1821-1890) foi um explorador inglês que realizou inúmeras viagens pelo mundo, inclusive no Brasil, da qual publicou: “Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho”, obra traduzida e republicada pelo Senado Federal.

Ouro Preto, e publicou a obra “Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho” em 1867. Consultando essas duas obras, o historiador Waldemar Corrêa STIEL⁹⁴, especializado no tema de transportes públicos do Brasil, elaborou uma descrição do trajeto Petrópolis a Juiz de Fora, segundo as impressões de Klumb e Burton (ver ANEXO II). Eram doze as paradas para troca de mulas das diligências e carruagens e para o descanso e refeição dos passageiros.

O percurso demorava doze horas, das seis da manhã às seis da tarde, e foi considerado grande avanço, comparando com o Caminho Novo, quando se demorava três dias de viagem entre as duas cidades. Acostumados como estamos com os modernos meios de transportes, é difícil avaliar como era penosa a epopéia de enfrentar o transporte terrestre antes das ferrovias e das rodovias modernas. Na verdade, pessoas de certa idade já evitavam viajar, tal o desgaste físico que as estradas empoeiradas e os solavancos das carroças causavam.

A bordo da diligência *celeridade* parecida com a *mazepa* (Figura 17), o fotógrafo do imperador pode registrar suas impressões das paisagens ao longo desse trajeto, através de texto, fotografias e gravuras. Algumas descrições são preciosas, pois são raros os documentos que apresentam as transformações que a paisagem sofreu nos Vales do Paraíba e do Paraíba, após o avanço da frente pioneira do café.

Segundo o relato de Klumb, compilado por Stiel, na sexta parada de Entre Rios, o fotógrafo observou as planícies do Paraíba “outrora de luxuriantes florestas” ocupadas pela cafeicultura. Também destaca as queimadas nos morros e a erosão causada pelas chuvas torrenciais. Critica o que chama de dois flagelos: grandes propriedades rurais e sistema agrícola herdado pelos aborígenes ou da América Central com utilização de escravos.

Percebe-se um pré-conceito nesse trecho de seu texto, até compreensível pela época no qual foi escrito, por um europeu, que considerava os povos não europeus primitivos e atrasados. A queimada no Brasil é uma tradição secular de preparo do terreno para um novo replantio. Os índios a praticavam (a coivara) numa outra realidade de ocupação territorial, em nada parecida com a da civilização, causando um impacto na natureza infimamente menor.

⁹⁴ STIEL, Waldemar Corrêa. **Ônibus: Uma História do Transporte Coletivo e do Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Editora ANTP, 2001.



Figura 17 - FAMOSA DILIGÊNCIA MAZEPPA, QUE PERCORRIA A VELHA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA ENTRE PETRÓPOLIS E JUIZ DE FORA, A BORDO DA QUAL O IMPERADOR D. PEDRO II INAUGUROU A ESTRADA EM 1861. (Acervo do Museu Rodoviário de Paraibuna)

Apesar da grande importância que a Estrada União e Indústria representou nas décadas de 1860-70, sua influência foi declinando quando a Estrada de Ferro D. Pedro II chegou na região seguindo um traçado quase paralelo ao da rodovia União e Indústria. O empresário Mariano Procópio, detentor da maior parte das ações da Companhia União e Indústria, tentou monopolizar o transporte pela rodovia, fato que retardou um pouco a chegada da ferrovia. Contudo, quando o mesmo conseguiu participar do capital acionário da ferrovia, não houve mais obstáculos a sua extensão por um ramal que ligaria o entroncamento de Entre Rios (Três Rios RJ) e o novo entroncamento que seria a cidade de Juiz de Fora, em 1875.

Nesta época Juiz de Fora já era o núcleo urbano mais importante da região, pois a classe burguesa estabelecida na cidade conseguiu capitalizar os recursos advindos da produção do café, investindo em mão de obra especializada (Colônia Alemã D. Pedro II, imigrantes chegaram em 1858) infra-estrutura de transporte (Estrada União e Indústria, inaugurada em 1861), energia elétrica (Usina de Marmelos, inaugurada em 1889, primeira da América do Sul). A este conjunto de iniciativas se junta o ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1875. Enfim, criaram as bases para a industrialização da cidade, fato que veio a se consolidar nas duas últimas décadas do século XIX, tornando Juiz de Fora a “Manchester Mineira”, uma das poucas cidades brasileiras na época cuja base econômica era industrial.

A ferrovia e seus inúmeros ramais construídos na região posteriormente beneficiaram em muito as exportações de café, o fluxo de mercadorias e passageiros entre a capital do país e a Zona da Mata. Segundo BLASENHEIN⁹⁵, em 1884, 60% da rede ferroviária mineira de 1006 km estavam na Zona da Mata que possuía apenas 5% do território da província. O autor destaca que antes da inauguração da Estrada União e Indústria em 1861, a viagem entre Juiz de Fora ao Rio de Janeiro demorava 4 dias. Com a estrada macadamizada esse tempo foi reduzido pela metade e com a ferrovia, em apenas 1 dia se fazia o trajeto.

⁹⁵ BLASENHEIM, Peter L. “As Ferrovias de Minas Gerais no Século XIX” (trad.), **Journal Office: Institute of Latin American Studies**, n.26, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

4. O BAIRRO RURAL DO JOAZAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

4.1 Características do bairro Joazal

A Fazenda do Joazal estava estrategicamente localizada as margens do Caminho Novo, assim como a de Cedofeita, e serviram de base para a passagem de tropeiros de muares, o único meio de transporte da época do Ciclo do Ouro no século XVIII.

No século XIX, a partir de 1830 essas propriedades se dedicarão, como inúmeras outras da região, ao cultivo do café, juntando-se a frente pioneira dessa cultura na província. Porém, o café teve vida curta nessa primeira área de plantio na Zona da Mata, a conjugação de fatores como cultivo predatório, terreno acidentado e erosão do solo, transporte precário, vão fazer com que já nas últimas décadas do século, o Vale do Paraibuna pouco contribuía para a produção matense, que já tinha se deslocado para os Vales do rio Pompa e Muriaé, desenvolvendo cidades como Leopoldina, Cataguases e Muriaé.

As fazendas ao longo da União e Indústria passam por um período de decadência com esse deslocamento da marcha do café para o nordeste da região e também por causa do abandono em que a velha Estrada União e Indústria estará sujeira após a chegada da ferrovia em 1875, resultando na falência Companhia União e Indústria em 1879. Muito embora Cedofeita tenha uma estação própria na ferrovia (Figura 18), fato que criará um pequeno povoado em seu entorno, o certo é que transporte ferroviário chegou tarde, quando lavoura cafeeira no local já apresentava queda na produção.



© Jorge A. Ferreira Jr.

FIGURA 18 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CEDOFEITA DE 1875, DISTANTE APENAS 3 KM DO JOAZAL (Fonte: Panoramio, 2013)

O conde de Cedofeita foi o proprietário das Fazendas de Belmonte e do Joazal entre as décadas de 60 e 80 de século XIX e ainda gozou da bonança que o cultivo do café proporcionava. Henrique Coelho de Souza, o conde de Cedofeita, foi um dos homens mais ricos da região, foi ele que construiu a estação de Cedofeita, à suas próprias custas, para a Estrada de Ferro D. Pedro II. Recebeu o Imperador em suas visitas na região. Porém, o excesso de gastos do conde e seu descontrole nas finanças o fez ir à falência e perder as duas fazendas em 1889.

Nas primeiras décadas do século XX, as fazendas do Joazal e Cedofeita já começavam a substituir a envelhecida e pouco produtiva lavoura de café pela pastagem de gado leiteiro numa drástica mudança na paisagem rural. A pecuária leiteira vai dominar a região do Vale do Paraíba e, algumas décadas depois, será a predominante em toda a Zona da Mata Mineira. Para aproveitar a nova atividade rural, grandes Laticínios são instalados na cidade de Juiz de Fora como o Cândido Tostes em 1935 e a Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL) na década de 40.

O meio rural, de certo modo, foi esvaziado com a introdução da pecuária leiteira, pois o contingente de mão de obra é muito menor do que aquele exigido por uma cultura agrícola tradicional como a do café. A esse fato se junta o próprio êxodo rural já mais acentuado em meados do século XX, com o maior desenvolvimento das cidades e o processo de urbanização cada vez mais intenso no Brasil e, em particular, na Região Sudeste.

Foi grande a transformação da paisagem rural nesse período no Vale do Paraíba. Para um viajante da antiga Estrada União e Indústria, a bordo da diligência Mazeppa, entre as décadas de 60/70 do século XIX, tudo o que se via eram os extensos cafezais dominando a paisagem das sinuosas vertentes das colinas e morros que caracterizam a região. Passados pouco mais de 30 anos, já no início do século XX, a área plantada de café começa a se reduzir consideravelmente. Portanto, o mesmo viajante, 30 anos depois, agora pela ferrovia, no trajeto de Juiz de Fora até Entre Rios, ao longo do curso do Paraíba, vislumbraria uma paisagem composta por morros e colinas seminuas, cobertas com campinas baixas, habitado por centenas de milhares de bovinos leiteiros.



Figura 19 - UM DOS RAROS CAFEZAIS REMANESCENTES NA FAZENDA BELMONTE EM MATIAS BARBOSA, NOTA-SE AO FUNDO AS PASTAGENS DO GADO LEITEIRO (Crédito da Foto: Luis Fernando Castro Braga, 1990)

Na Fazenda Joazal, a história não foi diferente, Pedro Policarpo e seus descendentes administram a fazenda seguindo a tendência regional pela introdução de pecuária leiteira. Mas, ao contrário do café, o leite é um produto voltado para o mercado interno, sujeito as oscilações do mercado regional e cotado na moeda nacional. Aos produtores, sempre coube uma remuneração mínima nesse processo e, muitas das antigas fazendas de café que trocaram suas lavouras para a pecuária leiteira, encontraram dificuldades financeiras para manter a produção devido aos altos custos e baixo retorno. Por volta da década de quarenta do século passado, o resto do casario da Fazenda do Joazal é demolido e as terras que margeiam o rio Paraibuna são loteadas. Distribuídas sem um projeto prévio de infra-estrutura, sem água tratada ou esgoto, as granjas ocuparam a faixa pertencente, em parte, à mata ciliar. Nascia assim, o bairro do Joazal de hoje.

O bairro do Joazal é uma pequena aglomeração de casas residenciais, localizada às margens do Rio Paraibuna e paralela à Estrada União-Indústria, na divisa entre os municípios de Matias Barbosa e Juiz de Fora. Lugar pequeno, de poucas *granjas* como o povo da região chama as propriedades rurais de fim de semana. São poucos os moradores fixos do Joazal, alguns descendentes de antigos sitiantes da região, ainda do tempo do café.



FIGURA 20 - FOTO DA PLACA COLOCADA NA ENTRADA DA ESTRADA DO JOAZAL, COMO INDICAÇÃO PARA QUEM ESTÁ NA UNIÃO-INDÚSTRIA INDICANDO ELA FAZER PARTE DO CAMINHO DO OURO (Acervo: próprio, 2006)

A Estrada do Joazal tem um traçado de 3 km quase em paralelo às encostas da margem esquerda do Rio Paraibuna, com alguns cortes acentuados, até com afloramentos rochosos, sendo que em outro corte mais acima na encosta, passam os trilhos da ferrovia. Do outro lado do rio, na margem direita, está a moderna Rodovia União e Indústria, agora asfaltada. A paisagem ainda é dominada, em sua maior extensão, pelas pastagens não poupando nem os cumes dos morros. Também se percebe a introdução de silvicultura de eucaliptos em algumas encostas da região. Outro plantio que se destaca é de bananeiras, embora de forma incipiente e pontual. A Figura 24 apresenta uma imagem de satélite na qual pode se entender melhor a ocupação humana e o uso do solo nessa localidade.

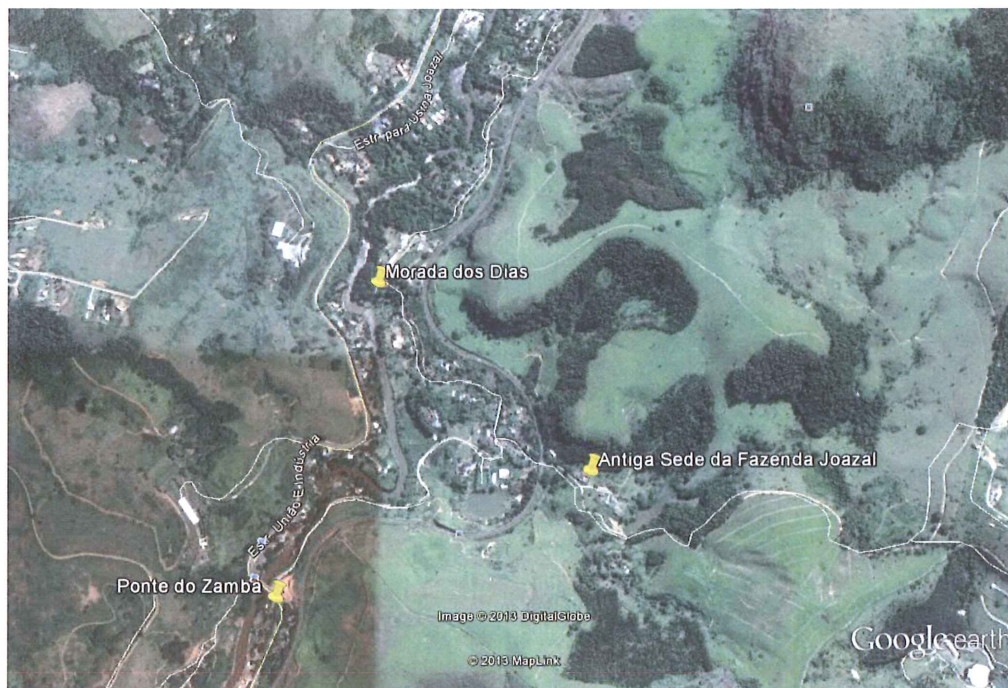


Figura 21 - IMAGEM DE SATÉLITE MOSTRANDO O BAIRRO DO JOAZAL COM ALGUNS PONTOS REFERENCIAIS (Fonte: GoogleEarth, 2013)

A Figura acima mostra um panorama aéreo, onde se percebe tratar de uma região tipicamente rural, com baixa densidade demográfica e dominada pela atividade pecuarista de leite. A histórica Ponte do Zamba está assinalada, bem como a antiga sede da Fazenda do Joazal e a Morada dos Dias, onde a autora desta dissertação residiu durante 12 anos. Como é típico do Vale do Paraíba, ainda existem manchas residuais de mata, nas vertentes mais íngremes e nas nascentes de água.

O fenômeno do neo-ruralismo se aplica perfeitamente a maioria da população do Joazal, incluindo os descendentes de Policarpo - último proprietário da fazenda do Joazal. Com exceção de poucos sitiantes tradicionais da região, os atuais granjeiros são pessoas que não têm vínculo com a vida rural. Esses granjeiros aspiram ao meio rural como forma de resgate dos valores ancestrais de gerações passadas, pois muitos deles descendem de camponeses e sitiantes, que há aproximadamente cinquenta anos, compunham a maioria da população da região do vale do Paraíba. Nessa paisagem rural não se observam nenhuma atividade agrícola, apenas se destacando a pecuária bovina, no que restou das terras da Fazenda do Joazal. Os granjeiros neo-ruralistas do Joazal não estão interessados em produzir gêneros agrícolas de nenhum tipo. Para eles, basta o contato com uma natureza devastada e a ideia de que ali, naquela paisagem, eles se encontram mais próximos de um modo de vida passado que remonta aos seus ancestrais. Nesse sentido, é veemente o fenômeno do escapismo (TUAN) neste caso, associado à fuga da urbanidade.

4.2 O NEO-RURALISMO NO BAIRRO DO JOAZAL

O bairro do Joazal está localizado na zona rural, nos limites municipais entre Matias Barbosa e Juiz de Fora. A maior parte do bairro está à margem esquerda do Paraibuna por onde passa a estrada do Joazal e pertence ao município de Matias Barbosa. Neste trecho está atualmente a maioria das propriedades somando 33 e no trecho da margem direita, no município de Juiz de Fora, estão 10 propriedades como pode ser constatado na Figura 24.

Como mostra o Quadro 7, as propriedades do Joazal em 2000, chegavam ao número total de 33 segundo a Associação de Moradores do Bairro, sendo que a divisão era quase equânime entre os moradores fixos, eventuais com caseiros e eventuais sem caseiros. Depois de 13 anos se constatou uma leve diminuição nos dois primeiros tipos de moradores e um grande aumento nas propriedades de final de semana sem caseiros. Este fenômeno se deve à construção de novas granjas, muitas delas oriundas de desmembramento de lotes. Essas granjas são de reduzido porte, praticamente um pouco maior que um lote urbano, entre 500 a 1000m², que atendem um tipo de neo-ruralismo eventual (final de semana, feriados e férias), que procura apenas mais espaço para desenvolver suas atividades de recreação nos finais de semana, sendo que muitos deles moram em apartamentos, contando com equipamentos como piscina, churrasqueira, etc.

QUADRO 7
MORADORES FIXOS E EVENTUAIS DO GRANJEAMENTO DO JOAZAL

ANO	FREQUÊNCIA DOS MORADORES EM PROPRIEDADES		
	Propriedades com Moradores Fixos	Propriedades de Final de Semana com Caseiros	Propriedades de Final de Semana sem Caseiros
2000	10	12	11
2013	08	10	25

Fonte: Associação dos Moradores do Joazal, 2013.

No princípio deste trabalho foi considerado classificar o bairro do Joazal como um fenômeno do Novo Rural no Brasil, aquele tão bem descrito e preconizado por Graziano da Silva e discutido nos capítulos anteriores. O novo rural é caracterizado principalmente pela

modernização do campo, tanto na produção dos produtos agrícolas e pecuários quanto na penetração do modo de vida urbano, este sempre considerado como o moderno em contraste com o rural atrasado e arcaico. Porém quando nos aprofundamos mais sobre os fenômenos da interface rural-urbana nos deparamos com o **neo-ruralismo**, este ainda pouco estudado por geógrafos, estando mais no domínio da Sociologia Rural. Então, se constatou que o que de fato aconteceu e ainda acontece no Joazal nas últimas décadas, e por extensão em outras partes do Vale do Paraíba e até da Zona da Mata Mineira, não é o fenômeno do “novo rural”, este muito mais comum nas zonas de expansão da fronteira agrícola no oeste do Estado de Minas Gerais e do centro oeste brasileiro.

O fenômeno que na verdade está em questão nesta comunidade estudada é o que a Sociologia Rural chama de “novo ruralismo” ou “neo-ruralismo”, um movimento relativamente novo, próprio de regiões já urbanizadas há mais tempo onde ocorre um movimento de volta ao campo ainda em pequena escala, nem sempre motivado por imperativos econômicos ou para desenvolver atividades produtivas tipicamente rurais.

Segundo CARNEIRO⁹⁶, o fenômeno do “novo rural” se contrapõe de certo modo às tendências mais atuais da Sociologia Rural, pois defende a posição de que está ocorrendo um processo de “continuum” na interface rural/urbana, onde o modo de vida urbano se impõe no campo, deixando este último de apresentar características marcantes e diferenciadas. Este questionamento do que estaria acontecendo no meio rural moderno domina o debate daqueles que se dedicam ao estudo das relações rural-urbano.

A clássica diferença apontada entre o rural e o urbano era o tipo de atividade produtiva de um e de outro. A atividade agrícola era apontada como típica do meio rural, só possível de ser desenvolvida nos amplos espaços providos de solos férteis das áreas rurais. Nesse sentido, tanto a Sociologia Rural como a Geografia Agrária, se especializaram no estudo do desenvolvimento rural calcado em suas atividades econômicas produtivas. Como o foco principal era o econômico, os pesquisadores dialéticos marxistas encontraram um campo fértil para seus estudos e dominaram essa área de abordagem nas últimas décadas do século XX.

Em um país como o Brasil, considerado uma potência agrícola, onde o processo de modernização foi dos mais intensos já registrados, causando uma mudança na própria demografia, com o forte êxodo rural, não é de se estranhar que o imperativo econômico tenha sido mola propulsora de todo este fenômeno. Mas, o fenômeno do neo-ruralismo, como já

⁹⁶ CARNEIRO, Maria J. Do “Rural” como Categoria de Pensamento e como Categoria Analítica. In: CARNEIRO, Maria J. **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

salientado anteriormente, não tem a questão econômica como o único e por vezes nem sequer o principal fator impulsionador.

Para Carneiro, existem três correntes de pensamento que tentam explicar a dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas. A primeira defende a idéia do fim do principal ator social do meio rural – o camponês. Seria o próprio fim do mundo rural em seu aspecto clássico. Com a brusca diminuição da população rural, com a implantação no campo do modelo produtivista, e como consequência a adoção pelo campo do padrão de vida urbano. A urbanização chegaria ao campo de modo a descaracterizar um meio social que por milênios manteve sua essência e suas peculiaridades.

A segunda corrente sustenta que as diferenças entre rural e urbano ainda vão persistir por longo período. Dentro dessa dualidade campo-cidade estaria se desenvolvendo novas formas de “ruralidades”. A autora destaca o argumento do geógrafo francês Bernard Kayser que reconhece o fenômeno que ele chama de “renascimento rural” que negaria o fim do mundo rural e mesmo da dualidade campo-cidade. Segundo estudos de Kayser, no meio rural europeu já se nota mudança no ritmo do êxodo rural, que estaria dando espaço para um movimento de retorno da população urbana para o campo.

Esse renascimento rural na Europa ocorre em um cenário bem diverso do Brasil, pois lá há uma política de proteção aos pequenos agricultores, com elevados subsídios governamentais. Então, o neo-ruralismo no continente europeu ocidental, ainda coloca o trabalho agrícola como o principal fator de coesão e manutenção dos agricultores tradicionais e da atração de uma população urbana que retorna ao campo.

Cabe acrescentar que a idéia de natureza como objeto de contemplação na Europa, muito mais do que no Brasil, passa por sua domesticação e estilização através do trabalho agrícola. Acrescente-se que é nessa produção de paisagens idílicas e “ecologicamente corretas” – que serão consumidas por segmentos da população de origem urbana (turistas e neorrurais) – que se reconhece um dos aspectos da multifuncionalidade da agricultura, tema atual das políticas públicas de alguns países da Europa que visam ampliar e diversificar o público beneficiário das subvenções oficiais. (CARNEIRO, 2012:26)

A terceira corrente de pensamento argumenta sobre o fim da dicotomia rural-urbana para se caracterizar essas realidades sociais bastante particulares. Carneiro ressalta que esses estudos realizados na sociedade italiana revelam que não haveria uma relação direta entre agricultura e dispersão da população. O tratamento do fenômeno rural e urbano seria através e

uma base espacial, da economia local ou regional, sem perder a capacidade de delimitar a heterogeneidade sociocultural do rural e do urbano.

Os neo-ruralistas não podem ser considerados como um grupo homogêneo, muito pelo contrário, neles há toda a diversidade dos grupos sociais e culturais da modernidade, e mesmo de pertencerem às mais variadas classes sociais de renda. Em um estudo sobre duas localidades no município de Nova Friburgo RJ, CARNEIRO e TEIXEIRA⁹⁷ destacam a existência de três tipos de moradores neo-ruralistas. O primeiro seria constituído pelos “**extrativistas**” que seria aquele que se limita a usufruir da recreação que encontram na localidade e em seu entorno. Este tipo não cria relações de proximidade com os nativos, ou seja, os moradores tradicionais, formando um grupo fechado no tocante a sua sociabilidade com a comunidade local. Este tipo descrito pelos autores estaria muito próximo daqueles moradores novatos do Joazal, que compraram pequenos lotes e construíram granjas apenas para recreação de final de semana. Em geral é constituído por pessoas recém elevadas à classe média, sem uma escolaridade elevada, com baixa ou nenhuma consciência ecológica. Como já destacado, muitas granjas construídas nos últimos 10 anos no Joazal, em sua própria constituição física, já expressam esses princípios. Nelas, não existe espaço disponível para o plantio sequer de um pomar e horta ou mesmo para a criação de animais de abate. Todo o espaço da propriedade está reservado à recreação de final de semana, com a casa, piscina e quadras esportivas e mini campo de futebol. A volta ao campo para um maior contato com a natureza e a procura de uma paisagem campestre parece não ser o ideal desse tipo de neo-rurais já que suas propriedades não reservam espaço para o verde, os jardins são diminutos ou até inexistentes.

Um segundo tipo, segundo Carneiro e Teixeira, seria formado pelos “**comerciantes**”, levados pela motivação econômica. São eles proprietários de bares, restaurantes, pousadas, lojas, etc. Esses “novos ruralistas” têm maior vínculo com o lugar, empregando moradores nativos (descendentes dos antigos sitiantes) e estão sempre interessados sobre tudo o que se afeta a comunidade porque seus negócios ali estão instalados. No Joazal, esse tipo de neo-ruralismo é muito reduzido, pois existem apenas dois pequenos estabelecimentos comerciais próximos à ponte do Zamba, às margens da Rodovia União e Indústria, formados por dois bares que funcionam também como uma pequena venda, com alguns produtos mais procurados pela população local.

⁹⁷ CARNEIRO, Maria J. e TEIXEIRA, Vanessa L. “De Terra de Plantação à Terra de Lazer” In: CARNEIRO, Maria J. **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

O terceiro tipo apresentado por Carneiro e Teixeira, seria constituído pelos “ambientalistas”. Esse tipo é formado por neo-rurais oriundos da cidade que procuram o campo para satisfazerem seus ideais de maior contato com a natureza e de resgatar valores da vida rural deixados por seus antepassados. Em geral, estão insatisfeitos e saturados pelo desgaste e opressão do cotidiano da vida cidadina. Portanto, têm um maior envolvimento com a vida da comunidade tanto nos aspectos ecológicos quanto de sociabilidade estimulando eventos sociais e culturais. Para os autores, esses novos moradores do meio rural procuram reunir aspectos da vida local com valores urbanos, produzindo uma “reterritorialização”, introduzindo no local novos hábitos, novas maneiras de morar e de produzir, estimulando a preservação das matas residuais remanescentes e tentando evitar a tradicional queimada (coivara) dos campos, matas, lixo e demais materiais orgânicos como as folhas secas.

No Joazal, também se pode identificar esse tipo “ambientalista” indicado pelos autores citados. No entanto, perfazem a minoria dos proprietários e preferem os lotes maiores não subdivididos, entre 5 a 15 hectares, para possibilitar a preservação da mata, principalmente da mata ciliar, as margens do rio Paraibuna. Esta pesquisadora que elaborou a presente dissertação e alguns de seus vizinhos se encaixaria nesta categoria de moradores, que efetivamente deixaram as comodidades da vida na cidade em troca de uma vida mais próxima da natureza e cultivar valores há muito esquecidos pelos cidadãos. Além da proximidade com a natureza, esse neo-ruralista quer voltar a pertencer a uma comunidade, quer romper com a impessoalidade e anonimato da vida urbana.

Os neo-ruralistas “ambientalistas” o Joazal compõem uma minoria dos moradores, não mais do que meia dúzia de proprietários, movidos pelos apelos bucólicos e naturalistas que o campo em questão poderia oferecer. Porém este, já muito degradado, não corresponde totalmente ao paraíso perdido, ao romantismo de uma volta à natureza. Em verdade existe até um choque do modo de ser e agir dos “ambientalistas” e os nativos (moradores tradicionais) e os outros neo-ruralistas quando o assunto é preservação do ambiente local, de suas matas e águas superficiais. Como se observa na Figuras 29 e 34, a prática da queima, para o lixo e resíduos secos da folhagem natural que cai, é muito comum na localidade. Também é comum recorrer à vegetação nativa para se obter lenha para os fogões e churrasqueiras. O bairro dispõe de coleta semanal de lixo orgânico, mas é freqüente se juntar todo o lixo orgânico e inorgânico e queimá-los a céu aberto. A técnica de utilizar o lixo orgânico para composto de adubo natural é pouco utilizada até pelos neo-ruralistas ambientalistas, pois exige mão-de-obra com certo grau de conhecimento e um laborioso e demorado processo de produção. Outra prática antiecológica de boa parte dos moradores é jogar o lixo nas águas já poluídas do

rio Paraibuna, além de dejetos dos esgotos domésticos e até sanitários dos banheiros. O projeto de despoluição do rio Paraibuna da Prefeitura de Juiz de Fora vem se arrastando há mais de 20 anos, mas que agora parece em vias de execução.

Sobre este tema do desmatamento, Carneiro e Teixeira⁹⁸ destacam que apesar do modelo latifundista brasileiro ser o principal responsável pelo desmatamento histórico ocorrido no país, é nos pequenos agricultores que o Estado exerce sua opressão e punição por transgredir as normas estabelecidas por seus organismos de proteção ambiental. Enquanto crimes ecológicos colossais como a destruição de grande parte do ecossistema dos cerrados são praticados por grandes empresas de *agrobusiness*, com incentivo e subvenção do Estado, pequenos sítiantes e granjeiros são rigorosamente punidos pelo IBAMA por desmatar um capoeirão que cresceu depois que uma roça foi abandonada, ou por desmatar um pequeno trecho de mata secundária para prover de lenha sua residência. São paradoxos tão comuns num país onde impera a impunidade para os detentores do grande capital, ao lado de um Estado implacável nas penas da lei para o cidadão de pequenas posses, que procura sobreviver ao seu modo num ambiente social injusto e agressivo remanescente de um passado colonial que resiste em desaparecer.

Parece interessante observar que em pequenas comunidades rurais da atualidade é possível observar grupos sociais tão diferenciados, apresentando uma heterogeneidade pouco comum no passado de um país que foi essencialmente rural por mais de 400 anos. Durante séculos o rural brasileiro foi muito bem definido em suas características: o nordeste escravagista açucareiro, o sertão nordestino pecuarista, a Amazônia extrativista e assim por diante. Mas, no desenrolar do século XX, as transformações foram drásticas, o país deixa paulatinamente sua condição de economia essencialmente agrária e os setores secundário e terciário passam a ocupar a maior parte da população economicamente ativa (PEA). Nesse ínterim uma questão se coloca: ainda existe espaço para o rural tradicional em uma sociedade urbanizada, onde agora muitos habitantes do campo são os neo-ruralistas, ou seja, urbanos retornados ao meio rural?

Na obra de Darcy Ribeiro⁹⁹, o tipo humano “caipira” foi o habitante rural tradicional por séculos da “Paulistânia”, área que compreendia os atuais Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná. Esta foi também a região onde se desenrolou as Entradas e Bandeiras no século XVII e o Ciclo do Ouro e do

⁹⁸ Ibid, p. 79

⁹⁹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Café, respectivamente nos séculos XVIII, XIX e XX. Darcy Ribeiro destaca esse homem rural brasileiro como oriundo da miscigenação do europeu luso, muito pouco numeroso, e a grande maioria que era a população indígena. Existe o mito de João Ramalho, o náufrago português que teria chegado a São Vicente em 1513 e casado com a índia Bartira que era filha do cacique Tibiriçá e desposado tantas outras deixando inúmeros descendentes mamelucos. Esses mamelucos paulistas mais tarde seriam os desbravadores dos sertões da Paulistânia, fundando muitos povoados, principalmente na região das Minas Gerais na procura do ouro e pedras preciosas. A população desses pequenos povoados não estava inserida no projeto colonial português, viviam de uma agricultura de subsistência – a roça, e da criação de poucos animais para o abate e leite. O caipira vivia à margem dos grandes ciclos econômicos que assolaram a região, sendo até vítima deles pela desapropriação de suas terras para o plantio do café por grandes proprietários. Nos dizeres de Antonio Cândido¹⁰⁰, a industrialização do sudeste brasileiro decretou o começo do fim desse tradicional homem rural brasileiro e São Paulo, por ironia da história onde tudo tinha começado se tornara uma região “destruidora de caipiras” com uma avassaladora urbanização e processo de êxodo rural.

Na região das Minas Gerais se conservou mais a cultura caipira, mas na Zona da Mata e, em especial, pelo Vale do Paraíba, a primeira região a ser ocupada pela cultura do café no Estado e também a primeira a sofrer as conseqüências de seu declínio já no final do século XI, já constituía uma região atingida há mais de um século pelo êxodo rural e conseqüente esvaziamento do campo, os camponeses tradicionais foram diminuindo em seu número e presença no meio rural. Para MOREIRA¹⁰¹ a visão do campo tradicional, pré-industrial, na América Latina, não pode ser confundida com o processo que ocorreu na Europa nos séculos XVIII e XIX, aonde o processo industrializante desenvolvido pela classe burguesa avançou sobre o espaço rural a procura de mão de obra camponesa e matérias primas. O rural brasileiro até final do século XIX era essencialmente ocupado por uma mão de obra escrava e não camponesa como no caso da Europa. Segundo o autor, a definição de Heidegger sobre o campo pré-capitalista europeu “a paisagem orgânica do campo pré-capitalista” e a sociedade dos vilarejos camponeses não se aplicariam no espaço latino americano. No caso específico do Brasil, o autor propõe a expressão da “paisagem orgânica de um campo selvagem incivilizado” e dos “vilarejos do interior oligárquico”, que melhor traduziriam o que se

¹⁰⁰ Antonio Cândido é um sociólogo brasileiro, autor da célebre obra “Os parceiros do Rio Bonito” onde apresenta o caipira paulista e as transformações de seu meio ao longo do tempo.

¹⁰¹ MOREIRA, Roberto J. “Ruralidades e Globalizações: ensaiando uma interpretação” In: MOREIRA, Roberto J. (org.) **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2005.

processou no rural brasileiro ao longo da colonização portuguesa e com fontes conseqüências até a atualidade.

No estudo de Carneiro e Teixeira, sobre duas comunidades rurais de Nova Friburgo RJ, é destacado o caráter turístico da região o que eleva o potencial dos neo-rurais “comerciantes” estabelecerem seus empreendimentos, principalmente de pousadas e de todo o comércio de apoio aos turistas. Os autores até salientam que as demandas dos visitantes podem alterar até as tradições locais, de seu modo de vida agrário, para se transformar em “comunidades turísticas”, seguindo os ditames do mercado turístico, provendo esses visitantes dos produtos e da paisagem que pretendem encontrar no meio rural, desde as atividades de produção das mercadorias (queijo, doces, artesanatos) até na arquitetura que os turistas esperam encontrar numa área de imigração européia, sendo que as pousadas passam a refletir esses anseios.

No Joazal e mesmo nas proximidades praticamente inexistente um turismo rural. Apesar de a região possuir uma paisagem com algumas belezas naturais, com um relevo acidentado e algumas manchas de matas residuais secundárias, esta atividade econômica não foi descoberta pelos habitantes das localidades do entorno da estrada União e Indústria entre Juiz de Fora e Matias Barbosa. Somente um pouco mais a frente, descendo o rio, nas proximidades do antigo Registro Régio do Paraibuna, é que encontramos alguns Hotéis Fazenda, freqüentados pelos habitantes das cidades próximas e do Rio de Janeiro.

O apelo turístico das áreas rurais no Brasil é um fenômeno relativamente novo, bem de acordo com um país que se urbanizou recentemente em termos históricos. Os novos habitantes das cidades repudiavam a paisagem rural como sinônimo do atraso e do arcaico, de uma etapa vencida por seus antepassados. A valorização do mundo rural só começou na Europa no século XIX, quando a Revolução Industrial deixou o ambiente das cidades tão insalubre e opressor que a visão nostálgica do campo começou a ganhar corpo. Os pintores paisagistas foram os primeiros a perceberem que no campo as pessoas eram mais livres, mais senhoras de seu lazer e de seu tempo. Na modernidade nem sempre é o campo tradicional e autêntico que o turista desavisado visita, pois existe hoje toda uma grande empresa do turismo rural, que por vezes cria pastiches, imitações do que a demanda do mercado turístico anseia. A cerca deste tema RODRIGUES¹⁰² ressalta que a indústria do turismo tem manipulado também a imagem da ruralidade para satisfazer demandas de mercado:

¹⁰² RODRIGUES, Camila G. de O. “O Turismo e a Reconstrução do Espaço Rural” In: CARNEIRO, Maria J. (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

O “rural” se traduz em imagens estereotipadas, divulgadas pelas operadoras de turismo para atrair turistas. Por outro lado, essas mesmas imagens são também manipuladas como parte de uma estratégia local, tendo em vista resultados econômicos. (...) Para alguns autores, essa nostalgia pelo rústico e o apego à tradição são encarados como uma espécie de segurança, um ponto de referência e até um refúgio diante do caráter dinâmico e superficial das sociedades contemporâneas. (RODRIGUES, 2012, p. 229)

Apesar do bairro do Joazal e suas vizinhanças não serem áreas típicas do turismo rural, as motivações dos moradores de finais de semana para procurarem o campo são muito próximas dos turistas que seriam visitantes eventuais. A diferença é que o neo-rural não morador fixo quer um maior envolvimento com o meio rural e de tudo o que ele proporciona, muitas vezes ele praticou o turismo rural como uma primeira etapa de aproximação e depois decidiu adquirir uma propriedade no campo.

O bairro do Joazal possui uma comunidade bastante reduzida de habitantes e ainda menor se consideramos apenas os moradores fixos. Como se nota no Quadro 8 o número de jovens entre os moradores fixos e principalmente caseiros é reduzido, talvez devido ao fato de famílias com maior número de filhos terem dificuldades nos transportes dos mesmos para as escolas mais próximas em Cedofeita e Matias Barbosa, havendo então uma preferência em contratar caseiros com menor número de filhos. O perfil demográfico dos moradores de finais de semana e férias não foge padrão ao brasileiro que vem desenvolvendo uma significativa queda na taxa de fecundidade feminina, principalmente na classe média, apresentando famílias com menor número de filhos.

QUADRO 8
TIPOS DE MORADORES DO JOAZAL E SUAS RESPECTIVAS FAIXAS ETÁRIAS

Faixas Etárias	Moradores Fixos	Caseiros	Moradores de finais de semana e férias
Jovens 0 - 19	13	12	48
Adultos 20 - 59	9	19	53
Idosos + 60	4	3	22
Total	26	34	123

Fonte: Associação dos Moradores do Joazal, 2013. Elaboração: Elizandra Ferreira Dias.

Segundo informações coletadas junto à Associação de Moradores do Bairro, os principais problemas apontados pelos moradores fixos são a escassez de água potável na estiagem e o isolamento do bairro causado por sua própria condição de estar na zona rural,

fato que deixa os moradores, principalmente os moradores fixos que, aliás, apresenta menor nível de renda, dependentes de veículos motorizados ou do coletivo que trafega de hora em hora pelo ponto de parada próximo à ponte do Zamba. Como inexistente um comércio estabelecido, apenas dois bares de pequeno porte, os moradores dependem do comércio mais próximo de Matias Barbosa distante 7 km.

Embora a população regular do bairro não ultrapasse 200 indivíduos, esta cifra pode aumentar nos finais de semana com a frequência de convidados dos granjeiros o que traz uma sobrecarga na utilização das fontes de água do bairro que ficam exíguas na estiagem de inverno. Além disso, esses visitantes ocasionais não têm maior vínculo com o lugar, são cidadãos que por vezes alugam ou emprestam as granjas dos neo-rurais de final de semana, principalmente dos “extrativistas”, fazendo festas com o som no último volume e transitando na estrada do Joazal em seus carros a alta velocidade colocando em risco a vida dos moradores do bairro.

Um fato interessante é que as tradições rurais, a cultura caipira, são lembradas até pelos neo-rurais “extrativistas”, quando colocam no aparelho de som dos carros ou das casas, músicas sertanejas de raiz e também o sertanejo moderno. Outros ritmos urbanos também são ouvidos como o samba, o funk carioca e internacional. Mas, as músicas sertanejas predominam, parece que os neo-rurais, sejam eles de qualquer tipo, relacionam o meio rural com as músicas sertanejas, existe dentro deles uma necessidade de um reencontro com seu passado, com a cultura de seus ancestrais, a lembrança da própria infância e do tipo de música que os pais e os avôs escutavam.

Outra tradição cultuada no Joazal, como em todo o Brasil rural, são as festas juninas que agora se estendem até julho – “festas julinas”, para aproveitar as férias escolares. As festas e folguedos folclóricos que expressaram a ruralismo brasileiro ao longo dos séculos da formação de nossa nacionalidade recebem um novo tratamento nesses tempos no qual a espetacularização da cultura e do cotidiano também se converteram em uma mercadoria de consumo. A respeito deste assunto, Froehlich¹⁰³ estudou duas localidades rurais no Rio Grande do Sul, próximas de Santa Maria, e constatou que as tradições rurais encontram agora uma nova forma de propagação para também satisfazer uma demanda do mercado do turismo rural. O autor revela que as manifestações culturais do campo antes ligadas à religiosidade, seja cristã européia ou da cultura indígena e afro-brasileira, agora extrapolam seus princípios

¹⁰³ FROEHLICH, José Marcos. “Identidades e Tradições Reinventadas: O Rural como Tema e Cenário”. In: CARNEIRO, Maria J. **Ruralidades Contemporâneas: Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

de origem e mesmo o espaço aonde foram criadas sendo oferecidas a um público ávido para eventos que nem sempre se mantêm fieis às suas tradições.

O mundo rural, ao se tornar suporte de um imaginário e de práticas de realocação na atualidade, torna-se substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas referenciadas em territórios delimitados. Essa construção se dá por meio de entrelaçamentos peculiares entre os meios físicos, atividades econômicas e vida social, e se apóia no poder motivacional da história e da tradição, resgatadas ou reinventadas segundo os propósitos do presente. (FROEHLICH, 2012:222)

No Joazal não se encontra descendentes de uma colônia étnica (italiana, alemã) com raízes rurais, como no caso dessas estudadas por Froehlich. Mas as manifestações da cultura rural brasileira em geral, desde a festa dos santos católicos, até de certos mitos e lendas rurais como das assombrações e vultos do padre que morreu na antiga capela da Fazenda do Joazal, que aparece na estrada no meio da noite, expressam todas aquelas crenças que povoam e enriquecem o folclore brasileiro e que tiveram no meio rural sua fonte de inspiração e desenvolvimento. Quem já morou no sítio, na roça, cercado pela escuridão da noite, pelos ruídos dos bichos da mata, sabe que este ambiente atávico, inspira a perplexidade humana, da supremacia dos elementos naturais, da volta a sua condição subserviente à natureza, que em nada lembra o ambiente artificial e previsível da cidade.

No Joazal é comum que um proprietário neo-rural realize uma grande festa junina na qual convida vários outros proprietários que trazem mais amigos da cidade, reunindo mais de cem pessoas no evento. Não se trata de uma tradicional festa caipira junina, os participantes são neo-rurais ou citadinos convidados que querem usufruir do exotismo da cultura rural, de sua festa mais tradicional e seus comes e bebes. O espaço rural de hoje, com exceção dos rincões mais afastados, não é mais aquele distante da cidade, com habitantes próprios de totalmente diferenciados dos citadinos.

Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural, no qual há diferentes modos de se afiliar ou se identificar com um território (seja através da produção, do emprego, do patrimônio, da residência secundária, do lazer, do turismo...) Essa ausência de identificação quase imutável de um grupo com um espaço conforma o chamado fenômeno da “desterritorialização” ou “deslocalização”. (FROEHLICH, 2012:203)

Falar de ruralidade e cultura rural numa região quase totalmente urbanizada como é a circunvizinhança do Joazal, não deixa de ser um desafio porque a urbanização desta área

remonta a decadência da cultura do café, que foi precoce na região provocando um esvaziamento do campo que vem se caracterizando desde o início do século XX. Entretanto, aspectos fundamentais da ruralidade brasileira ainda subsistem na localidade estudada e em suas vizinhanças.

Voltando ao perfil dos habitantes do Joazal, quanto à sua ocupação profissional, o Quadro 9 nos mostra um panorama bastante definido. Os moradores fixos e os caseiros logicamente estão na classe de menor renda, desempenhando funções de trabalhos braçais muito necessárias para a manutenção das propriedades dos neo-rurais. Chama a atenção o fato de que alguns jovens já não estarem na condição de estudante o que pode ser indicativo de uma evasão escolar no ensino médio de estudantes da área rural. Quanto aos moradores de finais de semana e férias, observa-se que os estudantes extravasam a faixa etária dos jovens o que denota a existência de universitários nessa classe de poder aquisitivo mais elevado. Outro dado que chama atenção é o elevado número de neo-rurais classificados como funcionários públicos, quando se sabe que a maioria deles é de Juiz de Fora, uma cidade que tem grande parte de sua classe média formada por esse tipo de profissional.

QUADRO 9
OCUPAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO JOAZAL

OCUPAÇÃO	Moradores Fixos	Caseiros	Moradores de Final de Semana e Férias
Estudante	10	9	57
Serviços Gerais (Pedreiro, Bombeiro, Jardineiro, etc)	9	10	-
Empregada Doméstica	7	15	-
Profissional Liberal	-	-	23
Empresários	-	-	6
Funcionário Público (Civil e Militar)	-	-	37
TOTAL	26	34	123

Fonte: Associação dos Moradores do Joazal, 2013. (Elaboração: Elizandra Ferreira Dias)

O bairro rural do Joazal constitui hoje um território dominado pelo neo-ruralismo são poucos os moradores fixos, os granjeiros tradicionais, e mais raro ainda os descendentes dos antigos camponeses que trabalharam na Fazenda do Joazal e de Belmonte. Na verdade os

únicos descendentes do último proprietário da Fazenda do Joazal, Pedro Policarpo, ainda moram no Joazal, em uma residência peculiar em forma de castelinho (Figura 22) cercado por um lago, muito próxima do local onde se localizava a antiga sede da fazenda, a Casa Grande. Entre os outros moradores fixos, ainda existem algumas famílias que têm parentesco com os antigos empregados da fazenda do Joazal e outras Fazendas das vizinhanças



FIGURA 22 – RESIDÊNCIA DOS DESCENDENTES DE PEDRO POLICARPO, O ÚLTIMO PROPRIETÁRIO DA FAZENDA DO JOAZAL
(Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)

Então, se pode dizer que entre os poucos remanescentes do tempo em que a Fazenda estava íntegra, até a década de 1940, que ainda vivem no Joazal, são os descendentes do último dono. Os camponeses da época do café há muito já tinham abandonado o local, com fim da lavoura no início do século XX. Os poucos camponeses que restaram para tocar a pecuária de leite também se retiraram com o desmembramento das terras da fazenda para loteamento de granjas e a conseqüente demolição do casario que abrigava os empregados da fazenda, como também da própria sede. Mas, em algumas poucas granjas ainda se encontra parentes dos antigos colonos da região.

4.3 A PAISAGEM E SEUS OS PERSONAGENS – O JOAZAL NA VOZ DOS SEUS MORADORES

“Assim como nos ensinam as mais laicas das ciências, é o outro, é o seu olhar, que nos define e nos forma.” (Umberto Eco)

Alguns dos sujeitos qualificantes desta pesquisa são pessoas que têm longa história no local, outros, como eu, chegaram relativamente há pouco tempo. Em comum, possuem uma visão da natureza baseada nos ideais reducionistas que vigoraram com maior intensidade nas décadas de 60 e 70 - mas que se encontram presentes até hoje – na qual, a natureza é fonte infindável de recursos, obstáculo a ser vencido. Isso não significa afirmar que esses mesmos sujeitos não tenham tomado conhecimento das novas correntes de pensamento que apontam para a necessidade de um “novo olhar” sobre a relação homem-natureza, do homem rural e do homem urbano.

Dentro do espectro da fenomenologia¹⁰⁴, da procura de abstrair dos sujeitos a sua visão de mundo, de como eles consideram e atribuem valor aos objetos, relações e o meio que os envolvem, nesta parte da pesquisa de campo foi utilizada a técnica de investigação qualitativa da entrevista informal não estruturada com a finalidade de melhor interagir com os sujeitos, deixando-os mais à vontade para exprimir sua vivência no bairro do Joazal. Apenas alguns pontos fundamentais deveriam ser abordados e estimulados na conversa, como o nível de relação com os vizinhos, com o ambiente natural do lugar e de sua atuação como membro participativo da comunidade.

Foram selecionadas informantes-chaves para a pesquisa, são homens e mulheres entre os 33 e 68 anos que residem ou passam boa parte do tempo no local (moradores fixos e de finais de semana), que em algum momento de sua vivência, preocuparam-se com o bairro, envolvendo-se no esforço por melhoramentos em sua infra-estrutura, buscando desse modo uma melhor qualidade de vida. Ser um morador participante na comunidade foi um dos critérios na escolha dos sujeitos qualificantes desta Investigação Qualitativa.

¹⁰⁴ HOLANDA, Adriano. “Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica”, *Análise Psicológica*, (2006), 3 (XXIV): 363-372.

As entrevistas giraram ao redor de temas que guardam uma estreita relação à paisagem do Joazal, com sua história de vida no local e de como eles se relacionam com aquele ambiente. As questões também guardam relação - como não poderia deixar de ser - com o tempo presente, suas dificuldades e problemas sócio-ambientais, tais como a água e seu sistema de abastecimento, o meio ambiente local, o lixo, a estrada e o rio. Temas tão presentes cotidianamente quanto a relação com outros vizinhos.

Não formulamos especificamente uma série de questionamentos, nem ensaiamos um jogral de perguntas e respostas com nossos entrevistados, mas participamos de um diálogo, de uma troca de idéias, baseada em uma firme triangulação que teve como vértices: a Paisagem e Ambiente - que construída e experienciada diferentemente por cada um traz, em seu cerne, a consciência e a atitude ambiental - os conflitos ambientais vivenciados no bairro - que envolvem a água, sua qualidade e principalmente a distribuição, como já mencionado - e por último, o Joazal - enquanto espaço de identidades territoriais e disputas ambientais entre os moradores.

Utilizamos algumas fotografias como estímulo em determinado ponto da conversa, fotos que evidenciam a degradação ambiental presenciada no Joazal sem, contudo, deixar claro que se tratava do bairro. Esse dado só era posteriormente revelado. As respostas se enquadravam, quase sempre, no conhecido “lugar comum”, com a indignação e o reducionismo apresentando-se nesses momentos. Mas houve, também, os que emitiram respostas sinceras com uma naturalidade espantosa, como a do sujeito que, após observar uma foto onde apareciam inúmeras sacolas de lixo que estavam jogadas à beira do rio, ele exclamou:

“Ahhh! Isso aí é normal sabe?! Depois o rio sobe, leva tudo e depois dá conta de regenerar tudo isso aí que tá mostrado na foto. Eu mesmo joga lixo aí nesse local há anos. A natureza suporta muito mais do que a gente imagina.”

Em contrapartida, outras pessoas surpreenderam pelas respostas dadas, pela consciência ambiental demonstrada e pela ação enquanto disseminadores do bom comportamento ambiental. Um dos entrevistados, homem muito acostumado às lides da terra, contou que, certo dia, seu patrão determinara o corte de pouco mais de uma dúzia de antigas jabuticabeiras, localizadas ao longo da cerca de sua propriedade. A granja já havia tido a cerca arrebitada em diversos pontos, graças ação dos *interessados* nos frutos das árvores. Ele contou que o patrão, já muito aborrecido com aquela situação, determinara o corte das

frutíferas por acreditar que aquela fosse a única maneira de resolver o problema com economia e agilidade.

“Levei um bom tempo pra *convencê o homi* de que isso... de *botá as árvore* no chão era uma ignorância! Um absurdo! Em nome de *economizá* o que pra ele era uma mixaria, somente quando eu falei, que só depois de *vinte ano* que uma árvore dessa dava pela *primera vez* é que o danado *si* convenceu! Eu lembrei a ele que aquelas lá *tinha* com certeza mais de 120 anos. A gente sabe pela grossura dos troncos e pela firmeza dos *gaio* delas. Perguntei pra ele, se ele não se *alembrava* de já ter ficado horas embaixo delas saboreando as jabuticabas e que talvez um dia, os futuros filhos dele poderiam fazer isso também. Que uma extensão de muro, bem feito, bem apumado... até que ficava bonito ali, ao longo daquele pedaço e sugeri que as duas últimas arvores, que ficava assim... mais distante fossem deixadas do lado de fora. Porque assim, o povo parava de invadi, de *arrebentá* cerca e de tirar o sossego dele. Ele concordou em *doá* aquelas duas e em *salvá* as outras. Eu me senti feliz com aquilo sabe? De saber que aquilo não haveria de *se* eu a *botasse* aquelas *lindezas* pro chão.”

Nesse relato, temos a clara demonstração de que esta pessoa simples sem escolaridade compreende-se enquanto parte da natureza, e não à parte dela, que se preocupa que é capaz de reconhecer o imediatismo e a ignorância ambiental dos demais moradores alertando-os sobre sua própria falta de visão e bom senso.

Dos seis entrevistados, quatro são homens e o restante, mulheres. Em comum, o engajamento, em maior ou menor grau, na luta dos moradores por melhores condições ambientais e a crença de que é possível o diálogo e a coexistência na diferença. Esses sujeitos foram selecionados como informantes chaves por sua ação participativa na comunidade e seu engajamento na luta por resolver os principais problemas do bairro. As entrevistas foram realizadas nas granjas dessas pessoas, espontânea e gratuitamente, e suas reais identidades foram preservadas nesta pesquisa. Os nomes que utilizamos ao longo dessa narrativa são fictícios e servem ao propósito de preservar os sujeitos qualificantes.

A primeira de nossas entrevistadas é uma mulher, negra, mãe, natural de Matias, na faixa de 55 anos e que há muito tempo reside no Joazal. Ritinha nasceu em uma das fazendas de Matias, *trabalhadeira*, já prestou serviços de cozinheira e arrumadeira para inúmeras granjas do bairro. Conhece bem a realidade de quem mora ali por imposição do trabalho. Sua casa, antiga propriedade da prefeitura, foi dada a ela através de um dos Programas de Habitação do Município. Atualmente, Ritinha trabalha no Rio e vem ao Joazal apenas dois fins de semana por mês; sua atuação como líder comunitária nem por isso esmoreceu e vem de longe. O único equipamento urbano do bairro – um telefone público - foi conseguido graças a seu esforço, muitos anos atrás. Mesmo longe, mantém-se informada do

que ocorre no bairro, dois de seus filhos continuam residindo na casa, assim como um de seus sobrinhos que mora e trabalha em uma das granjas do bairro.

Ritinha preocupa-se com a iluminação da estrada e com a segurança, contou que o Joazal, até há poucos anos, possuía muito poucas casas, que muitas pessoas terminaram por cortar os juás, árvores que dão nome ao local. Considera o bairro um lugar atrasado, sem bons salários ou oportunidades, embora expresse que se identifica com o lugar e confessa que, até certo ponto, luta por ele.

A outra representante feminina é Maria Clara, proprietária de um terreno agraciado geograficamente pelo sistema fluvial – onde nos meses de cheia há a formação natural de uma pequena queda d’água – sua granja possui ainda, uma fonte e um poço semi-artesiano. A água, oriunda do encanamento principal não encontra obstáculos em seu caminho até a *granja* de Maria Clara, ao contrário do que acontece em outros pontos da rede onde, uma série de fatores como: aclives, curvas, redução na medida do encanamento, dificuldades de manutenção, etc... – podem ser sentidos, levando até mesmo, à interrupção no fornecimento durante longos períodos. Lá, a água é farta durante todo o ano, a hidrografia da região parece beneficiar especificamente uma área. De todo modo, foi em Maria Clara que percebi pela primeira vez que a questão da água era também uma questão política, uma questão de classe. Quando perguntada sobre a disputa judicial que envolvia dois de seus vizinhos mais próximos, ela disse:

“Eles (*os dois Vizinhos*) estão errados. O que acontece ali é que o encanamento precisa subir muito de um para o outro, se têm pouca água no cano, ela não sobe, não chega lá! O Jaime acusa o Leonel de sacanear, de não *deixá* a água vir. Eu acho que às vezes, ele sacaneia. Sacaneia porque não põe bóia na caixa. Sabe que a vazão ta pouca, mas põe água na grama o dia todo. No chiqueiro dele é água o dia inteiro correndo à toa. Ele faz isso porque lá (*na granja do Jaime*) só mora o seu Manoel (*caseiro*), que é empregado e passa o aperto durante a semana para economizar água pro patrão quando ele chega no fim de semana. Agora que Jaime ta vivendo aí, ele tá se dando conta mas, ao invés de conversar ele foi bater boca com a mulher do Leonel e aí é o que todo mundo já sabe, a briga parou na justiça.”

Maria é ativa dentro Joazal, um pouco “esquentada” também formula justificativas quando outros vizinhos a acusam de manipular o sistema de abastecimento de água. Diz não ter culpa pela falta d’água sofrida por dois vizinhos próximos. Após sua granja, apenas duas outras existem, acabando assim, a Estrada do Joazal. O atrito entre vizinhos nesse pedaço do bairro tem dificultado o entendimento sobre a questão do sistema de abastecimento de água.

Outro sujeito qualificante é João Eusébio que após trabalhar grande parte da vida para os descendentes de Pedro Policarpo de Almeida, recebeu um pequeno pedaço de terra – no Joazal – onde construiu uma casa simples e vive atualmente com a mulher e as filhas. Muito falante, seu João Eusébio trabalha incansavelmente pela associação local, diz que se diverte, ocupando seu tempo de aposentado com “algo útil”. Contou que, antigamente, há cerca de vinte e cinco anos atrás, na época das chuvas, a água jorrava com abundância ao longo de quase toda a estrada do Joazal, advinda das terras da Fazenda, à montante. Disse também, que a Fazenda tinha uma produção diversificada e era muito bem cuidada, ao contrário dos dias atuais, nos quais ela apenas serve para engorda de gado e fornecimento de toras de eucalipto. Gosta muito do lugar e torna evidente, através de sua fala, que tanto sua identidade territorial quanto sua consciência social se encontram conjugadas ao Joazal e a Matias Barbosa.

Em um espaço ocupado por duas classes sociais distintas como já mencionado – proprietários de finais de semana pertencentes à classe média e proprietários moradores fixos que em sua maioria são pessoas com renda mais baixa – os perfis desses sujeitos diferem dos demais, porque eles apresentam um padrão diferenciado na configuração social apresentada no Joazal, pois são moradores tradicionais que não estariam classificados como neo-rurais. É claro que alguns outros proprietários e moradores fixos são neo-rurais, vindos da cidade. Nos últimos anos, muitas pessoas têm vindo morar no Joazal, ao invés de só utilizá-lo aos fins de semana. Mas em grande parte das granjas, somente os caseiros vivem.

Em uma das famílias do bairro, ambos, pai e filho são funcionários em uma granja e, arrendatários em outras duas. Mesmo não sendo proprietários legais - pelo contrato que possuem - são responsáveis pela terra, vivem há muito tempo no Joazal e sofrem constantemente com o problema da falta d'água.

Homens com pouca educação formal, que passaram grande parte da vida vivendo em fazendas de gado na Zona da Mata Mineira, acostumados às lides da terra, com um modo marcadamente rural de viver. Josué e seu filho Joel transitam até certo ponto pelas duas esferas sociais presentes no Joazal, os proprietários fixos e ocasionais e os caseiros. O filho - jardineiro habilidoso - sabedor de certos conhecimentos tradicionais é um homem que parece brincar com a natureza. Certa vez, me convidou para conhecer sua casa. Lá, como que por brincadeira de menino, um monte de pequenos chuchus crescia dentro de garrafinhas e lâmpadas, compondo um emaranhado bonito de se ver, alguns chuchus assumiam assim, a forma das lâmpadas. O pai acha que o Joazal nunca mudará, olha com desconfiança para as

teorias catastróficas acerca do aquecimento global e do fim da vida sobre a Terra. Pratica a queima após roçar o pasto e afirma que essa prática não é nada se comparada com as grandes queimas das refinarias de petróleo.

De todos os entrevistados Seu Arlindo é o mais intrigante, portador de uma lógica ambiental a meu ver, dicotômica, justifica suas respostas e seu comportamento ambiental de forma perplexa. Vive uma parte da semana no Joazal e outra, em Juiz de Fora. Lá, com certeza, segue as regras do sistema de coleta municipal, já aqui, opta por seu próprio sistema de descarte, à revelia dos dias, locais e horários estabelecidos no bairro. É comum vê-lo em sua caminhada matinal carregando uma sacola de supermercado cheia de lixo do dia anterior; também é comum vê-lo descartar tal *encomenda* nos barrancos às margens do rio, ao longo da estrada. Estranhamente, uma lógica que respalda e justifica tal comportamento sócio-ambiental estrutura-se dentro do esquema conceitual que seu Arlindo possui de natureza, meio ambiente e a paisagem que o cerca. Tal lógica, oriunda de uma educação marcadamente tradicional – onde a natureza constituía-se em fonte inesgotável de recursos – deixou-lhe marcas profundas demais, muito bem enraizadas e que compõem o emaranhado lógico de sua subjetividade. Os sujeitos qualificantes aqui apresentados, quase em sua totalidade, apresentam o que denominamos de *racionalidade subvertida*. Subvertida pelo individualismo, pela falta de percepção ambiental e paisagística minimamente crítica e, até certo ponto, pela falta de *autonomia intelectual* necessária ao enfrentamento e busca por respostas e soluções.

Em um artigo onde ressaltam a importância da autonomia intelectual para o exercício da cidadania, Baeta e Castro¹⁰⁵ exemplarmente descrevem o que seria o pré-requisito necessário para uma leitura crítica e consciente do mundo em que se vive:

“Ao repetirem, de forma heterônoma, frases como “*não sou político*” ou ainda “*não me interessa pela política*”, os sujeitos demonstram, a princípio, não terem alcançado níveis de autonomia intelectual que permitam compreender as relações de interdependência entre as diferentes instâncias sociais e econômicas, as políticas públicas prevalecentes e as conseqüências dessas inter-relações na qualidade de vida.” (Baeta e Castro, 2005:104).

Obviamente, não tencionamos aqui, analisar se os sujeitos qualificantes desta pesquisa são capazes de compreender tamanha complexidade. O que tencionamos como

¹⁰⁵ BAETA, Anna M. B. e CASTRO, Ronaldo S. de. **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

anteriormente proposto é analisar os sujeitos presentes no Joazal, suas práticas sociais – que os orientam em sua vivência – procurando estabelecer quem é e o que faz esse sujeito diante de situações cotidianas que requerem sua atenção ou atitude, para, então, apontar qual o tipo de configuração sócio-ambiental apresenta-se dentro desse universo territorialmente materializado.

4.4 OS PROBLEMAS E CONFLITOS NO BAIRRO JOAZAL

“Cada comunidade compreende uma realidade única, possuindo significados diferentes e vivências ímpares. Não se trata aqui de caracterizá-la como um lócus fictício, teórico e/ou irreal, mas sim, de situar a comunidade enquanto um lugar onde pessoas crescem juntas se relacionam, se confraternizam. Comunidade é o lugar onde as pessoas vivem, ganham seu sustento, formam suas famílias, adquirem conhecimento e produzem cultura, aí está sua riqueza.” (Carvalho, 2006:119)¹⁰⁶

É em um Joazal, destituído de sua histórica identidade rural, parcelado e habitado que, em 2001 – eu e meu companheiro – iniciávamos nossa própria estória de relações e afetividades com este lugar que me pareceu à primeira vista, intrigante. Primeiramente, por suas feições caracteristicamente rurais, depois, por sua proximidade com Juiz de Fora. Para mim, acostumada ao tráfego demorado e as longas distâncias de uma metrópole como o Rio de Janeiro, chegar rapidamente a um local portador de uma característica tão marcadamente rural ainda era algo que me surpreendia

Estrada pequena, com aproximadamente quatro quilômetros de extensão, abrigava vinte e sete glebas de terra e contava com pouca infra-estrutura. As edificações, quase todas as casas de fim-de-semana com telhado colonial, evidenciam o bom investimento feito por seus donos. Embora muitos terrenos sejam bem arborizados, ao longo da estrada, poucas árvores oferecem sombra. Muitas glebas de terra ainda se encontram vazias ao longo da Estrada do Joazal, sem serem capinadas ou até mesmo cercadas. Poucas árvores em sua estreita estrada principal, de chão batido. A poeira e o capim tomando conta de um caminho que oferece aos visitantes bicas d’água ao longo do percurso ao mesmo tempo em que torna árida sua caminhada.

¹⁰⁶ CARVALHO, Isabel C. M. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos.** São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, Série registros, 1991.

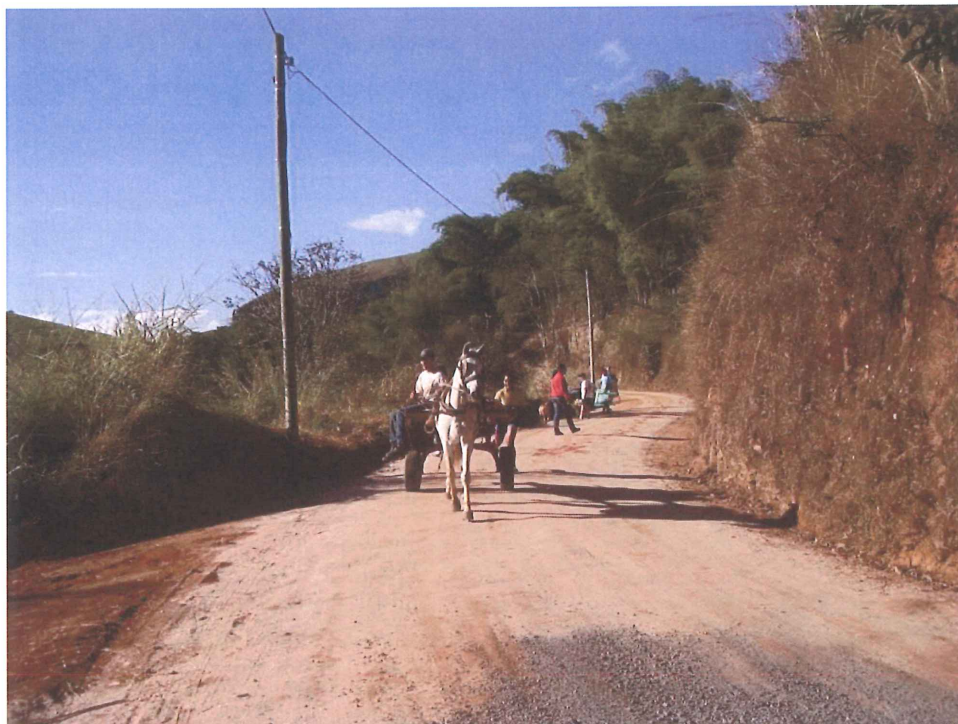


FIGURA 23 - NO JOAZAL, MODERNOS E ANTIGOS MEIOS DE TRANSPORTE CONVIVEM EM UM MESMO LUGAR, ONDE A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL PARECE SUSPENSA. EM UM ESPAÇO QUE APRESENTA TANTO CARACTERÍSTICAS URBANAS, QUANTO RURAIS. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2009)

Resolvemos ficar e à medida que nos instalava, eu percebia que grande parte dos conflitos que ali ocorriam - entre vizinhos - eram conflitos de cunho ambiental. Para a Ecologia Política - aquela que trata do meio ambiente a partir de uma visão que considera também, as externalidades e processos que agem na relação dos seres animais e vegetais com o meio ambiente no qual vivem e se desenvolvem - o conflito deve ser considerado ambiental quando:

“... são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio em que se desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004:27)¹⁰⁷

A água e seu sistema de distribuição foram à primeira fonte de conflitos que identifiquei. A precariedade na coleta e as deficiências na distribuição são motivos de conflitos constantes. Diversas fontes d'água, oriundas da parte superior da encosta, e localizada na Fazenda do Joazal, abastecem as granjas. Todas essas fontes possuem sistemas deficitários de distribuição. Na época da seca, durante as estações de outono e inverno, suas

¹⁰⁷ ACSELRAD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”, *Estudos Avançados*, v.24, n.68, 2010.

vazões diminuem drasticamente e, na temporada das chuvas – primavera e verão - o excesso de barro e folhas entope a antiga tubulação, impedindo o fluir da água, principalmente, para as granjas mais distantes da fonte. Plantações de eucalipto e gado de corte cercam as fontes da Fazenda que correm a céu aberto até desembocarem dentro das caixas.

Já os problemas ambientais são de outra natureza ainda segundo Acselrad, o problema ambiental caracteriza-se por não despertar uma reação por parte dos atores envolvidos. O lixo era e ainda é outro problema, em parte porque muitos moradores o descartam erroneamente, muitas vezes jogando-o no rio, nos fundos das granjas ou nos terrenos vazios e mal cuidados. O descarte de resíduos sanitários também é problema. Grande parte dos moradores joga seu esgoto diretamente no rio, práticas comuns, que não parecem incomodar aqueles que dela lançam mão. Outras granjas possuem fossa, porém, em caso de extravasamento, a dificuldade é esvaziá-la, já que os proprietários só possuem duas opções: ou despejam seu conteúdo no rio ou pagam pelos serviços de retirada dos resíduos por um caminhão fossa, ambas as atitudes são praticamente equivalentes, uma vez que o caminhão descarta seu conteúdo no rio Paraíba, ali mesmo, no Joazal.

Alguns sujeitos dessa pesquisa, quando perguntados se achavam que havia algum conflito ambiental respondiam negativamente, para, logo em seguida, colocar a questão da água.

“Se têm conflito ambiental aqui no bairro? Não, acho que não! Aqui é tudo muito natural sabe? Só o rio, mas ele já vem poluído lá da cidade, então... Tem conflito é entre os vizinhos por causa da rede (*a rede de distribuição de água*), vez por outra a água para de cair aí você já viu né? Fica um falando do outro, já tem gente que não está mais se falando, fica um clima ruim.”

Outro sujeito, Seu Arlindo curiosamente também negou a existência de conflitos ambientais no bairro e, logo depois, defendeu-se das acusações que vem sofrendo.

“Conflito ambiental? Aqui no Joazal? (ri, achando a pergunta engraçada). Não eu acho que não. Que conflito poderíamos nós termos aqui? Uma terra boa, muito pé de fruta... horta... Coisas que aqui, todos podem ter. Como é que pode ter conflito ambiental em um lugar calmo feito o Joazal? Tem é muito disse-me-disse! A gente bota bóia, mas os vizinhos ficam aí dizendo que a água não vai, soltando indireta. Eu não tenho culpa se daqui a água não passa, pouca vazão e pra lá é subida.”

Seu Eusébio, em sua entrevista, também tocou espontaneamente na questão da água, ressaltando mais uma vez a questão da configuração proprietários/empregados. Disse que o certo a se fazer seria a colocação de um novo sistema de coleta, com uma caixa maior e um sistema de abastecimento que se beneficiasse do relevo da estrada ao invés de tê-lo como um obstáculo. Mas ao final, deixou escapar que essa decisão caberia aos proprietários e que talvez, muitos ali não apoiassem tal idéia.

Uma similaridade de respostas se repetiu em diversas falas dos sujeitos qualificantes. Tais declarações, relativas a um questionamento sobre o abastecimento de água sempre deixavam transparecer o quanto àquelas pessoas não assumiam sua participação ou atitude em relação ao conflito. Uma ciranda de acusações recíprocas fazia parte das justificativas quando as pessoas eram perguntadas do porque da falta d'água dos demais vizinhos. Tal mecanismo de defesa sempre funcionava. Menções ao tempo de vida da tubulação, aos aclives e declives do terreno... sempre eram utilizadas. Uma das entrevistadas chegou a dizer que nada poderia fazer pelos vizinhos, como que para justificar-se do fato de que, em sua granja, uma bica d'água de meia polegada jorra ininterruptamente. Suas palavras, deixam claro sua auto-justificativa:

“Aqui, na natureza, assim... sabe? Na roça! É normal a água escorrer. É assim mesmo. Eu deixo aberto sabe? Nasce lá em cima e da caixa d'água passa pelo galinheiro e depois escorre para o rio. O Constantino (o empregado) já sabe que aqui pode deixar a água a vontade.” (Maria Clara, proprietária)

Em outro momento, ela mesma toca no assunto da falta d'água, evidenciando mais uma vez, a preocupação em justificar-se:

“Essa água, aqui dessa fonte que abastece parte do Joazal, ela não dá pra todo mundo não. Só na época das chuvas então, colocar ou não bóia na caixa é irrelevante porque aqui tem água demais, o problema é mais lá pra baixo.”

Chamou minha atenção como as pessoas, em um universo territorial tão restrito, lidam com os problemas comunitários - principalmente com os ambientais - de modo tão individualista, pois, muitas decisões particulares são realizadas, principalmente em relação à água. É comum que nessa questão os proprietários peçam ajuda a seus funcionários ou a pessoas que residem cotidianamente no Joazal. Muitas vezes, entupindo o encanamento ou, monopolizando a água.

Folheando o Livro de Atas da associação de moradores, descobri reuniões datadas da década de oitenta, nas quais o problema de abastecimento da água já era citado e os

moradores discutiam providências junto à prefeitura, sem nunca conseguir êxito em suas reivindicações acerca da água. Como pode ser verificado abaixo, na transcrição de uma ata:

“...Logo de início, vários dos proprietários manifestaram seu desejo de de fazer uso da palavra sobre o tema do abastecimento da água. O Sr. José Alves Dias expôs em toda a sua extensão o problema do abastecimento da água e a intensidade com que o afligia. A Sr^a. Deusiana Maria dos Santos ponderou que havia grande possibilidade de solução tanto para o problema da água quanto para o da estrada, considerando-se o exemplo da bem sucedida colocação dos postes da CEMIG, de cujos os esforços ela participara. Havendo o proprietário Guilherme Junqueira abordado a necessidade de providências comuns e resultantes da boa vontade e da cooperação de todos os granjeiros, recomendou-se a verificação das bóias ou sua instalação e substituição, como fosse o caso, providência que talvez trouxesse o problema da água a metade de suas proporções.” Reunião dos co-proprietários das granjas Joazal, realizada na data de 24 de outubro de 1985, às dezenove horas e trinta minutos, realizada na Associação Cultural de Matias Barbosa

O Joazal sempre foi um lugar onde a municipalidade nunca normatizou em favor do território e do bem comum. Prova disso, é o fato do local nunca ter tido infra-estrutura básica. Por outro lado, as atitudes dos moradores resultam, em grande parte das vezes apenas, em benefício particular. Como no caso da moradora, que colocou uma tubulação à parte em uma das caixas d'água do bairro, alegando que a declividade do terreno dificultava a chegada da água em sua propriedade, sem se importar se essa atitude deveria ou não ser compartilhada por outros vizinhos. Ou do morador que, ao retirar o excesso de sujeira encontrado no encanamento que ia para sua casa, providenciou para que esse mesmo obstáculo continuasse dentro do encanamento que seguia para seu vizinho simplesmente porque, uma vez entupido o sistema de abastecimento, para as demais granjas, mais água sobraria para ele.

O enredo de conflitos e problemas ambientais entre vizinhos no Joazal é extenso e demonstra que somente a análise da estrutura sócio-ambiental do bairro pode contribuir para que a consciência ecológica seja bem entendida neste contexto, levando os sujeitos aí envolvidos à superar seus conflitos e problemas.

4.5 A PAISAGEM RURAL COMO ATRATIVO PARA OS NEO-RURALISTAS

No início desta dissertação deixamos claro que a categoria de análise geográfica mais ajustada para nosso propósito era a paisagem, embora não nos furtamos em recorrer a outras categorias quando fossem necessárias. Quando nos propomos a analisar a interface rural/urbana, também selecionamos a abordagem humanista da Geografia como o foco principal de nossas interpelações sobre o fenômeno estudado, o neo-ruralismo. Como este fenômeno foi desencadeado por questões eminentemente culturais e sociais, mais do que as questões econômicas, consideramos que a corrente humanista com influência da filosofia fenomenológica e os vários autores geógrafos e das ciências afins, que utilizam esse conceito, nos auxiliariam em nossa pesquisa como de fato ocorreu. Pensamos que o conceito da paisagem esteve presente ao longo do trabalho, principalmente pelo fato de que o meio rural e o meio urbano não se restringem em modos de produção diferenciados, mas também e fundamentalmente no modo de ser, de agir e de pensar dos habitantes dessas duas paisagens. De certo que o homem rural tradicional é um gênero humano em extinção no Brasil, como disse Antonio Cândido, quando se referia ao caipira tradicional. Mas, os novos habitantes do meio rural, sejam eles os neo-rurais ou os agricultores modernizados pelo fenômeno chamado de “novo rural”, ainda continuam a constituir seres diferenciados dos habitantes das cidades.

A paisagem rural continua lá, modificada, modernizada, transformada pela ação econômica e cultural da sociedade contemporânea. É a paisagem e não o espaço econômico produzido ou o território delimitado, que mais exprime o rural e o urbano, no modo como o percebemos e os consideramos. A paisagem reúne, mais o que outro conceito, todos os elementos que impulsionam o fenômeno do neo-ruralismo. Os neo-rurais ambicionam, antes de tudo, fazer parte de uma paisagem, de compor um ambiente ancestral e, de algum modo, valorizar novamente os princípios e o *modus vivendi* de seus ancestrais. Eles não estão à procura, na maioria das vezes, de fazer parte de um processo econômico tipicamente rural. Os neo-rurais querem os aspectos humanísticos do campo, todos aqueles que estão conjugados na paisagem rural.

Mesmo em termos econômicos o campo tem mudado em suas características. André Pires¹⁰⁸ chama a atenção de que o espaço rural no Brasil já não está totalmente atrelado às atividades primárias. Os outros dois setores da econômica, antes típicos das cidades, também avançam em direção ao campo.

¹⁰⁸ PIRES, André. **Ruralidades em Transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

Com a crise do modelo produtivista, as áreas rurais passaram a ser vistas tanto como áreas de produção como também de consumo. Isso não significa que a diversificação das áreas rurais tenha surgido somente a partir da crise desse modelo, mas apenas que as atividades não agrícolas passaram a ter mais visibilidade e importância no terreno das políticas públicas. Sobre este aspecto, o fato das atividades primárias estarem mais presentes nas zonas rurais não significa que os outros dois setores – industrial e de serviço – estivessem ausentes desse espaço. Na interpretação radical de José Eli da Veiga (Veiga ET AL, 2001), a associação entre espaço rural e um setor da economia deve ser vista como uma ficção histórica. (PIRES, 2007: 31-32)

Antes a paisagem do campo não era sequer notada e muito menos admirada, pois representava o antigo, o ultrapassado e o arcaico. Somente os artistas, principalmente os pintores de paisagem, é que destacavam os aspectos bucólicos e a beleza da paisagem campestre, bem como os seus habitantes, os camponeses. Foram os pintores, como o holandês Bruegel (1530-1569) aqueles que melhor interpretaram o campo e sua gente em um mundo ainda totalmente dependente da economia rural, da produção de seus gêneros para sustentar a sociedade.

As paisagens de Brueghel falam do mundo humano na riqueza dos seus detalhes corográficos e topográficos: cidades, aldeias, castelos, rios, montanhas, florestas, campos cultivados, pássaros, mas também na diversidade dos modos de utilização do espaço terrestre pelo ser humano: rebanhos guardados por pastores, sementeiro no campo arado, navios de diferentes tamanhos, carroças puxadas por cavalos, camponeses, mercadores, soldados e peregrinos são distribuídos na sucessão rigorosa dos planos do panorama diante do qual o espectador está situado. (BESSE, 2006:31)

Segundo Besse¹⁰⁹, Bruegel sempre colocava o expectador de suas pinturas em posição privilegiada, com ampla visão sobre todos os temas abordados em sua paisagem. Com a visão em ponto sempre elevada do expectador da paisagem, Bruegel tentava compor um amplo campo cenográfico com todos os elementos estéticos perceptíveis aos olhos humanos. Em suas telas havia a preocupação em reproduzir a relação da sociedade e os elementos naturais. E o campo cultivado, aquele espaço que hoje denominamos como rural, era por excelência, um cenário ideal para se retratar essas relações. As cidades de sua época eram de reduzido porte, pouco maiores que aldeias, que em nada pareciam com as cidades da era urbano-industrial. Essas pequenas cidades eram envoltas pela atividade agrícola e pastoril, sendo os fatores que mais se destacavam na paisagem. A esses elementos o pintor dedicou especial atenção, dando as suas paisagens um movimento próprio, que deveria ser apreendido e compreendido pelo expectador.

¹⁰⁹ BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. (trad.) São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

Foram muitos os pintores que, a partir de Bruegel se dedicaram a retratar a paisagem terrestre em suas telas. As escolas paisagísticas da pintura foram se sucedendo, de acordo com o interesse artístico e social de cada fase do desenvolvimento da Europa Ocidental. Em todas essas paisagens retratadas pelos pintores das mais variadas épocas e tendências artísticas, ressaltam que o homem e sua sociedade eram os principais elementos de destaque a serem observados.

Para Bley¹¹⁰, nos trezentos anos que se seguiram após a Renascença, as escolas paisagísticas da pintura européia procuram uma paisagem ideal, com os elementos naturais modificados pela ação humana e em harmonia com o homem, como nas produções de Giorgione e Ticiano. Foi no início do século XIX, já em plena Revolução Industrial na Europa, que os paisagistas românticos voltam a se interessar pela natureza, ou pelos elementos que se consideravam natureza naquela época. E o meio rural, das atividades agrárias e pastoris, compunha esse elo entre o homem e a natureza, elo esse perdido com a urbanização provocada pela era industrial. O autor destaca Constable como o principal pintor de paisagens desta época, o pintor dos campos ingleses, dos elementos naturais que compõem a paisagem, da exaltação dos espaços amplos e dos horizontes largos em um tempo onde as cidades industriais começavam a oprimir seus habitantes com degradantes condições de vida.

Mas, se observarmos as paisagens de Bruegel até as de Constable, notaremos que os ditos elementos da natureza na verdade se tratam de paisagens humanizadas, pois o rural é uma falsa natureza, no sentido em que ele denota uma ação humana sobre o espaço, modificando drasticamente as condições naturais verdadeiras. O que vemos nas telas não são florestas primárias e sim campos cultivados, não são rios fluindo naturalmente e sim represados para movimentar rodas d'água. Todavia, no meio rural o homem se encontrava mais próximo da natureza, o maior contato que se poderia ter numa Europa já devastada em suas condições naturais primárias por milênios de civilização. E esta situação já presente naquele continente há séculos, é aquela que propagou mundo afora com o avanço da civilização urbano-industrial em todos os continentes.

Destarte, no neo-ruralismo da atualidade existe também a procura de uma natureza perdida pelo homem urbano, que vive distanciado de todos aqueles elementos retratados pelos pintores paisagistas. Os grandes exploradores dos séculos XVIII e XIX, os naturalistas como Humboldt e Darwin eram movidos não tanto pela busca da paisagem natural primitiva e mais pela descoberta e ampliação do conhecimento científico sobre a flora, a fauna e os elementos

¹¹⁰ BLEY, Lineu. "Geografia na Pintura da Paisagem", **Cadernos Paisagem Paisagens**, 3º Encontro Interdisciplinar Sobre o Estudo da Paisagem, Rio Claro, 11-13 de maio, 1998.

do meio físico que mantinham a vida na Terra. Nesse sentido se distingue o interesse do neo-ruralista com o do autêntico ecologista, este muito mais interessado no contato com uma natureza intocada, aquela que os naturalistas procuravam por motivações científicas.

O neo-ruralismo então não é a procura da primeira natureza, esse enfoque é mais comum em movimentos como o ecologismo e ambientalismo. Esses últimos não almejam as paisagens rurais ou o mundo rural, preferem as reservas e os parques ecológicos onde a natureza se mantém mais próxima de seu estado primitivo e original, sem a interferência humana.

Paulino¹¹¹ salienta para o fato que o próprio Imperador D. Pedro II tenha sido um neo-ruralista ou até certo ponto um ambientalista pioneiro. Foi atraído pelo ameno clima tropical de altitude, pelas extensas matas e paisagens belíssimas que o segundo imperador do Brasil fez nascer seu refúgio de verão fundando a cidade de Petrópolis. Quando em visita a fazenda do Padre Corrêa, na atual localidade de Corrêas, o imperador se encantou com o lugar, com suas matas e águas, e decidiu comprá-lo do primeiro proprietário José Vieira Afonso.

Segundo Paulino, a região serrana no Rio de Janeiro passou a atrair as classes mais abastadas durante o segundo império, desde que o monarca decidiu fazer de Petrópolis uma segunda capital durante os meses de verão, fugindo do tórrido calor da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, trata-se de uma paisagem ambicionada por aqueles que procuravam a paisagem natural ou a paisagem rural, como um refúgio da urbanidade já problemática da antiga capital.

A região serrana do estado do Rio de Janeiro vem despertando a curiosidade de pesquisadores de ciências sociais que se debruçam sobre as transformações do mundo rural. A questão da pluriatividade (Carneiro, 1998) e de novos agentes sociais tomados como neorrurais (Giuliani, 1990) já é foco de análises realizadas nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. (PAULINO, 2012:154)

Porém, nem sempre as motivações dos neo-ruralistas são satisfeitas tão completamente numa região provida tanto de atributos naturais como de atividades rurais não necessariamente agrícolas. Em muitas regiões brasileiras, a devastação foi impiedosa, não foi poupada uma formação vegetal natural sequer, como ocorre nos canaviais do oeste paulista e nos campos de soja do centro-oeste brasileiro. Não é para menos que nessas regiões não se verifica o fenômeno do neo-ruralismo. Dominadas que são por grandes latifúndios agrário-

¹¹¹ PAULINO, Stefano M. “A Serra como Paisagem” In: CARNEIRO, Maria J. (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas: Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

exportadores, ali não há espaço para uma volta ao campo, que o próprio inconsciente da população dessas “cidades novas” ainda rejeita qualquer aproximação com a sociedade agrária tradicional de seus antepassados.

A Zona da Mata Mineira e a região serrana do Rio de Janeiro, por fatores físicos e históricos, fruto também de sua própria decadência econômica, com suas paisagens apelativas e atrativas, se constituem atualmente em um terreno fértil para o desenvolvimento do neo-ruralismo. Para Lima¹¹², a ruralidade que era considerada como um fato sociológico, de uma população camponesa voltada para as atividades rurais, agora é encarada como fato físico, ambiental e até mesmo e principalmente paisagístico. O autor destaca que as interpretações antigas não desapareceram e que no meio acadêmico ainda persiste a interpretação do rural pelos aspectos demográficos e econômicos. No entanto, a definição não pode estar apenas atrelada ao que se produz nesse meio, mas também no que ele representa em seus valores sociológicos e históricos.

O que está na base da revalorização do rural é a crise urbana. Assim como na interpretação dos anos de 1950 que apontava para a inevitável urbanização do campo, na atual há o predomínio de uma visão funcionalista que busca enquadrar o rural, definindo-lhe um lugar na sociedade. A valorização atual do rural apontaria para uma nova representação da relação campo/cidade apoiada na inversão da hierarquia de valores e não em contradições sociais e econômicas. (LIMA, 2005:46)

Citando Placide Rambaud¹¹³, Lima ressalta que a grande particularidade entre o meio rural e o urbano reside em sua cultura – a cultura rural e a cultura urbana. A cultura urbana estaria massificada pela homogeneidade dos meios produtivos da modernidade globalizante. A cultura rural, que Rambaud chamada de “culturas aldeãs” estariam no contraponto dessa tendência, apresentando uma alternativa de diversidade social.

Nesse contexto de uma sociedade urbana pasteurizada pelo processo de globalização, na qual os hábitos e costumes tendem a se uniformizar, resta a alternativa de resgate da sociedade rural, que mesmo em vias de extinção ainda guarda personalidade própria apresentando-se como um contraponto à homogeneidade urbana.

¹¹² LIMA, Eli Napoleão de. “Novas Ruralidades, Novas Identidades. Onde?” In: MOREIRA, Roberto J. **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2005.

¹¹³ Placide Rambaud foi um sociólogo francês, autor de *Société Rurale et Urbanisation* (1969).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou atingir os objetivos propostos, dos quais podemos dissertar sobre eles neste momento. O primeiro foi explicitar a importância da paisagem como categoria de análise para a Geografia. A paisagem foi a principal forma pela qual esta ciência concebia o espaço geográfico, no período de sua estruturação com Humboldt e Ritter e depois com os trabalhos clássicos, principalmente da Geografia Francesa, notadamente por Vidal de La Blache e seus discípulos como Emmanuel de Martonne e Max. Sorre.

Ao longo da primeira metade do século XX, os estudos de cunho regional, da escola francesa e também da brasileira que foi muito influenciada pela primeira, sempre utilizaram a paisagem como um conceito primordial para se entender como os elementos do espaço geográfico estão distribuídos sobre a superfície terrestre, bem como suas modificações ao longo do tempo cronológico.

Este período clássico foi considerado e chamado de descritivo da Geografia, os elementos paisagísticos eram descritos com riqueza de detalhes, tanto os de natureza física quanto os de natureza humana. Porém, não havia a preocupação de integrá-los, de mostrar a inter-relação entre as duas classes de elementos, tanto assim que eles eram didaticamente ensinados de forma separada, tradição que se mantém até atualmente em muitas escolas da rede de ensino.

Foi Carl Ortwin Sauer (1889-1975), um geógrafo inovador em seu tempo, pioneiro na Geografia Cultural, em um período que dominavam os trabalhos tradicionais e descritivos, que fez a grande contribuição para que a paisagem recebesse um tratamento integral e não fragmentado como faziam os geógrafos clássicos. Sauer introduziu a teoria fenomenológica na Geografia e realizou vários trabalhos nos quais destacava a paisagem cultural. Uma de suas principais obras foi “Morfologia da Paisagem” na qual faz um grande tratado sobre a paisagem geográfica e suas características culturais e sociais, de como o homem está inserido neste meio e de como ele apreende o mundo que está em seu entorno.

Sauer teve inúmeros discípulos nos EUA e países da Europa, dos quais se destacaram David Lowenthal (“English Landscape Tastes”) que disseminou suas obras e ensinamentos nos EUA. Na chamada escola de Chicago, vários geógrafos, arquitetos e sociólogos também mostram interesse em utilizar o conceito de paisagem para explicar como a sociedade está organizada no espaço e, principalmente, como a própria população constrói a noção desse espaço circundante. Nesse viés, novamente a teoria humanista fenomenológica

empresta as bases teóricas necessárias para melhor vislumbrar esses temas tão importantes e por vezes tão negligenciados pelos trabalhos geográficos convencionais.

Alguns expoentes da Geografia Humanista-Cultural começam a despontar na década de 70, entre eles se destacam o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (“Paisagens do Medo”) e a norte-americana Anne Buttimer (*The Human Experience of Space and Place*), sendo que o primeiro terá grande influência na linha da “percepção do meio ambiente”, que no Brasil tem a figura da professora Livia de Oliveira como principal divulgadora de suas idéias. Esses geógrafos foram seguidos por outros pesquisadores com Edwar Relph (*Rational Landscapes and Humanistic Geography*) e os franceses Michel Collot (*Points de Vue sur la Perception des Paysages*) e Antoine Bailly (*La Perception de L'Espace Urbain*).

Depois de dissertarmos sobre como os geógrafos humanistas trabalharam com o conceito de paisagem na geografia, também demos um destaque para a Geografia Crítica, na qual, alguns de seus membros também reconsideraram esse conceito após certo esquecimento desde os tempos clássicos. Entre os expoentes brasileiros de destacam Milton Santos, Ruy Moreira e Roberto Lobato.

Uma vez descortinado o conceito que propusemos a trabalhar escolhemos um fenômeno eminentemente geográfico, que vem a ser a relações entre o espaço rural e o espaço urbano na atualidade e seu retrospecto histórico. Neste caso constatamos que existem poucos trabalhos sobre o tema da interface rural/urbana, da transição rural/urbana pelo viés geográfico mesmo em literatura estrangeira.

As obras são mais escassas ainda a certa a temática urbano/rural que selecionamos para aplicar no trabalho, a questão do **neo-ruralismo**. A Geografia Urbana e a Geografia Agrária parecem não se conectar, talvez por serem disciplinas geográficas tradicionais, com seus métodos e conceitos cristalizados. Portanto, quando nos propusemos a enveredar por essa temática percebemos que a visão dicotômica ainda prevalece na Geografia quando se pretende estudar o fenômeno rural/urbano. Felizmente encontramos alguns autores que nos auxiliaram nesta tarefa de abordar uma temática ainda pouco desenvolvida nos estudos geográficos.

Como área espacial de estudo, selecionamos a escala regional, Zona da Mata e Vale do Paraíba, e a escala local, o bairro do Joazal. Nesse estudo de caso, foi necessário realizar um retrospecto histórico das paisagens pretéritas e suas transformações, longo do tempo cronológico. Neste item, encontramos as dificuldades que todos aqueles que trabalham com documentos e fontes históricas encontram no Brasil, um país que não zela por seu passado. São poucas as fontes documentais, cartográficas e fotográficas dos séculos XVIII,

XIX e início do XX, período mais denso da pesquisa. Razões históricas da colonização também explicam esses motivos, a Coroa Portuguesa censurava todo tipo de informação cartográfica e documental do território, por exemplo.

Contudo, acreditamos que foi possível contribuir no estudo da questão rural/urbana, utilizando-se o conceito paisagem. Esperamos que os temas tão complexos como o espaço rural e o espaço urbano, possam chamar o interesse dos estudos geográficos no Brasil, um país que experimentou uma das mais dramáticas transições entre esses dois meios, com todas as repercussões no campo social que se reproduzem até a atualidade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado” IN: CASTRO, Iná E. de ET AL. (orgs.) **Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

ABREU, Christiane S. de. “Favelas em Juiz de Fora: A ocultação do fenômeno”, **Libertas**, Revista da Faculdade de Serviço Social, vol.4, n.2, 2010.

ACSELRAD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”, **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010.

ANTUNES, C. da F. Os estudantes e a transformação da Geografia Brasileira. *Geografares*. Vitória, n. 2, p.35-50, jun/2001.

ARACRI, Luis Ângelo dos S., AMARAL, Gabriela M de O. e LOURENÇO, Taiana C. M. “A Expansão do Cultivo da Soja e as Transformações do Espaço Agrário no Cerrado Mineiro”, **Revista de Geografia**, PPGeo-UFJF, v.2, n.1, 2011.

BECKER, Elisabeth Leia Spode. **História do Pensamento Geográfico**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano. 2006. 112p

BENTO, Claudio Moreira. “Puris: os primeiros habitantes” IN: **Resende 200 anos**. Resende: CAT Publicidade, 2001.

BERNARDELLI, Maria Lúcia F. da H. “Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural” IN: SPOSITO, Maria E B. **Cidade e Campo, relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BESSE, Jean-Marc **Ver a Terra; seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, n. 13, Instituto de Geografia da USP, 1971, 27p.

BLEY, Lineu. “Geografia na Pintura da Paisagem”, **Cadernos Paisagem Paisagens**, 3º Encontro Interdisciplinar Sobre o Estudo da Paisagem, Rio Claro, 11-13 de maio, 1998.

BEZZI, Maria Lourdes e MARAFON, Gláucio José. *Historiografia da ciência geográfica*. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2005. 111 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BLASENHEIM, Peter L. “As Ferrovias de Minas Gerais no Século XIX” (trad.), **Journal Office: Institute of Latin American Studies**, n.26, Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BURTON, Richard F. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho** (trad.) Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2001.

CARNEIRO, Maria José. (coord.) **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) **Educação Ambiental; pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia do Brasil. Geografia Geral, tomo I**. Rio de Janeiro: Emp. Foto-mecânica do Brasil.1913.

_____. *Metodologia do Ensino Geográfico – Introdução aos Estudos de Geografia Moderna*. Petrópolis, Tipografia das “Vozes de Petrópolis”, 1925.

CASTELLAR, Sônia. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, Coleção ideias em ação. 2010.161p.

CASTRO, Luiz Fernando Soares de. “Dinâmica Demográfica da Zona da Mata Mineira e a Microrregião Geográfica de Juiz de Fora”, **Revista Virtú**, 3ª edição, primeiro semestre de 2006. p. 1-10.

CASTRO, Olívio de Albuquerque. **Apontamentos para a História de Matias Barbosa**. Matias Barbosa: Gráfica do Laboratório de Veterinária de Matias Barbosa, 1963.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre. 1999. Org: Helena Copetti Callai, Neiva Otero Schäffer, Nestor André Kaercher.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geografia: Da antiguidade à Pós-modernidade**. In: GeoNotas, v.1, n.2. UNESP, out/Nov/Dez,1997.

CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl (Org.) **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

COSGROVE, Denis E. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Madison: Wisconsin University Press, 1998.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

DEFFONTAINES, Pierre. “Geografia Humana do Brasil”, **Revista Brasileira de Geografia**, n.1, ano I, janeiro/março de 1939, republicado no Número Especial, ano 50, tomo I, 1988.

DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. IN: CORREA, Roberto Lobato e Rosendahl (Org.) **Paisagem, Tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.p. 91 – 132.

EINAUDI ENCICLOPÉDIA. **Tomo 8 – Região**. Lisboa: Casa da Moeda de Portugal, 1986.

ENDLICH, Ângela M. “Perspectivas sobre o urbano e o rural” IN: SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER (Org.), Arthur M. **Cidade e Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERRAZ, Maria H. C. T. & FUSARI, Maria F. R. Metodologia do Ensino da Arte. Coleção Magistério 2º Grau: Série Formação do Professor. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Ed, 1999. IN: MYANAKI, Jacqueline. **A paisagem no ensino de geografia: uma estratégia didática a**

partir da arte. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p.155. Dissertação de mestrado – Programa de Geografia Física, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. **A abordagem da paisagem no âmbito dos estudos ambientais Integrados** Resumo GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010. Vanderlei de Oliveira Ferreira 187-208.

GIBBIN, Béatrice. A Geografia, disciplina subjugada. IN: VESENTINI, José William (org.). **Geografia e Ensino – Textos Críticos.** Campinas, SP: Papyrus, 1999.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 1988.

GIULIANI, Gian Mário. “Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.5, n.14, p. 59-67, 1990.

_____. CARNEIRO, Maria José e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Campo Aberto: O Rural no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. “O Novo Rural Brasileiro”, *Revista Nova Economia*, vol. 7, n.1, 43-81, maio 1997.

HOLZER, Werther. “Uma Discussão Fenomenológica Sobre os Conceitos de Paisagem, Lugar, Território e Meio Ambiente”, **Revista Território**, ano 2 n.3, jul/dez, 1997. p.77-85.

JUNIOR, E. S. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. In: *Revista Paisagens em Debate*, FAU-USP, 2004.

KAERCHER, Nestor André. Práticas geográficas para lerpensar o mundo, converentendersar com o outro e entenderscobrir a si mesmo. IN: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio; KAERCHER, André. **Geografia – Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio.** Porto Alegre: Artmed, 2007.15 -33.

KOZEL, Salete. **Ensinar Geografia no Terceiro Milênio. Como? Por quê?** RA’E GA, O espaço Geográfico em análise. Curitiba. Ed. UFPR, Ano II, nº. 2, p.141-152. 1998.

LACOSTE, Yves. **Geografia – Isso Serve em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra.** Campinas: Papirus. 1988.

LAGE, Oscar Vidal Barbosa e ESTEVES, Albino (Org.) **Album do Município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

LEFEBVRE, Henry. **De Lo Rural a Lo Urbano (trad.).** (3ª Ed.) Barcelona: Ediciones Península, 1975.

LEITE, Maria Farjim Pereira. **Destruição ou desconstrução? Questões da Paisagem tendência de regionalização.** São Paulo: Hucitec, 1994.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus Pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação.** Juiz de Fora: Editora UFJF/ FUNALFA, 1985.

LIMA, Eli Napoleão de. “Novas Ruralidades, Novas Identidades. Onde?” In: MOREIRA, Roberto J. **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2005.

MACHADO, Lucy M. C. P. “Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar” In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

MAGNOLI, Miranda M. “Ambiente, Espaço, Paisagem”, **Paisagem e Ambiente**, Ensaios, n.21, São Paulo FAU-USP, 2006, p. 237 – 244.

MENDONÇA, F. de A.; VENTURI, Luis Antônio Bittar. **Geografia e metodologia científica: da problemática geral às especificidades da Geografia Física.** Revista Geosul (ed. especial), Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 63-70.

MENDOÇA, Ana Wasleska, P.C. A Universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação. 2000. Mai/Jun/Jul/Ago nº14.

MENDRAS, Henri. **Voyage au Pays de Lutopie Rustique.** Paris: Actes Sud, 1992.

_____. Et al. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MYANAKI, Jacqueline. A paisagem no ensino de geografia: uma estratégia didática a partir da arte. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p.155 Dissertação de mestrado – Programa de Geografia Física, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.

MARQUES, Maria Inez M. “O Conceito de Espaço Rural em Questão”, **Revista Terra Livre**, ano 18, n.19, jul/dez, 2012.

MORAES, Antônio C. Robert. Geografia – Pequena história crítica. 7ªed. SP: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Marlene Macário. A Geografia Escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. Revista discente Expressões Geográficas. Florianópolis, SC, nº02 p 10-14, junh/2006.

PACHECO, Susana M. M. “Dinâmica da Terceirização e Reestruturação Urbana no Rio de Janeiro. In: 9º **Encontro Internacional de Geógrafos**, Mérida, 2003.

PAULINO, Stefano M. “A Serra como Paisagem” In: CARNEIRO, Maria J. (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas: Modos de Viver e Pensar o Rural na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

PIRES, André. **Ruralidades em Transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio**. São Paulo: Annablume, 2007.

PRATES, Carlos. **A Lavoura e a Indústria na Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

RECLUS, Elisée. Ortwin. O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. In ANDRADE, Manoel. Correa. (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. p. 38-40.

REIS, Douglas S. dos “O Rural e Urbano no Brasil”, Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu MG, 18 a 22 de setembro de 2006.

RELPH, Edward. **A Paisagem Urbana Moderna** (trad.). Coimbra: Edições 70, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A Geografia escolar brasileira nos fins do século XIX: Revisitando os pareceres de Ruy Barbosa, 1882. IN: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. I. Anais... Rio Claro: UNESP. 1999. p. 220-231.

RODRIGUES, André F. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, n.46, p. 253-270, 2003.

RODRIGUES, Camila G. de O. “O Turismo e a Reconstrução do Espaço Rural” In: CARNEIRO, Maria J. (Coord.) **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2012.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geografia do Brasil** (4ª Ed). São Paulo: EDUSP, 2011.

SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 61-74.

_____. **A Urbanização Brasileira**. (2ª Ed.) São Paulo: Hucitec, 1998.

SAUER, O. “A morfologia da paisagem” In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SILVA, Hélio B. I. da. VIVEIROS, Ana Carla B. “Características do Espaço Rural nas Microrregiões de Juiz de Fora e Barbacena”, Anais do **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo: USP, 20 a 26 de março de 2005.

SIQUEIRA, Edmundo. **Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company Limited**. Rio de Janeiro: Gráfica Edit Carioca, 1948.

STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: I. H. G. J. F., 1979.

STIEL, Waldemar Corrêa. **Ônibus: Uma História do Transporte Coletivo e do Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Editora ANTP, 2001.

TAUNAY, Afonso, E. **Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Editora do Departamento Nacional do Café, 1945.

TEIXEIRA, Anísio, (1989). Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

TUAN. Yi Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALVERDE, Orlando. “Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais, **Revista Brasileira de Geografia**, Ano 20, n.1, 1958.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VESENTINI, José William (Org.) **O ensino da Geografia no século XXI**. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. **Geografia e Ensino – Textos Críticos**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ANEXO I

A PAISAGEM NO BAIRRO JOAZAL, UM PANORAMA FOTOGRÁFICO



FIGURA 24 – Ponte do Zamba vista da margem direita do Paraibuna com a entrada do Joazal a Esquerda após a ponte. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 25 – Vista do rio Paraibuna e da ponte do Zamba, encoberta pela vegetação. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)

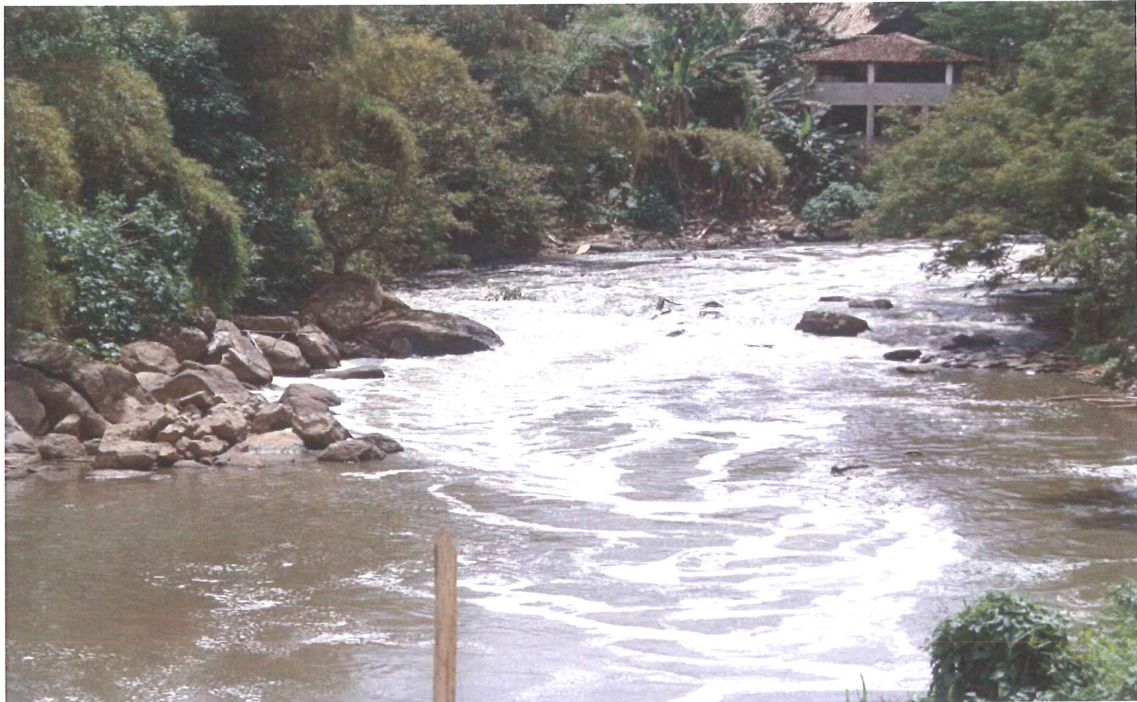


FIGURA 26 – Águas poluídas do rio Paraibuna antes de passarem pela ponte do Zamba (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 27 – A ponte do Zamba vista da margem direita, reparar nas bananeiras já presentes na Gravura de 1872. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 28 – Granja Antiga típica da região, habitada por moradores fixos, notar o lixo no quintal, para ser queimado. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 29 – Entrada de uma moderna Granja, na estrada do Joazal. (Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 30 – Plantio de Eucaliptos ao lado da Ferrovia e Estrada do Joazal
(Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 31 – Cesta para coleta de lixo na beira da Estrada do Joazal.
(Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 32 – Água de mina abastecendo um tambor na Estrada do Joazal
(Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)



FIGURA 33 – Vestígios de Queimada de lixo (folhas) na Estrada do Joazal.
(Foto de Elizandra Ferreira Dias, 2013)

ANEXO II

Guia de Viagem de Revert Klumb

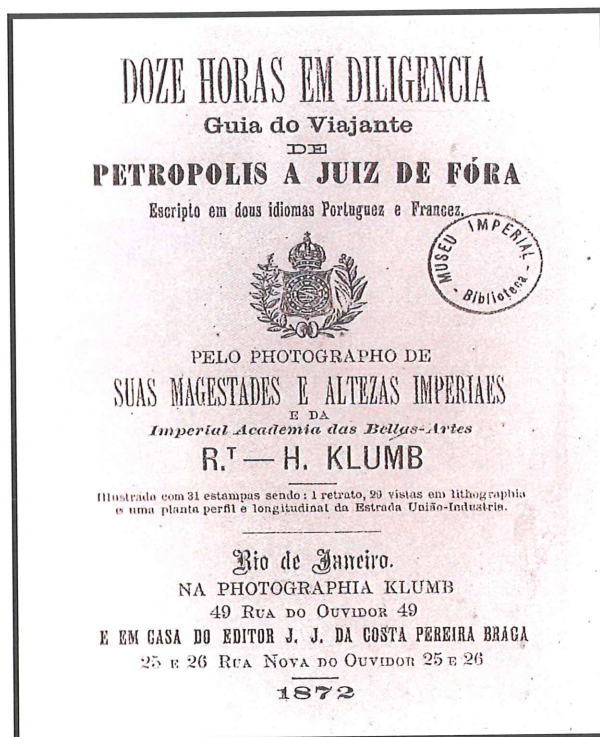


FIGURA 34 –Capa do Guia de Viagem de Revert H. Klumb

Em 1872, o alemão **Revert Henrique Klumb**, fotógrafo imperial, publicou o primeiro *Guia de Viagens do Brasil*, no qual descreve com fotos e palavras uma viagem de Petrópolis a Juiz de Fora.

Em 2000, o Senado Brasileiro publicou *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* do famoso aventureiro inglês **Sir Richard Francis Burton**, onde é descrita em detalhes uma viagem realizada em 1867. As impressões de sua mulher, **Lady Isabel Burton**, sobre esta mesma viagem, aparecem no livro *The Romance of Isabel* publicado em 1897 e ainda não traduzido para o português.

Em 2001, **Waldemar Corrêa Stiel**, baseando-se parcialmente nos registros acima, fez também uma excelente descrição do trajeto.

O texto a seguir é uma alegoria criada a partir destes relatos. Na medida do possível, preservou-se o texto original de cada obra.

A ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA

De Petrópolis a Juiz de Fora são 90 milhas (146,8km).

Todo o percurso pode ser dividido em três trechos: 40 milhas de descida, 21 milhas no plano e mais 30 milhas de subida.

O trajeto é feito em 12 horas, das 6 da manhã às 6 da tarde. Se descontarmos às 4 horas em que há paradas para almoço e troca das mulas, o tempo total em trânsito é de 9 horas, o que resulta numa velocidade média de 16,3 km/h.

OS PASSAGEIROS

Na União e Indústria era proibido o trânsito de escravos.

No entanto, era comum que as mulheres viajassem acompanhadas de um negro escravo, que lhe protegia e carregava a bagagem.

AS DILIGÊNCIAS

O veículo de transporte pode ser um "char-à-banc" tal como o utilizado pelo casal Burton: uma espécie de carroção, sem cobertura, com 4 bancos, todos voltados para a frente. Cada banco comporta duas pessoas e o banco mais à frente leva o condutor e o ajudante. Atrás, há espaço para mais dois corajosos passageiros, que mal acomodados, ficam à mercê do sol e da poeira.

Outro veículo é a Sege, muito parecida com o "char-à-banc". A diferença é que, na Sege, os passageiros sentam-se em dois bancos colocados de frente um para o outro.

Há também as diligências e os carroções que comportam até 17 passageiros e que, com carga máxima, chegam a pesar 3 toneladas.

Em todos estes veículos o espaço disponível para cada passageiro é mínimo, havendo sérias restrições sobre o que pode ser levado. Há um espaço comum onde são levadas a bagagem dos passageiros e as malas postais.

A Sege e o "char-à-banc" são puxados por 4 mulas dispostas em 2 pares. As diligências e os carroções, dependendo do peso, podem ser puxadas por até 6 mulas.

As mulas são selecionadas dentre as mais ágeis e atuam na Estrada União e Indústria por apenas 2 anos, enquanto estão no auge da forma física.

ESTAÇÃO INICIAL – PETRÓPOLIS

O dia ainda não clareou e os passageiros já se dirigem para o Hotel Inglês, onde a diligência *Celeridade* os aguarda.

Em meio ao frio e à neblina, destacam-se o condutor, que exibe um chapéu lustroso e brilhante e seu ajudante, um jovem e robusto alemão. Ambos, garbosamente uniformizados, recebem os passageiros e colocam a bagagem e as malas postais no local adequado.

O ajudante tem um trompete de som estridente, que usa para chamar os passageiros, espantar os animais encontrados na pista ou para alertar quem vem em sentido contrário.

Quinze minutos antes da partida, o condutor assume seu posto e o ajudante soa a trombeta chamando os passageiros. As mulas, impacientes, se agitam e batem no chão com as patas.

Às seis da manhã em ponto, soa novamente a trombeta e a viagem começa.

Os passageiros se assustam com o forte arranque da diligência que parte rapidamente em meio à neblina matinal de Petrópolis.

Em poucos minutos, fica para trás a Rua do Imperador. À direita ergue-se gracioso, porém não concluído, o Palácio Imperial. Entramos na Rua dos Protestantes. Uma curva e depois nos achamos no vale encantado de Westfália, um dos bairros de Petrópolis.

Ao nos afastarmos do centro da cidade, as mulas aceleram o passo e, aproveitando o trecho em descida, atingem impressionantes 20 km/h.

Um pouco mais à frente, ainda em Petrópolis, vemos a casa do embaixador da Rússia, Sr. De Glinka; em frente, num rochedo à nossa direita, uma chapa de mármore recorda os primeiros trabalhos da Estrada da União e Indústria.

Mais adiante, à nossa direita, é possível ver um trecho da velha Estrada Real, cercado por casas que, de tão maltratadas, parecem abandonadas.

PRIMEIRA ESTAÇÃO DE MUDA - CORRÊAS

Uma hora mais tarde chegamos à Estação de Corrêas, situada em um verdadeiro buraco em meio à mata, cercada de morros baixos.

O local era a sede da famosa Fazenda do **Pe. Correia**, tão celebrado por seus pêssegos. Antigamente, a casa recebia a realeza, mas agora aloja os animais da companhia.

A troca das mulas é feita em apenas cinco minutos, mal dando para que se use o toilete.

Ao sair de Correias, encontramos alguns pequenos recantos dignos de um pintor. São córregos de água por entre a mata, com pássaros exóticos e animais da terra.

SEGUNDA ESTAÇÃO DE MUDA – PEDRO DO RIO

No meio do caminho, alguns cães bravos correm atrás da diligência, o que vai se repetir muitas vezes ao longo da viagem.

Aqui e ali temos que fazer uma rápida parada não prevista porque há mulas, gado bovino ou até mesmo porcos interrompendo a estrada.

Mas a 30 quilômetros de Petrópolis, chegamos a Pedro do Rio onde as mulas são trocadas rapidamente.

Após alguns minutos, seguimos caminho em direção a um sombrio desfiladeiro, que é logo transposto.

O vale do rio, alargando-se, apresenta uma vista do agora respeitável Piabanha, que já não é uma simples torrente de montanha.

Gigantescas encostas de granito, coroadas pelas florestas, apresentam suas paredes nuas e lisas, exceto quando perfuradas pelos buracos causados pelo tempo e cobertos de tillândsias e bromeliáceas capazes de sobreviver na pedra pura e que se ostentam viçosas e brilhantes no azulado ar da manhã.

O clima revela-se bem melhor que o de Petrópolis; a brisa quente e úmida do mar, condensada pelos frios cumes da montanha, molha a Serra e se dissolve. Ali reina o glorioso verão, com o inverno a poucas milhas ao sul. Os cafeeiros começam a aparecer, mas poucos viçosos ainda; o solo é pobre e os arbustos foram plantados muito perto uns dos outros. Além disso, há falta de mão-de-obra e o solo é raramente *beneficiado*, apresentando um tapete de ervas daninhas.

Após alguns ziguezagues abre-se um gracioso vale no meio do qual se avista o grupo de casas brancas da terceira estação de muda.

TERCEIRA ESTAÇÃO DE MUDA - POSSE

Posse é a estação de muda mais importante, pois é o ponto final das riquezas vindas do leste de Minas.

Há milhares de mulas sendo carregadas e descarregadas ou apenas descansando ali perto.

Durante a troca de mulas, agora um pouco mais demorada, muitos passageiros descem para tomar um café.

Em seguida, partimos novamente pela Estrada União e Indústria e, após dez minutos, à nossa esquerda, vemos a Fazenda da Saudade.

O Piabanha corre agora entre as alturas da sombria floresta virgem, com o verde escuro contrastando com o amarelo acinzentado das terras mais pobres.

Em certos lugares, os precipícios são tão densamente cobertos de árvores e plantas rasteiras, que o rio corre invisível em seu leito.

Às margens da estrada, os bambus aparecem formando cones e colunas vivas, que envolvem as árvores, concentradas em moitas espessas, em serpentinas e arcos, assumindo as figuras mais fantásticas, nessas curvas ondulantes e graciosas com que se deleitam os olhos.

Em alguns trechos, é possível ouvir alguns tucanos vindos do meio da mata.

Ao nosso redor, sobre as colinas, aparecem longas linhas de arbustos. São as primeiras plantações de café importantes que temos encontrado. Alguns passos ainda e descemos na quarta muda: Julioca.

QUARTA ESTAÇÃO DE MUDA - JULIOCA

Efetuamos a troca de mulas rapidamente e em 5 minutos estamos de volta à estrada.

Agora percorremos um vale ondulado onde o sábio naturalista Agassiz achou os vestígios de uma antiga geleira.

A velocidade diminui devido à ondulação do trecho.

QUINTA ESTAÇÃO DE MUDA – LUIZ GOMES

Temos apenas alguns minutos para admirar esta estação, toda construída com madeira no sistema americano.

Após a troca das mulas, voltamos à estrada, onde vemos plantações de café a cana-de-açúcar.

Correndo ao longo de um vale plano, avistamos o Paraíba, sem termos medo de seu posto fiscal, que agora está fechado. Há muitos anos atrás, muitos contrabandistas de diamantes e ouro foram capturados neste posto e enviados para a prisão perpétua ou o exílio em Angola.

Agora podemos ver o Rio Paraíba, que pequeno em São Paulo agora corre majestoso como um rei do vale. Sobre o rio, destaca-se uma bela ponte pintadas em vermelho. Ela foi fabricada em Birmingham, Inglaterra e suas 320 toneladas de ferro e grades foram montadas no Brasil pelo engenheiro **O’Kell**.

Mais adiante, aparecem pés de laranja, acácias e mimosas.

SEXTA ESTAÇÃO DE MUDA – ENTRE RIOS

Às 11h30min da manhã, depois de quatro horas de viagem efetiva, chegamos a Entre Rios, que é a Estação de Muda mais maltratada da estrada.

Aqui, os banheiros são mal cheirosos e o almoço é ruim.

Depois de uma descida praticamente constante desde Petrópolis, agora estamos numa altitude de uns 200 metros acima do nível do mar e a atmosfera é desagradável, quente e úmida.

Nas imediações, o vale, coberto, outrora, de luxuriantes florestas, foi limpadado para a plantação de café e deverá ser lavrado para o plantio de algodão. As chuvas torrenciais, seguindo-se às queimadas de todos os anos, arrastaram o humo carbonífero dos morros para as depressões estreitas, e pantanosas, que são frias demais para o cultivo; cada córrego é um escoadouro de adubo líquido que se dirige para o Atlântico, e o solo superficial é de pura argila. Também aqui as terras sofrem dois flagelos especiais: os grandes proprietários e o sistema de

agricultura herdada dos aborígenes, ou vindo da África Central e perpetuado pelos desleixados métodos de cultura, necessários em toda a parte onde é empregada a mão-de -obra servil.

Depois do almoço, andamos mais 16km até a estação de Serraria.

SÉTIMA ESTAÇÃO DE MUDA - SERRARIA

Serraria, construída em forma de Chalé, é um ponto importante para a Companhia, pois é a saída dos municípios cafeeiros de Ubá e Mar de Espanha.

Daqui, pela primeira vez, podemos ver a Província de Minas Gerais, no lado oposto ao Rio Paraibuna.

Novamente, trocamos as mulas rapidamente e voltamos para a estrada.

O trecho é em subida, e a estrada, como era de se esperar, acompanha a margem do Rio Paraibuna, largo e raso, muito semelhante ao Piabanha, quando o vimos pela última vez.

Após meia hora de viagem, notamos que uma das mulas que trocamos em Serraria está com algum problema e não acompanha o mesmo ritmo das demais. Às vezes, enquanto todas marcham normalmente, esta dá coices para todos os lados.

Depois de 40 minutos de viagem, surge à nossa frente uma colossal pirâmide: a pedra do Paraibuna. Trata-se de um imenso montão de granito, cuja parede vertical eleva-se de um só lance a mais de 400 metros de altura.

Mais alguns minutos e chegamos à oitava muda: Paraibuna.

OITAVA ESTAÇÃO DE MUDA - PARAIBUNA

No grande pouso do Paraibuna, fica a Ponte do Registro, onde são cobrados os tributos devidos, que pesam sobre as mercadorias importadas pela Província de Minas.

A ponte tem sido sempre um espetáculo pouco agradável aos olhos. Em 1842, quando Minas e seu pai, São Paulo, *se levantaram* ou *se insurgiram*, o oficial encarregado de defendê-la incendiou-a, para impedir o avanço das tropas legalistas, e em 1843, **Castelnau**¹¹⁴ ainda a encontrou sem ter sido reparada. Atualmente, compõe-se de tábuas novas, sustentadas por velhos pilares de pedra e já sem cobertura.

Um pouco além dela, uma cabana esfrangalhada mostra o cenário de outra ação revolucionária; esta Rocinha da Negra pertencente ao Conselheiro **Pedro de Alcântara de Cerqueira Leite**. À esquerda, fica a barra, ou foz, do Rio Preto, a fronteira meridional de Minas. Atravessando esse afluente ocidental, estende-se a estrada velha do Rio de Janeiro, via Rodeio, Vassouras e Valência, para o sul de Minas.

Mais além, à direita, fica Rancharia, pequeno vilarejo com menos de dez anos de idade.

Ao redor vêem-se chácaras utilizadas pelos fazendeiros ricos nos domingos e dias-santos e que, durante o resto do ano, ficam fechadas. Há meia dúzia de vendas, que não vendem nada e o cemitério se destaca numa elevação bem visível.

Perto de Rancharia, o terreno se modifica. Desaparece a fartura de águas das montanhas marítimas, os regatos minguam, as subidas são mais longas e menos íngremes, o rico solo de argila vermelha da Província do Rio de Janeiro mais ao sul, agora se alterna com a marga mais clara, muito mais seca, poeirenta e, como no resto de Minas, em geral, muito mais porosa e friável. As matas negras, de frondosas árvores, cederam lugar às gramíneas verde-

¹¹⁴ François Louis de Caumont La Force, conde de Castelnau (1810-1880) foi um naturalista inglês a serviço da França, participou de expedições científicas na América do Norte e do Sul.

amareladas e, perto do rio, há bambuzais, muito menos belos que os de antes. Alguns viajantes encontraram granadas embutidas no gnaisse; a pedra é tão comum como sem valor.

Atravessamos a Serra das Abóboras, e nossa atenção se concentra na Pedra da Fortaleza.

Se fosse na Europa, esta pedra seria uma atração turística. Mas aqui no Brasil, é apenas um morro a mais.

Trata-se de um bloco de gnaisse cor de chocolate, que se levanta a cerca de 170 metros a partir da margem do rio, onde este faz uma curva; corremos sob uma parede vertical, de uns 100 metros de altura, que recebe os raios de sol e os irradia como uma fornalha. Seus contrafortes castanhos, eriçados, onde são desgastados pelo tempo, de grandes bromélias, que se parecem com tufos de capim, e lembram uma igreja.

Quando rodeávamos a base do rochedo, com o rio inavegável à nossa direita, avistamos uma capivara, tomando sol e contemplando calmamente o rio sujo.

Gaviões e urubus voavam alto, o Martim Pescador esvoaçava sobre a água, patos e mergulhões brincavam nas margens do rio, pombos selvagens passavam voando nas alturas, rolinhas saltitavam junto à estrada e anus, pretos e brancos, balançavam-se nos galhos, em silêncio. (ver Figura no ANEXO III)

NONA ESTAÇÃO DE MUDA – SIMÃO PEREIRA

Cansados, passamos por Simão Pereira sem muito a descrever.

DÉCIMA ESTAÇÃO DE MUDA – MATIAS BARBOSA

É uma antiga barreira, onde se pagavam direitos sobre o ouro e os diamantes vindos de Minas Gerais.

A capela de Matias Barbosa, uma igreja situada em um outeiro à direita, anuncia o Pouso de Matias, o antigo Registro Velho. Nos tempos coloniais, ali ficava a principal *contagem*, onde eram pagos os impostos e, ainda em 1801, ali se cobrava o *quinto* de ouro para a Coroa. O contrabando era, então, para o mineiro o que era o furto para a engenhosa mocidade de Esparta.

O superintendente e seus guardas, com espiões em toda a região, vigiavam atentamente todos aqueles que não tinham diante dos olhos a ameaça da cadeia ou das costas da África.

O contrabandista armazenava seus valores no cabo do chicote, ou na coronha da garrucha, ou, ainda, no forro da sela. Os estrangeiros apavoravam-se com a revista.

Prosseguindo viagem, encontramos subidas íngremes e um morro empinado, coberto de brincos-de-princesa ostentando lindos lírios, plantas parasitas e uma profusão de maracujás ou flores-da-paixão, nativas, um dos presentes do Novo ao Velho Mundo.

Muito abaixo de nós, o Paraibuna disputava, burburinhando, um lugar ao sol em seu leito.

Casas e plantações tornaram-se mais freqüentes e a praga das grandes propriedades já não pesa sobre a terra.

DÉCIMA PRIMEIRA ESTAÇÃO DE MUDA: PONTE AMERICANA

Mudamos de animal, pela última vez, na Ponte do Americano.

É uma ponte com sólidas traves de madeira que dá nome à estação.

Partimos a galope pelo vale do rio acima, que se alarga de vez em quando, oferecendo espaço para fazendas.

Uma capela mortuária e um cemitério de muro recém-construído, à esquerda, constituíram dessa vez, um espetáculo agradável, e, antes do sol se pôr, fizemos uma volta a avistamos Juiz de Fora. (ver Figura a frente no Anexo III)

ESTAÇÃO FINAL: JUIZ DE FORA

Finalmente a diligência pára em Juiz de Fora, no meio de um grupo de gente e de carros: são os empregados dos hotéis (dez ou doze) que vêm recrutar os viajantes.

A estação fica na extremidade norte da cidade, distante cerca de dois quilômetros da extremidade sul.

Chegamos todos exaustos por doze horas de caleidoscópica viagem, para ver um caminho cuidadosamente cascalhado, com os dormentes e trilhos para uma estrada de ferro, em frente de uma cerca viva cuidadosamente podada, que protegia não um bem tratado parque, mas um brejo não drenado.

Por trás deste brejo, em uma pequena elevação, com um belo terreiro embaixo, estava uma vila, com uma torre quadrada, que dava a impressão de ter sido trazida, já armada, direto da Inglaterra.

Finalmente descemos da carruagem, com os joelhos dormentes, e somos conduzidos por **Mr. Morritt** ao chalé construído, em curiosas proporções, de tijolo e madeira, materiais intratáveis.

Somos hospedados numa casa vazia e, revigorados por um banho e uma sopa, saímos para um passeio, acompanhados pelo perfume das flores do lugar.

Embora não haja iluminação, a lua cheia torna a noite clara como o dia.

Encontramos uma pequena estrada onde curiosamente todos as casas se encontram no mesmo lado. No lado oposto há uma capela. Mais adiante um hotel. E mais adiante ainda a fantástica casa do Comendador **Mariano Procópio Ferreira Lage**.

Esta casa aparece como um castelo no pico de uma montanha, cercada de árvores por todos os lados.

Quando voltamos, há um grupo cantando músicas ao lado da casa em que nos hospedamos. É uma serenata!

Agradecemos a gentileza e entramos rapidamente.

Em breve, um sono profundo, na leveza, frescura e pureza do ar, constituiu o final mais satisfatório do fim de um dia de viagem.

Adaptado da Fonte Disponível em: http://espeschit.com.br/historia/uniao_e_industria/viagem/

ANEXO III

AS PAISAGENS PERCORRIDAS PELA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA



FIGURA 35 - LOTE DE AÇÕES DA CIA UNIÃO INDÚSTRIA. FATO INTERESSANTE SÃO OS DIZERES “PRIVILÉGIO EXCLUSIVO POR 50 ANOS” A EMPRESA DUROU POUCO MAIS DE 18 ANOS (Fonte: Maria do Resguardo)

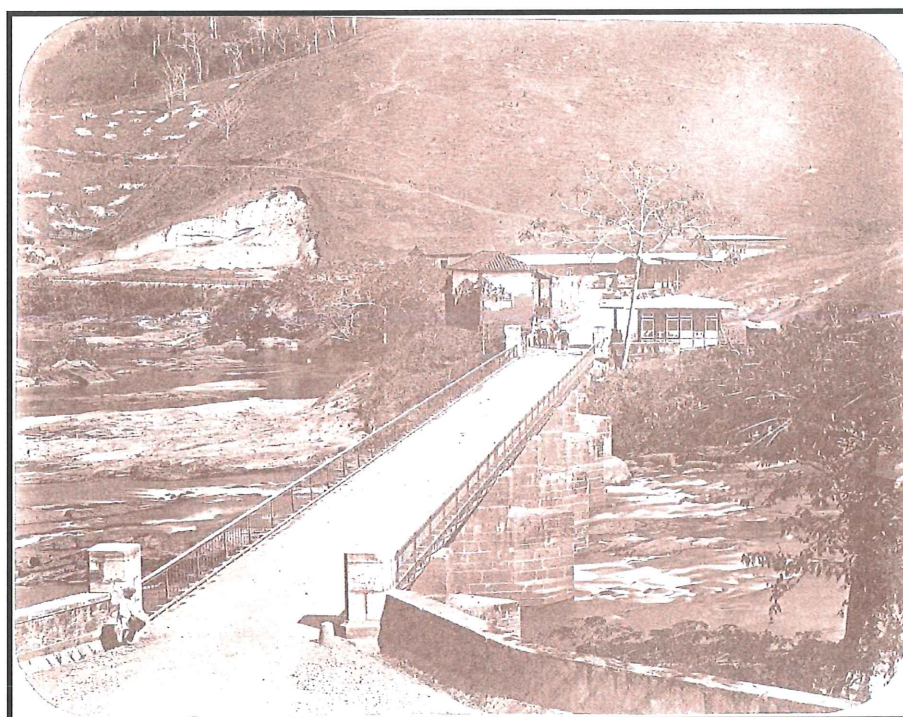


FIGURA 36 - PONTE DO REGISTRO DO PARAIBUNA, QUE ERA A 8ª PARADA DO TAJETO PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA PELA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA (foto de Klumb, 1861)

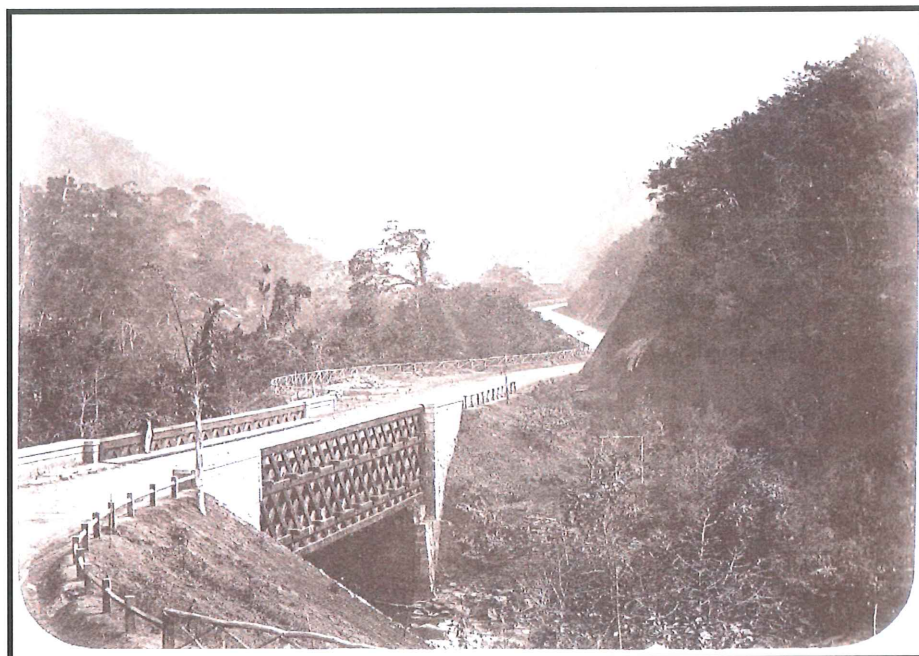


FIGURA 37 - PONTE AMERICANA, NA UNIÃO E INDÚSTRIA, QUE ERA A 11ª PARADA NO TRAJETO PETRÓPOLIS A JUIZ DE FORA (fotografia de Hevert Klumb, 1861)

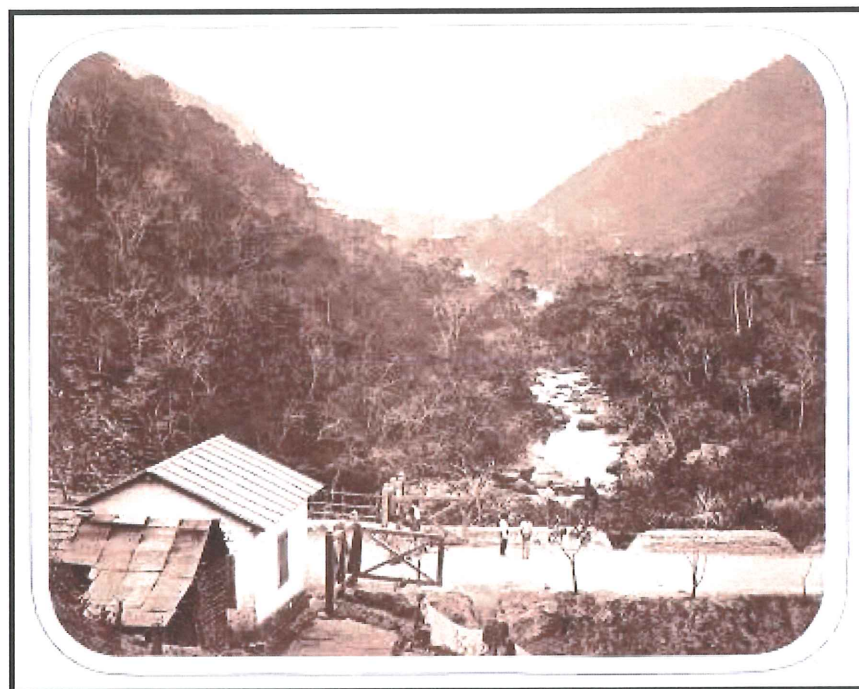


FIGURA 38 - A UNIÃO INDÚSTRIA ATRAVESSANDO O VALE DO PARAIBUNA (Hevert Klumb, 1861)

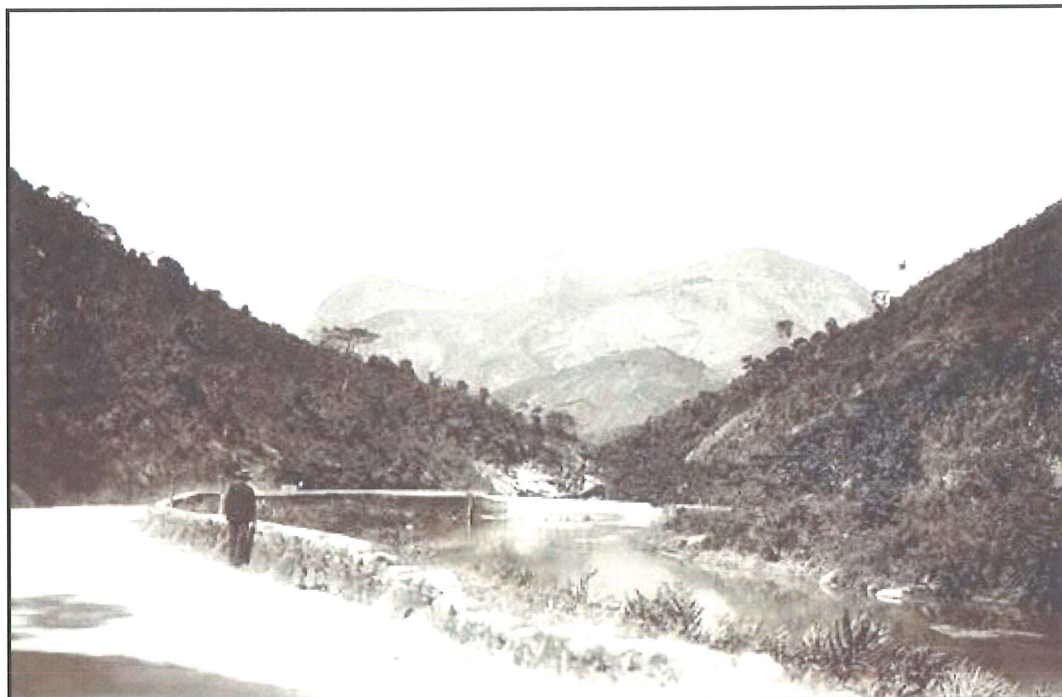


FIGURA 39 - A UNIÃO E INDÚSTRIA ÀS MARGENS DO PARAIBUNA
(Hevert Klumb, 1861)

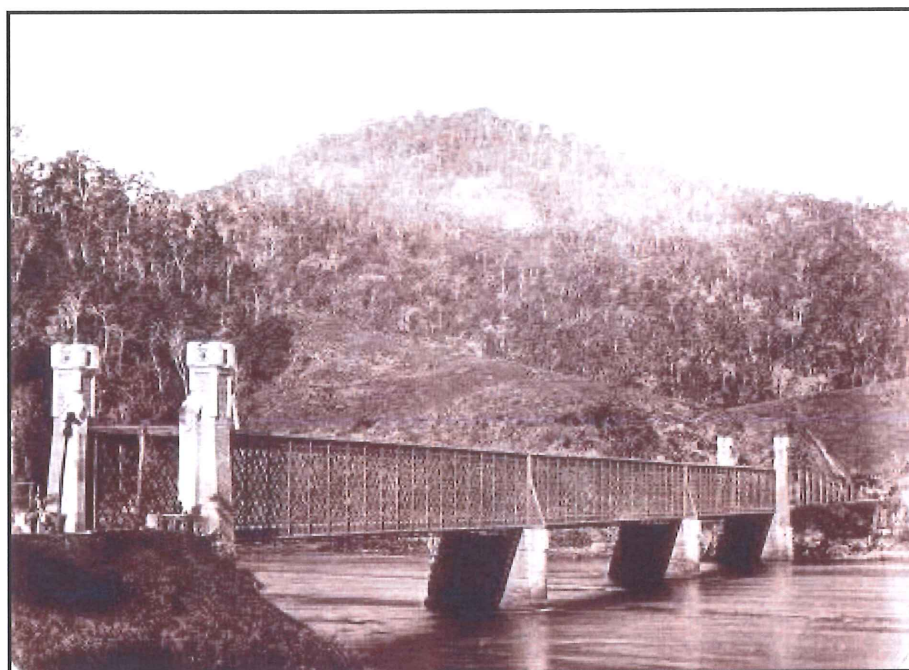


FIGURA 40 - PONTE DAS GARÇAS SOBRE O RIO PARAÍBA, ONDE PASSAVA A UNIÃO E INDÚSTRIA (Fotografada em 1910 por autor desconhecido)



FIGURA 41 - DILIGÊNCIA UTILIZADA NA ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA



FIGURA 42- UNIÃO E INDÚSTRIA PRÓXIMO DO REGISTRO DO PARAIBUNA (Klumb, 1861)